

Ligia Maria Osório Silva

MOVIMENTO SINDICAL OPERÁRIO NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Tese de Mestrado apresentada ao
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual
de Campinas, sob a orientação do
Prof. Dr. Décio Azevedo Marques de
Saes.

Campinas, 1977

BIBLIOTECA
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
UNICAMP

Índice

Introdução	1
Capítulo I - O MOVIMENTO OPERÁRIO E O MOVIMENTO SINDICAL	1
1. A análise do Movimento Sindical	16
2. Uma Tipologia do Sindicalismo	19
3. Uma Análise Complexa do Sindicalismo	24
4. A Análise do Sindicalismo Brasileiro	31
5. O Caráter Revolucionário da Primeira Fase do Movimento Sindical	36
6. Industrialização, Burguesia Industrial e Classe Operária: o caso inglês	44
7. O Sindicalismo Revolucionário na França	52
Capítulo II - O MOVIMENTO SINDICAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA: OBJETIVOS E FORMAS DE AÇÃO	63
1. A Unidade	66
2. O Congresso Governista	86
3. A Divisão	90
4. O Declínio da Influência Anarco-Sindicalista ..	104
5.	
CAPÍTULO III - O MOVIMENTO SINDICAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA: SUAS BASES SOCIAIS E POLÍTICAS	116
1. As Diferenças Étnicas	117
2. A Ideologia da Ascensão Social	123
3. As Origens do Capital Industrial	129
4. A Concentração do Operariado no Rio de Janeiro	137
5. Ferrovias, Porto e Navegação no Rio de Janeiro	158
6. A Inglaterra e a Construção das Estradas de Ferro	161
7. A Construção das Ferrovias no Brasil	164
8. O Capital Empregado nas Ferrovias	167
9. Os Trabalhadores em Transporte	170
10. A Regulamentação do Trabalho: Estado e Classe Operária	176

CONCLUSÃO	198	
BIBLIOGRAFIA	209	
DOCUMENTOS	214	
JORNAIS OPERÁRIOS	215	
JORNAIS DA GRANDE IMPRENSA	216	<i>Fim</i>

INTRODUÇÃO

O ponto de partida deste trabalho foi o estudo do sindicalismo "amarelo" ou reformista dos marítimos e ferroviários do Rio de Janeiro durante a Primeira República. Esses setores destacavam-se dos demais por seguirem uma orientação sindical que contrastava com a orientação anarco-sindicalista predominante no movimento sindical do Rio de Janeiro e de São Paulo, no referido período. Alguns outros setores como os textéis e os gráficos, estiveram sob a influência de uma linha de ação sindical reformista mas por períodos muito breves, de modo a não permitir que se caracterize a ação desses setores como reformistas. Os marítimos e ferroviários do antigo Distrito Federal, ao contrário, caracterizaram-se por esse tipo de atuação porque mantiveram durante toda a Primeira República uma linha de ação coerente que, como veremos, pode ser caracterizada mais corretamente de trade-unionista.

A importância que atribuímos ao estudo dessa corrente do movimento sindical tem origem em duas ordens de questões: questões de caráter geral, isto é, a importância de estudar o movimento sindical operário durante a Primeira República e questões de ordem mais específica qual sejam, as características do movimento sindical operário reformista no Brasil pré-30.

O estudo do movimento sindical operário na Primeira República tem sido objeto de trabalhos realizados nas áreas de História Social, Sociologia e Política (FAUSTO, MARRAM, entre os mais recentes). Esses trabalhos vêm se juntar

a alguns já considerados como clássicos do assunto (SIMÃO e RODRIGUES) que muito contribuíram para o entendimento da questão operária na República Velha. Apesar dessas valiosas contribuições restam ainda vários aspectos do problema que merecem ser estudados e discutidos. Em particular a aparente contradição entre um movimento sindical atuante e sob certos aspectos radical que predomina durante o período de 1890 a 1920 aproximadamente e a ausência da classe operária enquanto força política no movimento de transformação do estado brasileiro conhecido como a Revolução de 30.

As questões mais específicas, isto é, as características particulares do movimento sindical operário reformista, têm sua importância justificada, a nosso ver, pelo fato de chamarem a atenção para os aspectos dos setores implicados nas duas linhas de ação sindical: de um lado o setor dos transportes do Rio de Janeiro, de outro, o setor dos operários industriais.

O fato dos marítimos e ferroviários do Rio de Janeiro estarem ligados ao setor dos transportes e a importância desse setor na estrutura socio-econômica da Primeira República indicam a necessidade de se buscar as ligações entre o papel desempenhado por esse setor na sociedade e o tipo de sindicalismo que floresce neles. Dizendo de outro modo, procuremos buscar as razões que favoreceram o surgimento de um sindicalismo reformista nesse setor e por extensão, verificar as razões da não predominância desse mesmo tipo de sindicalismo no setor dos operários industriais.

Um dos resultados da análise que empreendemos foi ressaltar a necessidade de buscarmos não apenas no papel desempenhado por cada setor na sociedade da Primeira República a razão da predominância de um tipo de ação sindical, mas também na política diferenciada da burguesia e do Estado em relação aos trabalhadores em transportes e aos operários industriais.

Em relação à divisão do movimento sindical da Primeira República em reformistas e anarco-sindicalistas, encontramos várias explicações que privilegiam alguns aspectos particulares do setor marítimo e ferroviário do Rio de Janeiro, como determinantes do tipo de ação sindical.

Por exemplo, o fato dos nacionais serem maioria nesses setores, em contraste com a mão-de-obra da indústria nascente, que é grandemente constituída de imigrantes estrangeiros, leva alguns a admitirem que existe uma relação causal nos binômios nacionais-reformistas e estrangeiros-anarco-sindicalistas. Ainda mais que, considerando - primeiro, o movimento reformista como o embrião do sindicalismo "trabalhista" pós-30; e segundo, a alteração na composição étnica da mão-de-obra industrial que depois de 1930 passa a contar com maioria de nacionais (lei dos 2/3) - a relação de causalidade parece repetir-se no período Getulista (nacionais-reformistas).

Esse exemplo ajuda-nos a compreender que a alteração na forma como são abordadas as questões ditas específicas dos setores aos quais remete a divisão no movimento sindical pode levar a conclusões que ultrapassam o âmbito da Pri

meira República e abrem perspectivas novas para o estudo do sindicalismo pós-30.

Na realidade, concentramos o nosso estudo no período que vai da Proclamação da República até os primeiros anos da década de 20, especialmente, por duas razões. Em primeiro lugar porque preocupamo-nos em caracterizar o surgimento das linhas de ação sindical que vão marcar o movimento sindical da Primeira República. Por volta de 1913 as duas linhas de ação adquirem contornos definidos que nos levam a constatar a existência de uma divisão clara no movimento sindical do Rio de Janeiro.

Em segundo lugar, prosseguimos até 1920 para englobar o importante período do pós-guerra quando as manifestações operárias atingem um climax (1917-1918-1919-1920). Incluir na análise o período de 1920 a 1930 traria vários inconvenientes. Nos anos 20 agudizaram-se as contradições que vinham se desenvolvendo no seio da sociedade brasileira. Uma manifestação dessa crise latente é o fato de que esses anos são vividos quase que todo o tempo sob o estado de sítio. Os anos 20 vêem também o declínio da ideologia anarco-sindicalista e o surgimento do Partido Comunista Brasileiro. Esses anos são ainda o cenário das Revoltas de 1922 e 1924. Constituem, portanto, a nosso ver, um período muito rico em acontecimentos que não poderiam ser ignorados e conseqüentemente estenderiam demasiado a pesquisa que nos propusemos fazer. Entretanto, acreditamos que a análise que esboçamos do movimento sindical na Primeira República não fica prejudicada pela não inclusão

desses acontecimentos, porque as características gerais da sociedade brasileira, e em particular a situação concreta da classe operária não se modificam nesse período. Apesar da crise política dos anos 20 ser um sintoma da grave doença de que estava afetada a sociedade brasileira da Primeira República, o desfecho ocorre no contexto da crise internacional de 1929, e a situação concreta da classe operária se altera qualitativamente apenas a partir de 1930.

A importante questão da necessidade de uma mudança de enfoque no estudo da questão operária levou-nos à determinação de fatores que devem ser privilegiados na análise da ação sindical (não em detrimento de outros, mas porque são mais amplos e englobam os outros) para chegarmos a uma visão concreta do movimento sindical ultrapassando o nível do discurso ideológico tanto dos sindicalistas quanto das classes dominantes. E essa revisão do sindicalismo na Primeira República tem implicações importantes no estudo do sindicalismo em geral.

Por isso pareceu-nos impossível ater-nos somente às características específicas do setor marítimo e ferroviário do Rio de Janeiro e foi necessário incluir o estudo das características específicas do setor dos operários industriais através de um exame da estrutura da indústria nascente na busca desses fatores determinantes globais. Até mesmo no setor ferroviário do Rio de Janeiro foi preciso levar em conta a distinção entre os trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil e os trabalhadores da Leopoldina Railway, quan

do o estudo fez ressaltar a importância de se distinguir os operários do Estado dos operários do setor privado.

Para a realização desse trabalho de pesquisa utilizamos as fontes disponíveis. Procuramos levantar o máximo de dados possível nos jornais operários do Arquivo Edgard Leuenroth (IFCH) e nos jornais da chamada Grande Imprensa, principalmente o Correio da Manhã e A Razão (Biblioteca Nacional). Consultamos todos os jornais existentes no arquivo Leuenroth, editados no antigo Distrito Federal no período 1890-1920. Destacamos em particular os jornais da Confederação Operária Brasileira (A Voz do Povo) e da Federação Operária do Rio de Janeiro (A Voz do Trabalhador). Consultamos também alguns jornais editados em São Paulo como A Lanterna e A Plebe. Esses dados serviram para completar a visão geral que pudemos obter a partir da bibliografia sobre o assunto.

Para o estudo da estrutura da indústria baseamos-nos no Recenseamento de 1920. Para o estudo das ferrovias que serviam o Porto do Rio de Janeiro, utilizamos documentos do Congresso Nacional, Mensagens Presidenciais e Relatórios Ministeriais.

Como resultado desse trabalho de pesquisa surgiram questões conceituais que pareceu-nos importante também esclarecer. As próprias noções de movimento sindical e movimento operário precisaram ser discutidas. É por essa razão que no Capítulo I examinamos as relações entre o sindicalismo e a sociedade. Através do exame das implicações decorrentes da adoção do esquema tradicional da Sociologia Industrial ou da

Sociologia do Trabalho para a explicação da "fase revolucionária" (na realidade anarco-sindicalista) do movimento sindical, procuramos chegar aos fatores globais indispensáveis para a compreensão da ação sindical.

No Capítulo II examinamos as reivindicações em torno das quais aglutina-se a classe operária. Os dois tipos de ação sindical definem-se no decorrer da Primeira República principalmente em função da atitude que adotam frente ao Estado.

No Terceiro Capítulo discutimos as interpretações que contribuem para o entendimento da divisão sindical no Rio de Janeiro. Tentamos, entretanto, introduzir novas questões, resultado das conclusões do Primeiro Capítulo.

Nesse sentido examinamos as características da indústria nascente e as características dos portos e das ferrovias assim como o papel particular que desempenharam estas últimas no processo de integração do Brasil na economia capitalista. E ainda analisamos a política das classes dominantes em relação à classe operária e as consequências para o movimento sindical das características do Estado Brasileiro da Primeira República e sua incapacidade em resolver a "questão operária".

Finalmente queremos insistir na questão relativa à importância do enfoque adotado neste trabalho. Dizemos enfoque porque trata-se de analisar o movimento operário ou, mais particularmente o movimento sindical, como movimento resultado de uma relação que une contraditoriamente as classes

trabalhadoras aos proprietários dos meios de produção. Consideramos que o movimento sindical não existe fora dessa relação. Mais ainda, consideramos que nessa relação as classes trabalhadoras ocupam uma posição subordinada; isto é, esta relação representa a dominação das classes trabalhadoras pelos proprietários dos meios de produção. Não cabe aqui nos estendermos sobre essa relação; basta lembrar o seu substrato material: a apropriação do sobretrebalho através da compra e venda da força de trabalho.

O movimento sindical é então examinado aqui como um aspecto do movimento do capitalismo, determinado diretamente (mas não unicamente) pela contradição básica desse sistema econômico e social, que opõe capital e trabalho. É importante explicitar, para evitar graves mal-entendidos, que não pensamos apontar um enfoque mais geral, mas simplesmente um enfoque mais apropriado ao estudo do movimento sindical e operário em geral. Em outras palavras - e para superar as imprecisões da noção de enfoque - apoiamo-nos numa determinada concepção de movimento operário. Uma concepção relativamente velha se considerarmos que suas bases foram lançadas há mais de um século, e relativamente nova, se considerarmos a bibliografia sociológica sobre a questão.

Para terminar, é fundamental sublinhar mais uma vez que a análise do movimento operário além de representar um aspecto do movimento do capitalismo, deve obrigatoriamente partir da subordinação do trabalho ao capital. Se esquecemos essa característica básica do capitalismo, somos levados

para o lado daqueles que só observam o "projeto revolucionário" na classe operária nas primeiras fases do desenvolvimento do capital, portanto quando a classe operária não se coloca objetivos que ultrapassem o próprio sistema que a subordina; em outros termos, quando o caráter revolucionário da classe operária não ultrapassa os limites da própria revolução burguesa. Nessa linha, não surpreende que, mais adiante, as lutas reivindicativas dos períodos mais avançados do desenvolvimento capitalista sejam compreendidos como "emburguesamento" da classe operária. Em resumo, fecham-se os olhos a todo e qualquer ideal que não as idéias burguesas e nega-se ao mesmo tempo, existência real para a contradição capital-trabalho, o que se manifesta de forma contundente no fato de que só se reconhece o caráter revolucionário das lutas operárias quando elas se integram às revoluções burguesas.

Capítulo I - O MOVIMENTO OPERÁRIO E O MOVIMENTO SINDICAL

Em todos os países em que o trabalho assalariado surge como uma das formas predominantes do regime de produção, os trabalhadores se organizam em associações para se defenderem da dominação absoluta do capital.

A luta entre o capitalista e o assalariado data das origens mesmo do capital industrial e se desenrola durante o período da manufatura (1). Entretanto, na manufatura mesmo reunindo grande número de trabalhadores, como às vezes ocorria, a decomposição do trabalho não atingira o mesmo grau que o regime de fábrica.. Quer o trabalhador participasse na fabricação de uma parte do produto, quer participasse na produção em série de objetos, seu trabalho mantinha uma relação direta com o produto final e portanto guardava ainda algumas características técnicas individuais (2).

É no regime de produção industrial, que o processo de produção socializa-se a um grau elevado e essa socialização é uma das características mais importantes da forma capitalista de produção. Com a introdução das máquinas, o produtor direto só existe enquanto produtor através

(1) K. Marx, Le Capital, livro I, tomo II, Paris, Editions Sociales, 1946, pg. 108 e 109.

(2) K. Marx, op.cit., tomo III, pg. 35.

da venda da sua força de trabalho e sua inserção no mercado de trabalho. O grau de socialização da produção (o caráter social que assumem as próprias formas de produção: a fábrica, a grande indústria), faz com que o trabalhador apareça diretamente como membro de um grupo social. A forma como ele se insere na produção está diretamente vinculada ao aparecimento das organizações que congregam esses trabalhadores. As associações de trabalhadores, como os sindicatos, são uma consequência direta e material do próprio desenvolvimento de economia capitalista, na medida em que esta supõe necessariamente o desenvolvimento do mercado de trabalho.

Os sindicatos representam uma organização de trabalhadores diretamente vinculada à sua situação de vendedores de força de trabalho e à concorrência que se estabelece no mercado de trabalho. Os sindicatos e a atuação dos operários dentro deles, representam uma tentativa de combater essa concorrência que se estabelece na sociedade capitalista (1).

"Diante da força do capital, a força humana individual desaparece e o operário é apenas uma peça na engrenagem da máquina nas fábricas. Para reconquistar sua individualidade, os operários devem se unir e constituir sindicatos

(1) F.Engels, La situation de la classe laborieuse en Angleterre, Paris, Ed.Sociales, 1973, p.274.

tos para defenderem seus salários e suas vidas" (1).

Se é verdade que os sindicatos enquanto órgão de defesa da classe trabalhadora surgem em todos os países onde penetra a organização capitalista da produção, é também verdade que o seu desenvolvimento posterior, a maneira como ele se insere na vida social de cada país varia em função das condições históricas de cada país. Fundamentalmente, as organizações sindicais variam de acordo com as formas assumidas pelo movimento operário propriamente dito em cada um desses países. O movimento sindical não representa a única manifestação social dos trabalhadores assalariados, e da classe operária em particular. As lutas sindicais devem ser entendidas como parte de um conjunto mais amplo de lutas desenvolvidas pela classe operária. O movimento sindical é sempre apenas um aspecto do movimento operário, mesmo quando, conjunturalmente, ele aparece como o aspecto principal ou mesmo o único aspecto visível.

Enzo Faletto faz uma distinção entre movimento operário e movimento sindical que ajuda a esclarecer as complexas relações que existem entre os diversos níveis de atuação da classe operária:

(1) Adresse du Conseil Général de l'Association International des travailleurs aux sections, aux sociétés coopératives et à tous les travailleurs. K.Marx e F.Engels, Le Syndicalisme, vol.1, Paris, Ed.Maspero, 1972, pg.106.

"Conviria separar o que é propriamente o movimento operário e por outro lado, a sua expressão tradicional, a organização sindical.

Durante um momento do processo de desenvolvimento do chamado 'movimento operário' este e o sindicato apareciam confundidos em seus fins e objetivos. Porém, logo o sindicalismo transformou-se somente em um organismo de defesa da condição operária e sua ação viu-se limitada pelos marcos da sociedade industrial em que atuava" (1).

Essa distinção é necessária porque de certa forma ela implica no entendimento do papel dos sindicatos e seus limites. Movimento operário implica uma classe operária perseguindo objetivos sociais próprios, distintos dos da burguesia. Implica portanto uma organização política da classe operária diferente da sua organização econômica, os sindicatos. Entretanto, no começo da história das manifestações operárias, no período portanto que nos interessa particularmente, as duas coisas, movimento operário e movimento sindical, aparecem de certo modo confundidas. Em vários países, o movimento operário começa na luta pela defesa das condições de vida da classe operária, na luta econômica, dentro dos sindicatos, pelo próprio direito de formar essas associações, e só com o desenvolvimento dessa luta é que aparecem claramente os limites da

(1) Enzo Faletto, Industrialização e Classe Operária na América Latina, in Leôncio M. Rodrigues (org.), Sindicalismo e Sociedade, São Paulo, DIFEL, 1968, p. 296.

atuação dos sindicatos e a necessidade de se passar para o outro plano político e para a procura de objetivos mais amplos do que os do movimento sindical.

Os sindicatos, quando apenas preocupados com o aspecto econômico, lutam pela obtenção de vantagens imediatas para a classe operária. Entretanto, essas vantagens imediatas, às vezes, podem estar em contradição com objetivos a longo prazo que, se alcançados, beneficiarão o conjunto da classe. Durante uma greve, por ex., setores do proletariado podem vir a passar fome, o que induz à degradação das suas condições gerais de existência, e, no entanto, a greve pode servir, a longo prazo, para a melhoria das condições gerais da classe operária. Ou ainda, um determinado setor da classe operária, privilegiado em razão das condições específicas de trabalho naquele ramo pode se juntar à massa trabalhadora de um país numa greve reivindicatória que não lhe trará benefícios imediatos; entretanto, a perspectiva de uma vitória em conjunto da classe, no âmbito da nação, pode ser uma razão válida para o seu envolvimento na greve.

Pode existir uma contradição, portanto, entre os interesses imediatos de setores da classe operária e a classe como um todo. E o movimento operário está longe de ter resolvido essa questão na sua prática. Por isso, devemos evitar a confusão entre movimento operário (que implica estarem em jogo os interesses da classe como um todo) e a simples soma dos movimentos sindicais de um determinado país.

Essa contradição decorre da própria natureza

dos sindicatos. Reduzir o movimento operário aos movimentos sin
dicais significa reduzir a teoria do papel da classe operária
na transformação das sociedades à teoria do sindicalismo.

Gramsci estava bem atento a esses problemas, pois na Itália
do seu tempo a teoria sindicalista tinha uma certa influência
no movimento operário (1).

"O sindicalismo revelou-se como uma simples for
ma da sociedade capitalista e não como uma 'superação' poten-
cial da sociedade capitalista. Ele organiza os operários não
enquanto produtores mas enquanto assalariados, isto é, enquan-
to criaturas do regime capitalista da propriedade privada; en
quanto vendedores da mercadoria-trabalho. O sindicalismo une
os operários em função do instrumento de trabalho ou da maté-
ria a transformar, o que é o mesmo que dizer que o sindicalis
mo une os operários segundo as formas impostas pelo regime ca
pitalista, o regime do individualismo econômico" (2).

(1) Em 1919 a União Sindical Italiana controlada pelos anarco-
sindicalistas tinha 500 mil membros, a maioria trabalha-
dores industriais de Turim e Milão. A outra central sindi-
cal (CGL) era controlada pelos socialistas moderados. Cf.
George Woodcock, Anarchism. A history of Libertarian Ideas
and Movements. New York, New American Library, 1962, pg.
352-353. Segundo J.C.Adams, a CGL possuía em 1919, 1.150.062
operários, isto é, mais ou menos o dobro da U.S.I. "Italy",
in Galenson (ed.), Comparative Labor Movements, New York,
Russell & Russell, 1968, pg. 427-428.

(2) A. Gramsci, Ecrits Politiques I, 1914-1920, Paris, Ed.
Gallimard, 1974, pg. 284-285.

Gramsci mostra ainda como, dentro dos limites da fábrica, é difícil para o operário conceber-se como um momento da produção e que ele é levado a enxergar seu trabalho apenas como um meio de vida. Tanto o sindicato profissional quanto o sindicato de indústria contribuem para reforçar essa mentalidade, pois levam os operários a se considerarem como uma "mercadoria" ofertada no mercado nacional e internacional onde se estabelece, pelo jogo da concorrência, seu preço e seu valor.

O que se depreende claramente da análise de Gramsci é, em outras palavras, o limite imposto à ação dos sindicatos pela sua própria natureza, de organismo defensivo, regrupando nos moldes da produção capitalista os operários e impedindo-os de se enxergarem como algo mais que simples assalariados.

Expressando ainda a mesma idéia, a partir de um ponto de vista diferente, John Lewis, o líder dos mineiros americanos vai mais longe ainda: "A Trade-Union faz parte integrante do sistema capitalista. Ela é um fenômeno capitalista, tanto quanto a sociedade anônima" (1).

O sindicato representa, em primeiro lugar, o instrumento de que se vale o proletariado para obter salários

(1) Cf. Georges Lefranc, *Le syndicalisme dans le monde*, Paris, PUF, 1949, p. 33, citado por Messias Pereira Donato, *O movimento Sindical Operário no Regime Capitalista*, Rio de Janeiro, *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 1959, p. 72.

mais elevados e melhores condições de trabalho. Sua função exerce-se no dia-a-dia, por meio de uma pressão constante contra a resistência da classe patronal.

Todo sindicalismo é por essência reivindicativo. A questão consiste em saber se a classe operária organizada nos sindicatos vê essa reivindicação como parte de uma luta mais ampla contra o regime assalariado ou não. É nesse sentido que Marx frizava a necessidade de fazer figurar esse objetivo final no alto do programa de ação dos sindicatos: para que a classe operária estivesse sempre consciente, durante suas lutas reivindicativas, dos limites da luta dentro dos sindicatos e da necessidade de sua inserção numa luta mais ampla de cunho social global. Em outros termos, para Marx, a luta sindical é sem fim, até a abolição do regime assalariado, esse é o seu fim, mas como fim mesmo extravasa os limites da ação sindical e não pode ser alcançado unicamente através dela.

A luta nos sindicatos é, portanto, apenas um aspecto do movimento operário. Esse aspecto não deveria porém atuar de modo isolado. Necessariamente essa prática deveria ligar-se a outros planos de ação; fundamentalmente, deveria evoluir para a organização da classe operária em torno de objetivos que ultrapassem o sistema capitalista.

O movimento operário é a conjugação dos esforços da classe operária não apenas no plano sindical mas também no plano político e social. Depende da formação de uma consciência de classe que lhe permita fixar objetivos próprios, independentes dos objetivos da burguesia. Depende também do

grau de clareza que possua a respeito da sua posição no conjunto da sociedade e que lhe permita forjar alianças e unidades de ação. Enquanto a classe operária se limita a optar por uma ou outra direção da política burguesa não se pode falar ainda em movimento operário. É o que nos diz Engels falando a respeito da situação na Inglaterra em 1879.

"No plano político, os operários se dividem em conservadores e radicais liberais, em partidários do ministro Disraeli e em partidários de Gladstone. Não se pode, portanto, falar aqui de verdadeiro movimento operário, pois que as greves que se desenrolam aqui sejam vitoriosas ou não, não fazem avançar o movimento de um só passo" (1).

Ao fazer essa distinção não estamos considerando o movimento sindical como agindo somente no nível econômico e entendendo o movimento operário como agindo no nível político. As relações complexas entre a economia e a política não permitem simplificações desse tipo. A ausência de uma organização política da classe operária não significa a sua ausência no seio das lutas políticas que se desenvolvem no período. Como bem nota N.Poulantzas:

"Une absence de lutte politique de classe ne signifie nullement pour autant que la lutte économique de cette classe ne se réfléchit pas, par des 'effets pertinents',

(1) F.Engels, "The English Working Class Movement in 1879", in F.Engels, Selected Writings, G.B., Penguin Books, 1967, p.97.

au niveau politique: se contenter dans la seule lutte économique stricte, peut produire des 'effets pertinents' tout à fait positifs, qui sont laisser faire la politique de l'adversaire" (1). Uma greve decretada por um organismo sindical pode ter caráter econômico ou político, como explica Marx numa carta a Bolte:

"...Para se tornar político, um movimento deve opor às classes dominantes os operários agindo enquanto classe para fazê-las ceder por meio de uma pressão exterior. Assim a agitação é puramente econômica, quando os operários tentam, por meio de greves, etc., numa só usina ou mesmo num só ramo de indústria, obter dos capitalistas privados uma redução do tempo de trabalho; mas ela é política, quando eles arrancam à força uma lei fixando em oito horas a jornada de trabalho, etc."(2).

Em certa medida a natureza do movimento não é dada desde o seu início, mas depende também de seu desenvolvimento posterior. Uma greve econômica pode se transformar numa greve política e empregar numa ação toda a classe operária em oposição à burguesia.

Marx friza a diferença existente entre a luta dentro da empresa, necessária ou mesmo inevitável, mas insufi

(1) N.Poulantzas, Pouvoir Politique et Classes Sociales, Paris, Ed.Maspero, 1968, p. 97.

(2) K.Marx, carta de Marx a Bolte, 23 de novembro de 1871, in Le syndicalisme, op.cit., vol.I, p. 99.

ciente e a luta no cenário político e social da nação onde o Estado aparece como um instrumento das classes dominantes, mas passível de agir também (como resultado de uma pressão política) favoravelmente à classe operária (1).

Na sociologia Industrial encontramos também referência aos aspectos políticos e econômicos da luta sindical. Mottez e Touraine colocam a questão nos seguintes termos: "O movimento operário raras vezes foi um simples instrumento de defesa econômica dos assalariados. Não existe ação econômica, pelo menos de certa amplitude, que não imponha um julgamento sobre a situação das empresas, e por conseguinte, sobre o conjunto do sistema econômico. O mais limitado dos sindicalismos não pode desinteressar-se das medidas tomadas pelo Estado e autoridades locais, pelo simples fato de poderem as leis e medidas administrativas interditar ou enterrar as atividades sindicais" (2).

Para os autores o sindicalismo naturalmente ultrapassa o plano econômico, meramente defensivo para entrar no plano político através da sua relação com o Estado. Para eles isso se faz a partir da preocupação que os sindicatos co

(1) Ver carta de Marx a Kugelmann, 17 de março de 1868, in K.Marx e F.Engels, Lettres sur "Le Capital", Paris, Editions Sociales, 1964.

(2) A.Touraine e B.Mottez, "Classe Operária e Sociedade Global" in G.Friedmann e P.Naville, Tratado de Sociologia do Trabalho, vol.II, São Paulo, Ed.Cultrix, 1973, p.308.

meçam a manifestar em determinado momento com os problemas da produção.

A necessidade das ações sindicais passarem para o plano político nos parece também evidente pelas razões apontadas pelos autores. Mas é preciso observar que a forma pela qual a classe operária se relaciona com o Estado pode diferir. O proletariado pode estar organizado em sindicatos por indústria e se ver obrigado a "dialogar" com o Estado porque este se apresenta como mediador numa greve (como ocorre frequentemente até mesmo na Primeira República, ex. a greve da Leopoldina). Pode ainda "dialogar" com o Estado para a obtenção da jornada de oito horas ou um aumento salarial. Nesses casos a ação sindical ultrapassou o plano puramente econômico e teve o Estado como interlocutor. Trata-se de um caso diferente, por exemplo, quando a classe operária se encontra organizada em partido político, tendo assim uma forma de pressão sobre o Estado enquanto participante da vida política da nação. A questão, portanto, que a nosso ver se coloca é o limite político da ação sindical no primeiro caso. Obrigada a enfrentar o Estado durante uma greve, a classe operária poderá não estar agindo como uma classe. E portanto não estar agindo politicamente na plena acepção do termo. É a prática do movimento operário e a sua própria experiência comprovadora dos limites da ação puramente econômica que levam o proletariado a estender sua luta para o plano político integral. Aprendendo com a burguesia que o Estado pode intervir nas lutas empregadores-empregados, o proletariado pressiona o Estado para que tome medidas em seu favor, obtendo até algum êxito como

mentos" pertencentes ao "nível" político, como as instituições do chamado aparelho de Estado.

O caráter abstrato desse tipo de análise se manifesta numa capacidade classificatória aliada a uma incapacidade de contribuir para a compreensão da natureza dos movimentos sociais.

O aspecto político do sindicalismo não advém das relações formais da ação sindical com a ação políticas tais como a intervenção de instituições do Estado, por exemplo. Ela é, na verdade, uma consequência do fato de que o sindicalismo tem sua origem numa oposição social fundamental, embora manifeste essa oposição dentro de determinados limites.

A visão formal dos aspectos políticos do sindicalismo representa, no final das contas, um retrocesso em relação ao conhecimento imediato, na medida em que, na prática, poucos se enganam sobre o caráter político ou não de uma greve, por exemplo. Os movimentos sindicais apresentam um caráter político mais ou menos patente quando colocam em questão, mais ou menos diretamente, a ordem social e política vigente, em particular quando ameaçam o Estado. Não é o aspecto formal do movimento (destacado pela análise estruturalista), mas a sua natureza que deve ser destacada. O movimento sindical é político não porque ele entra em relação com o aparelho de Estado, mas na medida em que é uma manifestação de classe da classe operária, isto é, do conflito social básico que em última análise levanta a necessidade de transformações sociais profundas.

Essas constatações, às quais não pode fugir o observador atento da realidade social, apenas afloram as verdadeiras implicações políticas do movimento sindical e pouco esclarecem sobre as relações entre movimento sindical e movimento operário.

Essas questões vêm à tona quando consideramos o fato de que a crescente intervenção do Estado como "regulador" dos conflitos entre organizações sindicais e patronais não representa uma simples evolução natural das coisas (porque o sindicalismo tem sempre implicações políticas em geral), mas sim a consequência do aparecimento dos operários enquanto classe social que coloca em questão a própria ordem social vigente.

Assim, em primeiro lugar, o aspecto político do movimento sindical está diretamente vinculado à ascensão da classe operária e de seu aparecimento enquanto força social com objetivos políticos próprios. Ela não pode ser entendida de um ponto de vista formal (em função de uma ordem social pré-determinada), mas como resultado de um desenvolvimento histórico, isto é, concretamente, como conquista da própria classe operária, conquista essa que significa, nessa primeira etapa histórica, a sua própria afirmação como classe social.

Essa compreensão formal encontra um respaldo aparentemente mais sólido numa visão estruturalista, que divide a sociedade em níveis ou esferas política, ideológica e econômica. Formalmente, pode-se pensar que o caráter político do movimento sindical se manifesta pela intervenção de "ele-

demonstra a adoção de leis regulando o trabalho em quase todos os países. Mas isso pode ocorrer estando a classe operária organizada ou não em partido político independente e portanto em distintos níveis de participação política.

O movimento sindical pode, portanto, ser simplesmente levado a entrar em contato com o Estado sem que essa incursão no plano político represente um real avanço no movimento operário no sentido da sua organização enquanto classe social. E essa limitação é dada, como vimos anteriormente, pela própria natureza da organização sindical e não pela vontade ou consciência dos agentes.

É essa distinção, que consideramos importante, que nos parece **faltar** na concepção de Mottez e Touraine no que se refere à politização do movimento sindical.

A questão dos limites da ação sindical só pode ser claramente entendida quando consideramos as verdadeiras implicações políticas do movimento sindical, em particular, e do movimento operário, em geral. É claro que todo movimento sindical (como qualquer movimento social, mesmo quando restrito a questões diretamente ligadas à economia) possui implicações políticas. A atividade econômica, mesmo em Estados onde se aplica uma política liberal no sentido restrito do termo, está vinculada diretamente a uma legislação econômica, e indiretamente a uma legislação política. Assim a ação sindical implica, desde o início, em uma intervenção política, inclusive uma ação do Estado, seja na legislação, seja na repressão policial, etc.

O movimento sindical é apenas um dos aspectos do movimento operário, e também não se limita à classe operária. Bancários, professores, técnicos, enfim, elementos da classe "média" em geral também se sindicalizam e lutam pela melhoria das suas condições de trabalho e nível de vida.

O importante é ao estudarmos o movimento sindical levarmos em consideração as observações anteriores relativas à inserção do movimento sindical no movimento operário e das relações existentes entre eles, relações essas que não são simplesmente formais mas que esclarecem a própria natureza (objetivos e limites) do sindicalismo.

1. A análise do movimento sindical

Como pretendemos estudar o movimento sindical na Primeira República brasileira, interessa-nos saber até que ponto a sociologia industrial pode contribuir com elementos de explicação para o nosso objeto de estudo e para a fase histórica específica na qual ele se insere: os primórdios da industrialização brasileira.

Para a sociologia industrial, o movimento sindical nasce num determinado momento do desenvolvimento do capitalismo como consequência dos efeitos da industrialização numa parcela da sociedade, num grupo social determinado, os trabalhadores. Os trabalhadores ocupam uma posição determinada no processo de produção e conseqüentemente a experiência que tiram do processo de industrialização é uma experiência específica.

Os sindicatos correspondem a determinado grau de organização do movimento operário, grau esse atingido a partir de questões colocadas pelo movimento operário e questões essas que são um princípio de distinção e de coesão interna do próprio movimento.

Para orientar sua ação os sindicatos precisam desenvolver uma análise econômica, social e política da sociedade. Ação e reflexão não são dois momentos desligados da atividade sindical, mas se desenvolvem ao mesmo tempo. Assim, tanto nos momentos de crise (afrontamento declarado com o patronato e/ou o governo) como nos momentos de refluxo da atividade, os sindicatos através dos seus órgãos de divulgação e propaganda fornecem suas interpretações sobre a sociedade a qual pertencem, sobre sua situação dentro dela, tiram conclusões a respeito, objetando ou propondo alternativas ao sentido geral da política econômica do governo ou simplesmente à política salarial de uma empresa.

Para estudar o sindicalismo os sociólogos costumam levar em conta três aspectos da questão.

O primeiro aspecto é o ideológico. As interpretações desenvolvidas pelos sindicatos sobre a sociedade global tem uma relação implícita ou explícita com correntes de pensamento político-filosóficas surgidas em determinados momentos históricos. A análise das interpretações, fruto da atividade de ação e reflexão, essencial à vida de todo sindicato e da relação dessas interpretações com as correntes de pensamento político-filosóficas de amplitude mais global, constitui, por

tanto, um dos aspectos abordados pelos estudos dedicados ao sindicalismo.

O segundo aspecto, frequentemente relacionado à ação sindical, é o das relações de dependência entre fases do desenvolvimento econômico e tipos de sindicalismo. Isto é, é comum fazer-se a relação entre tipos de ação sindical e graus de desenvolvimento econômico associados a maior ou menor democratização da sociedade (democratização entendida aqui como maior ou menor possibilidade de participação do operariado na vida política da nação).

E finalmente, o terceiro aspecto, recentemente acrescentado aos dois primeiros para a compreensão da ação sindical, é o aspecto organizacional dos sindicatos. Quer dizer, o estudo do sindicato enquanto um tipo de organização fazendo parte da sociedade como um todo e desempenhando funções específicas para o equilíbrio ou a mudança desta.

Escolhemos analisar os textos de Michel Crozier, Alain Touraine e Bernard Mottez, em particular, devido à penetração que as teses desses autores tem na sociologia do trabalho brasileira. Em especial, a tipologia da ação sindical de Mottez e Touraine constitui o ponto de partida de várias análises sobre o sindicalismo no Brasil.

2. Uma Tipologia do Sindicalismo

Mottez e Touraine (1) fazendo uma análise da relação entre movimento operário e situação econômica destacam o fato de que o centro das atenções nessa área de estudo tem se deslocado do estudo das influências da situação econômica sobre o movimento operário para o estudo da influência do sindicalismo na economia. Tentando explicar essa inversão das preocupações, os autores atribuem-na à "nova situação do movimento operário". Isto é, enquanto o operariado não tem um lugar na vida da sociedade e não participa de maneira organizada das decisões econômicas, o meio econômico aparece como algo contra o qual ele se choca e a abordagem sociológica da questão reflete essa situação de dependência política e ideológica do movimento operário da conjuntura econômica. Atualmente, entretanto, já não é possível estabelecer uma relação simples entre ideologia e política sindicais, de um lado, e situação econômica de outro. A política sindical segundo os autores varia de acordo com a maior ou menor participação dos sindicatos nas decisões econômicas e de acordo com a natureza e a estrutura da própria organização sindical. Ao longo de análises históricas e empíricas do movimento sindical europeu e americano, a dependência que Mottez e Touraine estabelecem entre movimento operário e conjuntura econômica é uma rela-

(1) A.Touraine e B.Mottez, op.cit., p.310.

ção entre depressão econômica e ambição revolucionária e estabilidade econômica e abandono de projeto de revolução social. Destacando ao mesmo tempo que o abandono do projeto revolucionário implica na adoção de um outro, qual seja, o de influenciar a política econômica do governo. Inicialmente, enquanto movimento de defesa econômica e de luta contra as arbitrariedades do sistema social, o sindicalismo não se preocupou com os problemas da produção ou do desenvolvimento econômico. Nessa época, o princípio central do sindicalismo era preparar o enfrentamento direto entre a classe patronal e os trabalhadores. Mas a partir do momento em que o sindicalismo alcança um certo desenvolvimento e que, através dos partidos políticos, pode exercer certa influência nas decisões políticas da nação, ele deixa de ser um movimento simplesmente reivindicativo para preocupar-se também com os problemas da produção e propor um programa econômico.

A partir dessas considerações gerais e da análise do movimento sindicalista na França, nos Estados Unidos e na Inglaterra, Mottez e Touraine propõem uma tipologia da ação operária segundo a sociedade global com o objetivo de definir o papel efetivo do sindicalismo em diversos tipos de sociedades. Para os autores existem três tipos de ação sindicalista: o sindicalismo de oposição, o sindicalismo de controle e o sindicalismo associado ao poder.

No sindicalismo de oposição, Mottez e Touraine vêm três modalidades diferentes, características de fases diferentes do desenvolvimento econômico. O sindicalismo apolítico e de negação do Estado, característico dos países onde a

classe operária é minoritária e onde destaca-se a fraqueza da industrialização. O pensamento operário nesses casos se deve sobretudo aos operários qualificados. Quando os países são mais industrializados, possuem indústrias de base, e a classe operária tem maior peso na população global, seus problemas são, portanto, problemas que afetam a sociedade como um todo; nesses casos as contradições se atenuam mas o conflito com o poder é ainda bastante desenvolvido. Finalmente, nos países industrializados avançados, os operários se organizam para realizar uma política operária autônoma, já tendo conquistado uma posição de importância na sociedade. Citando o caso da Inglaterra, "há muito industrializada quando as Trade Unions sentiram a necessidade de realizar uma política operária autônoma", Mottez e Touraine dizem:

"Quanto mais forte se torna a classe operária, quanto mais progride na conquista de garantias, mais se enfraquece a tensão entre as exigências, mais tendem a reunir-se o político e o sindical. O partido trabalhista constitui no seio dos partidos socialistas um tipo novo, controlado pelos sindicatos, ao contrário da maioria dos partidos do continente, e prossegue na transformação da sociedade no quadro das instituições democráticas, que ele não contesta. Há continuidade entre o político e o sindical, a sua junção significa o abandono do projeto revolucionário" (1).

(1) Friedmann, Naville, Tratado de Sociologia do Trabalho, vol. III, Ed.Cultrix, SP, 1973, p.311.

O sindicalismo de controle seria a forma da ação sindical nos países capitalistas avançados. Ela se caracteriza pela participação dos operários na vida da empresa e na vida econômica. A participação tem, portanto, dois níveis. Por um lado, participação na vida política e econômica da sociedade, através da ligação que se estabelece entre os sindicatos e os partidos políticos. Os sindicatos têm definida uma política econômica que gostariam de imprimir à nação e influenciam de certa forma o governo no sentido de impor certas limitações à sua ação econômica. Por outro lado, a participação pode ser vista, como uma participação nas decisões e na gestão da empresa com o caráter de um "controle" exercido pelo sindicato sobre a classe patronal.

No sindicalismo associado ao Poder, Mottez e Touraine examinam o caso dos sindicatos nos países socialistas europeus, o caso da União Soviética em particular, e os conselhos operários como forma particular de organização do movimento operário, no caso da conjunção de objetivos econômicos e políticos imediatos. Apesar do interesse que o assunto suscita, foge ao nosso problema, enquanto tema específico.

No caso particular de Touraine, a análise da ação sindical baseia-se fundamentalmente no que o autor chama de consciência operária. A consciência operária é definida através da combinação de três princípios: princípio de identidade (o fundamento das reivindicações operárias), o princípio de oposição (definição dos obstáculos ao controle dos trabalhadores sobre as suas obras) e o princípio da totalidade (defini

ção do campo social no qual se situa a relação definida pelos dois princípios precedentes) (1).

O campo social não é definido pelo conflito entre os trabalhadores e aqueles que os dominam. Em outras palavras, para Touraine a análise da consciência operária (e, através dela, da ação sindical) não parte da contradição fundamental entre o capital e o trabalho. A exclusão da contradição capital-trabalho é uma consequência da definição do campo social (totalidade) que engloba o sindicalismo moderno: a sociedade industrial. Só nas sociedades anteriores à automação da produção (sociedade pré-industrial e sociedade proto-industrial as classes se definem por oposições. A sociedade industrial determina indivíduos, categorias sociais, dado que tudo se define em função da totalidade. Aqui a totalidade subordina a oposição, ao inverso do que ocorre nas sociedades pré e proto-industriais. Enfim, a sociedade industrial é antes de tudo uma "sociedade de massas". Os indivíduos, os grupos e as categorias sociais definem-se em relação ao lugar que ocupam no todo. A antiga oposição entre classes sociais perde o seu sentido... (2).

A noção de sindicalismo de oposição aplica-se, então, às primeiras fases do movimento sindical. Nas socieda-

(1) A. Touraine, *La conscience ouvrière*, Paris, Ed. Seuil, 1966, p.16.

(2) A. Touraine, *op.cit.*, p.330.

des pré-industrial ou proto-industrial, a consciência operária não existia ainda, o que havia no seu lugar era uma consciência proletária, consciência cujo aspecto principal é a consciência negativa da sociedade (1).

Esses são os elementos principais da análise teórica de A.Touraine que precisávamos explicitar para a melhor compreensão da tipologia da ação sindical (2).

3. Uma Análise Complexa do Sindicalismo

Michel Crozier (3) num trabalho dedicado mais aos estudos sociológicos do movimento operário que ao movimento operário propriamente dito, aborda o sindicalismo como uma realidade complexa. Por um lado, o movimento operário constitui uma reação de um grupo social particular às transformações trazidas pela industrialização. Por outro lado, constitui um tipo de organização que tem seu papel na vida econômica e social e nesse caso é preciso vê-lo como uma estrutura com leis próprias de funcionamento. Ainda por outro lado podemos conside-

(1) A.Touraine, op.cit., p.321.

(2) A análise teórica a que nos referimos é desenvolvida também em Sociologie de l'Action, Paris, Ed.Seuil, 1966, principalmente pp.339 a 410.

(3) Michel Crozier, "Sociologia do Sindicalismo" in Sindicalismo e Sociedade, op.cit., pp.11-42.

rã-lo como um fator de mudança social. Em decorrência dessa complexidade e dessa multiplicidade de ângulos que o problema nos ofereça, o estudo do sindicalismo ficou, para Crozier, preso a um conflito de valores referente aos fins, à utilidade e ao próprio sentido da ação operária. Concentrou-se a atenção sobre a finalidade do movimento operário, seus objetivos manifestos e os inevitáveis conflitos de opiniões implicados. Crozier acha que estudos empíricos complementares sobre o movimento sindical seriam mais frutíferos para o conhecimento dos sindicatos e da ação sindical.

A partir de uma análise da situação desses estudos e suas possibilidades de desenvolvimento, Crozier distingue cinco pontos de vista complementares que correspondem a aspectos diversos e por vezes contraditórios do movimento operário.

O primeiro ponto seria a gênese do movimento operário: a que necessidades responde o movimento operário, como se desenvolve e porque.

O segundo ponto seria o ponto de vista estrutural: que tipo de organização é o movimento operário e como se distribuem neles os papéis e os poderes.

O terceiro seria o ponto de vista funcional: quais as funções do movimento operário na sociedade global e de que modo ele as realiza.

O quarto seria o ponto de vista ideológico: porque a importância do impulso ideológico operário é considerável.

E finalmente o quinto seria o ponto de vista da mudança: o movimento operário não é somente uma reação a uma situação dada, uma das peças indispensáveis ao equilíbrio social, é também um novo fator original que constitui para a sociedade em seu conjunto um elemento de mudança.

Com esses cinco pontos Crozier crê que se possa abarcar o mais amplamente possível a complexidade do movimento operário e esclarecer melhor a ação sindical.

Analisando a questão sob o ponto de vista funcional, Crozier nos diz que nos primórdios do movimento sindical o objetivo dos participantes era a abolição do regime assalariado e não se encarava a negociação como uma forma válida de colaboração com a ordem patronal. Na prática podia haver negociação, mas o ideal era a autonomia corporativa. Esse tipo de visão norteava a "ação direta". A "ação direta" como mostra Crozier, "supõe, de fato, a completa separação do mundo operário, a recusa de reconhecer o parceiro patronal, a desconfiança contra eventuais negociadores, a primazia concedida à iniciativa dos trabalhadores". Para Crozier, entretanto, as idéias que estavam por trás da teoria da ação direta eram o ideal revolucionário e a independência do movimento sindical. E essa independência, ainda segundo o autor, encontramos em alguns países latinos, onde existe uma completa separação entre a ordem patronal e a ordem operária. As negociações coletivas não têm nesse quadro condições de se desenvolverem, porque, segundo Crozier, elas implicam o reconhecimento da existência mútua.

Quanto à ideologia, Crozier nos diz que: *todos os movimentos operários nos países ocidentais, como também nos países subdesenvolvidos, começaram sempre por um período de ideologia revolucionária. As próprias formas de ideologia variaram. Nelas se distinguem tendências opostas, anarquistas e estatais; nelas se voltam a encontrar traços conservadores de apego ao passado, um mito do regresso à idade áurea sob uma aparência progressista. Mas tais diferenças são finalmente acessórias, pois o essencial é a contestação violenta da ordem estabelecida e a esperança, igualmente violenta, de transformar imediatamente o mundo" (1).

Crozier diz ainda que essas características revolucionárias podem ser encontradas no sindicalismo dos momentos de crises sociais. Fora desses períodos a ideologia revolucionária subsiste de forma convencional, sem exercer real influência sobre as massas e o que se desenvolve realmente são as ideologias reformistas. Nas sociedades mais evoluídas o desinteresse pelas ideologias revolucionárias é notado mesmo em épocas de crise, apesar de persistirem formalmente nessas organizações. Dessa situação Crozier conclui por uma permanente dualidade no movimento sindical, dualidade expressa na polaridade reforma/revolução. Dualidade essa que depende do caráter da subordinação do operariado enquanto classe. Essa subordinação tem dois aspectos. Enquanto classe, ocupando uma posição

(1) M.Crozier, op.cit., p.34.

determinada no processo de produção, a classe operária ocupa uma posição subordinada na sociedade, ou em outros termos, nas relações de classe ela ocupa o polo subordinado por oposição a um polo dominante, que seria constituído pelos detentores dos meios de produção associados ao Estado. Mas, além desse aspecto, existe outro não menos importante que é o aspecto da subordinação do trabalhador dentro do processo de trabalho. Diz Crozier:

"Acontece que o movimento operário não se define somente em relação às instituições e à forma da sociedade; tem como característica agrupar homens que no próprio trabalho, isto é, na atividade mais central da existência, se encontram em estado de subordinação, tendendo conseqüentemente a contestar de modo permanente, a ordem social responsável por essa subordinação. A luta para melhorar a remuneração e as condições materiais do trabalho não pode ser separada desta contestação fundamental. É ela que dá a consciência adequada ao representante operário, obriga o empregador a manter-se na defensiva e fornece ao dirigente sindical a arma de que este se serve contra a classe patronal" (1).

Em conseqüência disso, Crozier vê a necessidade de se analisar o sindicalismo através da contradição permanente, que existe em todo movimento sindical e mesmo dentro de cada militante sindical, entre uma posição revolucionária e

(1) M. Crozier, op.cit., p.35.

uma posição reformista sob a forma de uma constante tensão reforma/revolução. Isto é, de um lado a luta constante pela melhoria das condições de vida, dos salários, etc. dentro do sistema, e de outro, a contestação fundamental ligada à posição de subordinação do operário dentro do local de trabalho.

Entretanto, apesar desse enfoque parecer encaminhar a análise para o estudo da contradição fundamental do sistema, Crozier tira conclusões semelhantes às de Mottez e Touraine quando aplica seu esquema de análise aos casos históricos concretos:

"Nos países anglo-saxões e nórdicos, onde as distâncias sociais são relativamente frágeis e nos quais os sindicatos obtiveram um direito de participação considerável na vida social (os dois fatos ademais estão muito ligados entre si), a tensão fundamental reduz-se e tende a diminuir; as oposições ideológicas são conseqüentemente pouco marcadas e a ideologia no conjunto geralmente perde importância. Nos países latinos, onde as distâncias sociais são grandes e nos quais os sindicatos não puderam impor sua participação, a tensão reforma/revolução permanece muito intensa, as oposições ideológicas são violentas, existe cisão entre os grupos que as professam, a instabilidade dos homens e das idéias é considerável" (1).

(1) M.Crozier, op.cit., p.37.

Como vemos, apesar do autor não dizer que isso seja inevitável, somos levados à conclusão de que o desenvolvimento econômico trás consigo o abandono do projeto revolucionário, o que é uma maneira não explícita de afirmar a capacidade ilimitada da burguesia em fazer concessões à classe operária que levem esta última a uma acomodação dentro do sistema e ao abandono do projeto de transformá-lo.

Convém destacar, entretanto, que se por um lado, anteriormente, frizamos os limites da ação sindical, por outro lado, devemos também frizar que a situação real de subordinação do operário no processo de trabalho (como chama a atenção Crozier), dentro da indústria é um aspecto que deve ser levado em consideração sempre que se tratar dos objetivos políticos e sociais da classe operária. Mas essa base real para as contradições de classe existentes no modo de produção capitalista fundamenta apenas até um certo ponto uma contradição reforma/revolução no movimento sindical. Os interesses imediatos do proletariado, ou de uma parte do proletariado, podem estar em contradição com os interesses da classe como um todo. Mas não há uma contradição intrínseca entre melhorar o padrão de vida da classe operária e transformações revolucionárias. Vários líderes operários, em vários momentos do movimento operário internacional, destacaram este aspecto da questão. No limite, as transformações revolucionárias têm como objetivo melhorar as condições de vida da classe operária e isso inclui a elevação do seu padrão de vida.

4. A Análise do Sindicalismo Brasileiro

No Brasil, as teses de Mottez e Touraine foram retomadas por Leôncio Martins Rodrigues.

Baseando-se nas fases do desenvolvimento industrial propostas por Touraine(1), Leôncio M. Rodrigues vê três etapas nas relações proletariado/burguesia e na evolução do sindicalismo: uma primeira etapa é da expansão de um sindicalismo revolucionário, muitas vezes ilegal e influenciado pelas correntes anarco-sindicalistas, que se estende até a Primeira Guerra Mundial. Essa etapa caracteriza-se pela repressão das associações operárias. No plano econômico está associada ao trabalho qualificado e à pequena indústria.

Uma segunda etapa corresponde à industrialização, ao trabalho padronizado e não qualificado. Desaparece o anarquismo e desenvolvem-se as organizações sindicais e os grandes partidos políticos da classe operária de inspiração marxista. A classe operária conquista uma série de direitos relativos às condições de trabalho, à legislação social e participação eleitoral.

Uma terceira etapa é a do consumo de massas, intervenção crescente do Estado na economia e corresponderia ao

(1) As fases do desenvolvimento industrial de A. Touraine estão em "L'Evolution du Travail aux Usines Renault", Paris, CNRS, 1955, p.48, cf. Leôncio Martins Rodrigues, Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil, pgs. 32 e 33.

início da automação. O acesso da classe operária a uma participação na sociedade de consumo conduz a um poderio decrescente da ideologia revolucionária sobre ela. Citando Cardoso (1) Leôncio afirma: "foi um processo de alienação em escala jamais suspeitada por qualquer 'teoria revolucionária' do século passado: a sociedade de massas, no sistema capitalista de produção, à medida em que aumentavam as oportunidades de ascensão social e realização pessoal pelo êxito econômico, graças aos progressos crescentes e à manutenção do 'igualitarismo' como valor básico, permitiu que a participação das massas no sistema de mass-consumption trouxesse consigo o alheamento da massa aos problemas relativos ao controle do poder".

Aplicando o mesmo tipo de análise sociológica ao caso brasileiro, Leôncio divide o movimento sindical no Brasil, em duas fases: a primeira seria a do sindicalismo de reação (ou revolucionário) que corresponderia aos primórdios da industrialização e se estenderia até a década de 1930. As características dessa fase seriam semelhantes às do caso europeu, com algumas diferenças: um sindicalismo que incorpore os temas anarquistas (anti-militarismo, anti-clericalismos e internacionalismo), mas que é muito débil. Além das ideologias anarquistas e anarco-sindicalistas, as idéias socialistas aparecem no movimento sindical e mais tarde as idéias comunistas. Mas segundo Leôncio, no Brasil, ao contrário do que ocorreu nos países europeus, essas idéias ficaram sempre restritas a

(1) Leôncio M. Rodrigues, op.cit., pg.35.

"grupos de propaganda" e nunca ganharam as massas e isso é válido também para o Partido Comunista, apesar de ter sido ele o que mais êxitos logrou nesse terreno.

A ideologia do movimento sindical dessa época, Leôncio associa as seguintes características sócio-econômicas: proletariado industrial extremamente minoritário no conjunto da população brasileira, impossibilidade de participação da classe operária no sistema político devido às características da sociedade (fechada) e do proletariado (analfabeto na sua maioria) e industrialização incipiente e, como consequência dessa situação, isolamento e radicalização do movimento operário.

Entre as diferenças apontadas por Leôncio entre o movimento operário europeu e brasileiro, uma nos parece necessário destacar. Ela diz respeito ao papel do movimento sindical e operário na obtenção da legislação do trabalho. Ele afirma: "No Brasil, contudo, nos quadros de uma sociedade tradicional e agrícola, escassamente industrializada, o proletariado, constituindo uma camada social muito débil e heterogênea, não chegou a estruturar um sólido movimento social, capaz de desempenhar um papel importante na formação da sociedade industrial. A influência dos sindicatos no tocante à organização e proteção da força de trabalho e na obtenção de uma repartição menos desigual na renda nacional foi diminuta. A pressão das camadas assalariadas se fazia de modo desorganizado, expressando-se através de explosões súbitas e espontâneas (como na greve de 1917) que não logravam obter, dada a ausên-

cia de uma atividade sindical sistemática e intensa, senão aumentos salariais e redução da jornada de trabalho, que, via de regra, beneficiavam apenas os setores qualificados" (1).

Não sendo a classe operária a responsável pelas melhorias que advieram na sua situação, Leôncio explica quem foi: "As elites dirigentes brasileiras, imbuídas da idéia de progresso, dispuseram desde logo de um modelo de legislação social que trazia a chancela das nações civilizadas. Em certo sentido, o estabelecimento do sistema de representação democrática se efetuou prematuramente no Brasil tradicional e agrário. Foi, desse modo, praticamente inexistente, ou muito curto, o período em que o proletariado teve que se bater pelo direito de voto, de associação profissional, pelo direito de cidadania, enfim. Essas circunstâncias permitiram às camadas assalariadas meios de pressão política dentro das instituições vigentes muito mais rapidamente do que o proletariado europeu." (2)

Depois de 30, a classe operária se orienta em direção de uma crescente participação na sociedade brasileira. Graças ao surto industrial ocorrido depois da segunda guerra mundial e à incorporação das populações rurais ao processo produtivo industrial (entre outras coisas), o proletariado foi influenciado no sentido de não mais ver a necessi-

(1) Ibid pg. 155

(2) Ibid, pg. 140

dade de se opor revolucionariamente à sociedade capitalista em formação. Concluindo, Leoncio nos diz que por essas novas camadas, o processo de industrialização não será sentido negativamente, pois a passagem do campo para a cidade será vista como uma elevação do "status" social e profissional dos trabalhadores.

Na realidade Leoncio não está levando em consideração a situação existente no campo e as causas do êxodo rural. Não é evidente que os trabalhadores que saem dos seus lugares de origem por absoluta falta de condições de sobrevivência ali e venham procurar trabalho nas cidades grandes, estejam vendo nessa mudança uma elevação de "status" social. Na verdade a Ideologia da ascensão social leva alguns a verem a eventual melhora real no padrão de vida dos imigrantes como o resultado de uma ação consciente (a procura de um melhor padrão de vida) mas as causas verdadeiras do êxodo rural estão nas condições (ou falta de condições) de vida no campo. A ideologia da ascensão social é inclusive um instrumento de que se utilizam as camadas sociais que se beneficiam com a abundância de mão de obra nas cidades.

Esse processo continuou a se acentuar até 1964. Depois do movimento de 64, as perspectivas do sindicalismo es tão estreitamente ligadas à expansão da industrialização.

No processo de adaptação das idéias de Mottez e Touraine ao caso brasileiro sobressai nitidamente que compa rado ao proletariado europeu o proletariado brasileiro desfru tou desde o início de numerosas vantagens. Por exemplo, não precisou lutar pela implantação das leis regulando o trabalho.

Esta lhe foi concedida pelas classes dominantes "progressistas". Também não precisou lutar pelo direito de voto, de associação profissional, etc. Depois de 30, perfeitamente integrada à vida nacional não viu mais a necessidade de lutar contra o sistema. Concordando com essa interpretação, o difícil será explicar porque a classe operária brasileira não soube conservar essas dádivas das classes dominantes e hoje em dia, por exemplo, encontra-se numa situação muito desvantajosa se comparada à classe operária européia.

Não concordamos em absoluto com essa interpretação mas vamos limitar-nos às questões referentes à Primeira República. Por enquanto, no que diz respeito à interpretação global da questão do sindicalismo podemos englobar numa só posição teórica Touraine, Mottez, Crozier e Leoncio.

5. O Caráter Revolucionário da Primeira Fase do Movimento Sindical.

Resumindo grosso modo a visão desses autores pode-se dizer que eles vêem duas fases no movimento sindical: a primeira seria a do sindicalismo de oposição (ou revolucionário) que corresponderia aos primórdios da industrialização e se estenderia até a primeira guerra mundial (no caso do movimento sindical Continental) e até 30 no caso Brasileiro. As características dessa fase seriam a luta contra os abusos da exploração capitalista, isto é, pela regulamentação do trabalho dos menores e das mulheres e do trabalho noturno, a diminuição da jornada de trabalho e finalmente pela sua po-

sição em relação ao Estado, na maior parte das vezes de negar o Estado. O aspecto principal dessa fase não seria tanto o caráter das reivindicações quanto a forma pela qual eram expressas essas reivindicações, isto é, por um movimento "puramente" operário, sem ligação com partidos políticos e sem participação, portanto, no cenário político da sociedade. É o momento do apolitismo da classe operária. É o momento em que as idéias anarquistas têm grande influência no meio operário. O anarquismo, como se sabe, tem uma forte tendência a enfatizar o papel do indivíduo na sociedade, negando ao Estado qualquer aspecto positivo por contestar qualquer espécie de autoridade. Os anarquistas vêem no Estado capitalista e na propriedade privada a raiz de todos os males que afligem a sociedade e lutam pela abolição de ambos. Entretanto o meio que pretendem utilizar para alcançar esses objetivos era a greve geral expropriadora cuja inspiração foram buscar na primeira fase do movimento operário inglês, a fase do grande sindicato nacional fundado por Owen e Fielden em 1833. Essas concepções aparecem no anarco-sindicalismo, a incorporação das idéias anarquistas pelos sindicatos da chamada fase de reação.

A ideologia do movimento operário (e também sindical) dessa época costuma associar-se as características sócio-econômicas das sociedades nas quais aparecem. Características essas que em traços gerais seriam: industrialização incipiente, pequena percentagem da população operária em relação à população global, grande número de atividades artesanais ainda presentes no processo de produção, não participação no processo político-partidário e como consequência desse estado de coisas, isolamento e radicalização do movimento operário.

A segunda fase surgiria com o desenvolvimento da industrialização, o crescimento e a concentração das indústrias, o fortalecimento numérico do proletariado e a melhoria da sua situação face às outras camadas da sociedade através da obtenção de determinadas garantias de trabalho e maior participação na distribuição da renda da nação. A essas características sócio-econômicas gerais estariam associadas outras formas de ação sindical fundadas em idéias político-filosóficas de caráter reformista, específicas dessa fase. Assim sendo, no plano ideológico, os sindicatos tenderiam a não ver mais como uma necessidade a destruição do Estado para a obtenção de uma melhor situação dentro da sociedade. Ao mesmo tempo, passariam a reivindicar uma participação na vida política da nação por intermédio de representações político-partidárias e na vida econômica através de entendimentos diretos sindicatos/governo. Essa segunda fase é tida como a do sindicalismo de participação.

É nessa fase que apareceria mais nitidamente a necessidade de estudar os sindicatos enquanto tipo de organização (Crozier) pois é nesse contexto que os sindicatos crescem em tamanho e em importância, e ao mesmo tempo, para alguns, é nesse contexto que apareceria uma modificação nas relações sociedade/sindicato. Em lugar de um movimento de reação simplesmente, o sindicato, integrado na vida política e econômica da sociedade, teria um papel importante de regulação e limitação da política econômica do governo. Papel esse que só é exequível tendo por base uma organização que congregue uma boa parcela do operariado e que seja capaz de propor alter

nativas às medidas econômicas do governo. Essas funções implicam numa organização complexa com uma variedade e diversidade de atividades muito grandes.

Creemos que as questões abordadas por esses autores merecem algumas reflexões críticas.

Em primeiro lugar cabe examinar o próprio método pelo qual o assunto é abordado. O movimento sindical é isolado e analisado como alguma "coisa em si" e depois relacionado com o econômico, o político e o social.

Em segundo lugar devemos aprofundar a análise do caráter revolucionário da Primeira fase do Movimento sindical cuja natureza não é explicitada nos trabalhos sociológicos em pauta. As conclusões relativas ao caráter revolucionário dessa fase do movimento sindical apoiam-se na predominância da ideologia da ação direta, que nega a utilidade da ação no plano político, exclui a organização partidária de classe em favor da organização sindical e acredita apenas na eficácia da ação exercida dentro das fábricas, através da greve. Nessa análise entretanto, daremos ênfase à forma como esse movimento se insere na sociedade pois só assim podemos ultrapassar o nível das aparências, no qual forçosamente permanecemos quando não questionamos as intenções manifestas da ideologia da ação direta. Não se pode considerar ao pé da letra um discurso ideológico. É necessário considerar o processo social no qual está integrado o movimento que esse discurso sustenta. Essa é a única forma de desvendar o caráter do processo social, a natureza do movimento e de sua ideologia.

Vinculada a essa segunda questão devemos aborde

dar uma terceira que não está presente nesses autores. O movimento sindical se desenvolve de forma estreitamente ligada com a industrialização, todos estão de acordo sobre esse ponto. Entretanto, de que forma o operariado (dentro ou fora dos sindicatos) se relaciona com ela? A classe operária é o principal agente da industrialização mas não é ela que dirige os rumos e as formas que essa industrialização deve tomar. Tanto nos países industrializados avançados quanto no Brasil, o desenvolvimento econômico foi feito sob a dominação social de uma classe (mesmo que temporariamente aliada a outras classes ou frações de classe): a burguesia.

Estamos tratando, é certo, da época da formação da classe operária. Principalmente na Europa, o contingente que vai formar a classe operária vem de um tipo de trabalho artesanal, individualista em relação ao trabalho de fábrica. Recusando o tipo de atividade nova que tem que exercer, esse contingente luta contra algo que ainda não compreende muito bem; esse fenomeno social que é a industrialização e que o obriga a trabalhar quatorze, dezesseis horas, em troca de um salário que mal dá para sua alimentação e moradia e ao menor sinal de crise o deixa desamparado. Luta então para acabar pura e simplesmente com esse tipo de vida e muitas vezes sua luta tem uma conotação clara de volta ao passado. Muitos autores tem visto uma estreita relação entre essas condições de existência e o surgimento da ideologia anarquista no movimento operário e mesmo sua predominância em alguns lugares - (no Jura, por ee.). Na história do movimento operário europeu, talvez o ápice da influência anarquista tem sido a época

da Primeira Internacional, isto é, nos anos 60 do século XIX. As discussões entre Marx e Bakunin no seio dessa organização são a expressão de uma contradição na ideologia do movimento operário. Muitos atribuem à divergência entre marxistas e anarquistas o desaparecimento da Primeira Internacional (Cole, por ex.) apesar da causa imediata ter sido o apoio da Internacional à Comuna de Paris. No nosso entender, é incorreto incorporar sob uma mesma fase do movimento operário a influência das idéias anarquistas (anos 60) e o seu renascimento posterior, sob uma nova forma, no anarco-sindicalismo ou sindicalismo revolucionário, nos anos 90 até a Primeira Guerra Mundial mais ou menos. Isso porque em primeiro lugar, é claro, o contexto social é diferente, mas além disso, se, na primeira onda anarquista no movimento europeu sua influência se deu nos operários qualificados, pequenos produtores, artesãos, etc., na época do anarco-sindicalismo essas idéias se difundiram entre o operariado de fábrica. E, nesse caso, a luta não possui apenas o aspecto de volta ao passado, de ligação com um tipo de trabalho (o artesanal), que tende a diminuir cada vez mais com o desenvolvimento do capitalismo. Possui também, e principalmente, o aspecto de embrião do movimento futuro da classe operária.

No regime de fábrica, o operariado passa por diferentes fases de luta. Inicialmente a luta é engajada por operários isolados, depois por operários de uma mesma fábrica e finalmente por operários de um mesmo ramo de indústria. É interessante notar que o tema constante nas lutas lideradas pelos anarco-sindicalistas é a diminuição da jornada de trabalho, a regulamentação do trabalho das mulheres e dos menores, etc. E

os fatos a que essas reivindicações se referem (o prolongamento desmesurado da jornada de trabalho e o trabalho das mulheres e crianças) foram uma consequência das mudanças no modo material de produção e das mudanças correspondentes nas relações sociais de produção. Por isso é que encontramos esse tipo de relação nas indústrias revolucionadas pela força da água e do vapor e, particularmente, na primeira criação do modo de produção moderno, a indústria textil (1).

Para a explicação da influência das idéias anarco-sindicalistas no movimento operário dessa época, portanto, é preciso afastar a solução que consiste em tomar apenas como ponto de referência as formas pré-capitalistas, através da problemática das "origens do operariado" (artesão, pequeno produtor). Mesmo se essas formas sobrevivem, elas não são mais dominantes; estão agora subordinadas às relações sociais de produção capitalista.

Até que ponto uma classe que está lutando pela implantação da legislação de fábrica pode ser revolucionária? Se concordamos com os autores que vêem na regulamentação do trabalho um passo decisivo na consolidação do regime assalariado ou, se quisermos, das relações capitalistas de produção, é preciso analisar com cuidado esse aspecto revolucionário do movimento sindical. Afinal, essas reivindicações proletárias são plenamente realizáveis nos limites do capitalismo. Mas nem po-

(1) K. Marx, Le Capital, tomo 1, pg. 292

risso estamos querendo afirmar que se trata de uma luta inútil ou que contraria os interesses do proletariado. Apenas queremos destacar que essa luta, quando levada a cabo numa sociedade que se está transformando sob a dominação social da burguesia, não tem necessariamente o caráter revolucionário no sentido de subverter o regime capitalista mas pode ter o caráter revolucionário de participar das transformações burguesas da sociedade.

Nesse sentido o adjetivo revolucionário deve ser entendido num sentido amplo de transformação das relações pré-capitalistas ainda existentes, resquícios das antigas relações de dominação e de produção. Obviamente a revolução burguesa na Europa já ocorrera há muito tempo (século XVII na Inglaterra, XVIII na França) mas o processo de implantação do capitalismo perdura ainda por um longo período histórico até que o domínio da grande indústria se faça sentir em todos os setores da sociedade. E nesse processo, a burguesia, em particular a burguesia industrial, tem em relação ao movimento operários vários tipos de atitude, se formos procurar nos exemplos da história de diversos países. O seu papel dominante se exercerá tanto mais fortemente quanto maior for sua capacidade de incorporar a luta sindical do proletariado no seu próprio movimento político.

6. Industrialização, Burguesia Industrial e Classe Operária:
O Caso Inglês.

A burguesia industrial luta para fazer prevalecer seus interesses sobre as demais classes e frações de classe da sociedade. Foi isso que ocorreu nos países atualmente desenvolvidos nas primeiras fases do seu desenvolvimento. Na Inglaterra (1), por exemplo, a burguesia industrial teve que lutar contra uma poderosa aristocracia de proprietários fundiários e contra a burguesia comercial integrada pelos importadores/exportadores. Essa luta teve várias fases: protecionismo para a indústria inglesa de tecidos, início do século XVIII ,

- (1) Para a análise da situação na Inglaterra baseamo-nos nos seguintes trabalhos: Eric Hobsbawn, *Industry and Empire . From 1750 to the present day*. GB., Penguin Books, 1969, - principalmente pp. 79-107.
- Maurice Dobb, *Etudes sur le développement du Capitalisme*, - Paris, Ed. Maspero, 1971, principalmente pp. 271-317.
- K.Marx, *Le Capital*, ob. cit., principalmente tomo I pp-227-307 e tomo II pp. 28-176.
- Sobre o papel da burguesia industrial na insurreição de 1842 utilizamo-nos da análise de F. Engels, *La Situation de la Classe Laborieuse en Angleterre*, ob. cit., pp. 267-297.

quebra do monopólio comercial da Companhia das Índias Orientais (o que significava a possibilidade da indústria têxtil-inglesa vender seus tecidos na Índia, entre outras coisas), - 1813, abrogação da lei que taxava os cereais vindos de outros países, (1846). Essa última lei beneficiava proprietários fundiários e aumentava o preço interno dos cereais elevando os salários. A luta da burguesia industrial consistia, por um lado numa pressão sobre o Estado para que promulgasse leis e atos que a beneficiassem diretamente, e, por outro lado, numa tentativa de envolver no movimento as demais camadas e classes da população. Assim a reforma Parlamentar de 1831 representou a vitória do conjunto da classe capitalista contra a aristocracia fundiária. Assim também, a burguesia industrial procura o apoio do proletariado inglês durante a campanha contra a taxa sobre os cereais. Não só procurou o apoio como, até certo ponto, incitou-o a revolta. O movimento operário inglês, junto com a pequena burguesia radical estava congregado em torno de uma Carta, que continha 6 pontos que representavam as reformas necessárias na lei eleitoral inglesa que tal como existia dava a maioria dos assentos no Parlamento aos proprietários de terras. O Chartistismo foi no seu início um movimento do proletariado e da pequena burguesia radical. No final dos anos 30 início dos anos 40 do século passado a burguesia industrial inglesa estava decidida a abolir a taxa sobre os cereais, acreditando firmemente que essa medida tornaria seus produtos mais competitivos no mercado externo uma vez que ela acarretaria a baixa dos salários, (mais elevados na Inglaterra do que no continente europeu), e portan

to o barateamento dos seus produtos e consequentemente o aumento dos seus lucros. Em 1839, os industriais de Manchester fundam a Liga contra a taxa sobre os cereais (1). Essa liga atacava violentamente o governo (conservador a partir de 1841) em nome dos princípios do liberalismo econômico. Chartistas e burgueses liberais aliam-se em 1842, com um programa que continha as reivindicações de cada um. Na verdade a burguesia pretendia obter seus objetivos aproveitando-se do movimento operário. É assim que nesse mesmo ano ela incita os operários à revolta provocando greves e lock-outs. Mas na enorme agitação operária que tomou conta dos distritos industriais ingleses esse ano, era muito mais questão de Chartismo do que de liberalismo econômico, como seria de se esperar. No final de 42 a reação não se fez esperar por parte do governo e a burguesia industrial

(1) Barrington Moore diz a propósito: "Depois de 1840, a classe proprietária de terras encontrou no apoio das leis das fábricas uma maneira conveniente de responder aos ataques dos fabricantes contra as Leis do Cereais, embora se deva notar que houve, entre os próprios fabricantes alguns defensores esclarecidos de horários de trabalho mais curtos." *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia*, Lisboa, Ed. Cosmos, 1967, pg. 57.

recolheu-se ostensivamente deixando os Chartistas arcarem com todo o peso da repressão (muitos foram presos e condenados). Ela, que havia sido a instigadora da revolta, saiu incólume e o movimento operário, justamente por não ter objetivos precisos na sua revolta (o Chartismo era um programa de reforma e não um programa revolucionário) foi derrotado. A insurreição de 42 marca o fim da aliança entre o movimento operário e a burguesia liberal, e a partir daí o Chartismo expurgado dos elementos da pequena burguesia radical passou a ser uma reivindicação unicamente operária.

O final dos anos 40, com a abolição da taxa sobre os cereais (1846) viu a vitória completa dos capitalistas industriais sobre os proprietários fundiários e sobre as frações capitalistas cujos interesses se identificavam mais ou menos com os dos proprietários fundiários: banqueiros, rentistas, etc. Esse período viu também o final do Chartismo (1848) - vítima mais uma vez da repressão, da desorganização interna do movimento - e o fim da crise de 1847, com o retorno da prosperidade econômica.

"A consequência desses dois acontecimentos foi que a classe operária inglesa ficou politicamente a reboque - do "grande partido liberal" dirigido pelos industriais. Uma vez essa vantagem adquirida pela burguesia, tratava-se de conservá-la para sempre. Os Chartistas tinham se oposto menos ao livre-câmbio do que à vontade da burguesia de transformá-lo - na questão vital da nação: isso havia bastado para fazer os industriais compreenderem - e a cada dia eles compreenderiam

melhor - que a burguesia é incapaz de dominar, política e socialmente, a nação sem o apoio da classe operária."(1)

A análise do processo histórico inglês nos ajuda a entender que não é possível analisar a situação da classe operária sem analisar ao mesmo tempo a situação da burguesia industrial, o outro polo da contradição que vai tomando conta da sociedade à medida que o capitalismo se desenvolve.

O que aparece claro também no processo inglês é que a chamada fase revolucionária do movimento sindical e operário (a fase dos sindicatos de oposição e de reação) corresponde a uma fase "revolucionária" no que concerne a burguesia industrial. As épocas de grande agitação operária foram também épocas de agitação dos industriais (os anos 30 e 40 do século XIX) e de crises econômicas.

A história do movimento operário inglês nos ensina, também, que o final da fase "revolucionária" do movimento sindical e operário viu a dominação completa dos capitalistas industriais ingleses sobre a nação e para essa dominação foi buscado incessantemente o apoio da classe operária. É nesse contexto que se explica a mudança de atitude dos indus -

(1) F.Engels, "Angleterre 1845 e 1885" in Marx e Engels, Le -
Syndicalisme, ob. cit. pg. 187

triais com relação à classe operária; aquelas reivindicações operárias que antes constituíam um espantelho para a burguesia, foram concedidas: limitação da jornada de trabalho (1847-48) , extensão da legislação de fábrica (1867) (1), lei permitindo as associações operárias (1871/1875), voto secreto, sufrágio universal, redução dos mandatos parlamentares, remuneração dos mandatários, (1867/1884), etc. Essas últimas reivindicações eram parte substancial do Chartismo.

Essa situação criada após o triunfo completo da burguesia industrial inglesa não obscurece em nada a luta prolongada dos operários ingleses pela regulamentação do trabalho, luta essa que teve mais que uma consequência, e nem deve se esquecer que a legislação de fábrica só foi estendida a outros ramos da indústria que não a têxtil quando estava mais que provada a sua eficácia no interesse do próprio sistema capitalista: o reflorescimento moral e físico dos trabalhadores da indústria têxtil de 1853 a 1860 foi uma das razões para a extensão da legislação de fábrica em 1867.(2)

(1) Na primeira metade do século XIX, para que a legislação de fábrica fosse aplicada duas condições eram necessárias: primeiro que se utilizasse a força da água ou do vapor e segundo que se fabricasse certos tecidos especialmente mencionados. Dessa forma o setor que primeiro se beneficiou com a legislação de Fábrica foi o setor têxtil. Cf. K.Marx, *Le Capital*, ob. cit., tomo I, pg. 292.

(2) *Ibid.*, pg. 289

E não foi apenas nesse sentido que a regulamentação do trabalho se compatibilizou com o sistema capitalista.

No livro I do Capital, Marx afirma:

"A generalização da legislação de fábrica, tornada necessária para proteger fisicamente e moralmente a classe operária, apressa ao mesmo tempo, a metamorfose do trabalho isolado, disseminado e executado numa pequena escala, em trabalho socialmente organizado e combinado em grande escala e, por conseguinte também a concentração dos capitais, e o regime exclusivo de fábrica. Ela destrói todos os modos tradicionais e de transição atrás dos quais se dissimula ainda em parte o poder do capital, para substituí-lo pela sua autocracia direta. Ela generaliza ao mesmo tempo a luta direta engajada contra essa dominação."(1)

Marx demonstra também os mecanismos da ligação do progresso da economia com as reivindicações operárias, - reivindicações essas que surgiram ao mesmo tempo que a industrialização e como uma reação a ela, e que transformam continuamente os métodos e as técnicas da produção através de uma ação sobre o capitalismo, de um lado, e sobre o Estado capitalista, de outro.

Mas, o importante é notar que essa legislação

(1) K. Marx, Le Capital, ob. cit., tomo II, pg. 178

de fábrica, entre outras conquistas sociais da época, foi arrancada dos industriais quando estes conseguiram finalmente dominar completamente a nação inglesa e quando precisavam do apoio da classe operária para a manutenção desse domínio. Os benefícios que advieram representaram conquistas reais da classe operária.

Falar do papel da burguesia industrial inglesa tem uma desvantagem quando o problema em pauta é a caracterização de uma fase do movimento operário, caracterização essa que nos leva em alguns países à influência do anarco-sindicalismo ou sindicalismo revolucionário. É que essa corrente nunca teve grande influência no movimento operário inglês. (Apesar de existirem algumas semelhanças entre o movimento inglês inicial - época do grande Sindicato Nacional de Owen e de Fielden - e as reivindicações sindicalistas como por exemplo a idéia da greve geral expropriadora). Mas mesmo essa desvantagem pode transformar-se em vantagem se atentarmos para o fato de que nos países em que o anarco-sindicalismo teve importância no movimento operário, a burguesia industrial justamente não agiu da mesma forma que a burguesia industrial inglesa.

Analisar os países europeus onde o anarco-sindicalismo teve importância no movimento operário e o papel das respectivas burguesias industriais fugiria ao objetivo principal desse trabalho e o estenderia demasiadamente. Mas apenas como indicação, da mesma forma como fizemos para a situação na Inglaterra, podemos ver o que se passou na França, país onde o sindicalismo dito "revolucionário" teve suas origens.

7. O Sindicalismo Revolucionário na França

A revolução industrial francesa ocorreu após a inglesa; começou na primeira metade do século XIX; desenvolveu-se em escala menor e mais lenta mas guardou as mesmas características. O ramo têxtil era aquele onde o regime de fábrica tendia a prevalecer. O dia de trabalho era de 13, 14, - 15 horas. Mulheres e crianças eram empregadas em grande número e remuneradas com apenas parte do salário de um homem adulto. A primeira regulamentação do trabalho data de 1841. Aplicava-se a locais empregando mais de 20 pessoas. Proibia o emprego de crianças de menos de 8 anos de idade e estabelecia uma jornada de 8 horas (no máximo) para crianças entre 8 e 12 anos e de 12 horas para crianças entre 12 e 16 anos e proibia o trabalho noturno para as crianças de menos de 12 anos. O Parlamento entretanto, não aprovou o pagamento de inspetores para verificarem a aplicação da lei, o que fez com que ela não fosse aplicada pelo menos até 1874.(1)

A lei Le Chapelier de 1791 proibia a associação de trabalhadores. Era preciso burlar a lei com artifícios e foi assim que algumas sociedades operárias de ajuda mútua se constituíram. Essas dificuldades não impediram que o proletariado francês tomasse parte ativa nas revoluções de 1830 e 1848. Apesar da sua atuação decisiva nessas revoluções (ou -

(1) Val R. Lorwin, "France", in Galenson, ob.cit., pg 314

justamente por causa do seu radicalismo), a derrubada dos antigos governos e a instalação dos novos não afetavam decisivamente a situação da classe operária no que se refere às condições de trabalho. A burguesia tendia a isolá-lo após as suas manifestações de "independência" e em particular junho de 1848 representou uma grande derrota política do proletariado francês.

Sob o Segundo Império ocorreu a extensão do trabalho fabril. O número de estabelecimentos utilizando energia hidráulica mais que triplicou.(1) As estradas de ferro foram construídas em todo o país e a indústria do aço e do ferro ganharam novo impulso com o tratado anglo-francês de 1860.

Nos últimos anos do Império houve uma certa liberalização no que se refere ao movimento operário. Algumas greves foram permitidas mas as associações operárias continuavam proibidas. Houve até uma delegação de trabalhadores franceses (livremente escolhidos) que foram à Exposição de Londres de 1862, o que levou à participação francesa na fundação da Primeira Internacional em 1864.

Por volta de 1870, em Paris, quase todos os ofícios possuíam organização sindical. Entretanto, todas essas organizações embrionárias morreram após o esmagamento da Comuna de Paris em 1871.

(1) Ibid. pg. 317

A partir de 1876, as associações e os Congressos operários renasceram e em 1884 uma lei garantia a liberdade de associação dos trabalhadores. Nessa década fizeram sua aparição os partidos Socialistas, que se unificaram somente em 1905. Várias uniões locais de trabalhadores surgiram em todos os cantos do país. A primeira Federação Nacional aparece em 1886 e era controlada pelos Guedistas (que de todos os socialistas eram os mais "marxistas" pelo menos no plano teórico).

Ao mesmo tempo, o governo Waldeck Rousseau criou as Bolsas de Trabalho. Essas bolsas eram subsidiadas pelas municipalidades e foram criadas pelo governo com o intuito de "controlar" o movimento sindical. Entretanto esse controle provou ser impossível e foi nas Bolsas do Trabalho que nasceu a ideologia do chamado sindicalismo revolucionário. As Bolsas do Trabalho possuíam informações sobre a oferta e demanda de mão-de-obra e fazia anúncio de ofertas de empregos. Sua ambição era controlar o mercado de trabalho. As bolsas ofereciam também cursos aos operários. Nelas desenvolveu-se a ideologia da ação sindical que combinava a defesa diária da condição do trabalhador com a emancipação total da classe operária. A maior figura das Bolsas foi Fernand Pelloutier que dirigiu-as de 1895 até sua morte em 1901. (1)

(1) Edouard Dolléans, História del Movimento Obrero, volume II, 1871-1920, Bilbao, Ed. Zero, 1973, pp 15-53.

A filosofia sindicalista era hostil aos capitalistas, ao Estado e aos partidos políticos mesmo socialista - bastante desacreditados com sua política colaboracionista, vi de affaire Millerand - um socialista que aceita participar do governo junto com homens como Cavaignac o repressor do movimento popular de junho de 1848.

O importante para nós é notar que essa ideologia do movimento operário nasceu e proliferou num momento em que a sociedade francesa se apresentava bastante "fechada" em relação à classe operária. A burguesia francesa resistia em aceitar uma legislação do trabalho que consistia na principal reivindicação do movimento operário naquele momento.

O Estado aparecia sempre como o braço armado dessa burguesia sempre pronto a intervir contra o proletariado. A tentativa de "controlar" a classe operária através das Bolsas do Trabalho alternava a repressão direta às associações operárias.

Os partidos socialistas mostraram-se um fracasso em relação à sua capacidade de fazer passar qualquer legislação que melhorasse de leve as condições de trabalho do proletariado.

Essas condições sociais pós-Comuna, estiveram na origem do "sindicalismo revolucionário" e ainda, um proletariado historicamente combativo com uma tradição de luta pouco comum e que possuía portanto, já, uma certa consciência de classe; embora essa fosse marcadamente "obreirista" na filosofia sindicalista.

A idéia da greve geral expropriadora volta e meia surgia nas organizações operárias desde 1833, e também foi incorporada na ideologia sindicalista cuja estratégia se resumia nisso: Ação direta nas fábricas, lutando contra os capitalistas no local de trabalho, e preparação da greve geral expropriadora para destruir o Estado Capitalista.

O período entre 1871 e a Primeira Guerra Mundial foi fraco no que se refere à legislação social. Entre 1900 e 1910 foi votada a jornada de 8 horas para os mineiros, 1 dia de descanso em 7 para todos os trabalhadores e a jornada de 10 horas para as mulheres e crianças.

Como dissemos anteriormente o sindicalismo revolucionário sempre esteve estreitamente ligado à implantação da legislação do trabalho, o que em outros termos quer dizer ao desenvolvimento do capitalismo, pois como Marx mostra n' O Capital, a legislação do trabalho além de melhorar a condição dos trabalhadores também acelera o desenvolvimento do capitalismo. Nos países onde a legislação do trabalho foi feita relativamente cedo (isto quer dizer que a implantação das relações capitalistas de trabalho foi "consagrada" por essa medida, o que de um lado acelera o desenvolvimento do capitalismo e de outro deixa o proletariado "livre" para encetar uma nova fase de lutas) como a Inglaterra e a Alemanha, não houve predominância do sindicalismo revolucionário. Essa relação está ligada à questão da atuação da burguesia industrial no cenário da nação. O que nós vimos no caso inglês foi uma burguesia industrial que "movimenta" a classe operária para derrotar seus inimigos constituídos pelas classes

mais conservadoras da nação. Na França, o que ocorre após a Comuna é a aliança da burguesia industrial com as classes mais conservadoras da nação contra o proletariado. Num trabalho recente, Gervais, Servolin et Weil dizem que a burguesia francesa preferiu retardar de quase um século (de 1871 a 1958) o seu próprio crescimento econômico e a expropriação do campesinato pobre de medo que uma aliança entre o campesinato e a classe operária criasse as condições necessárias para uma revolução socialista (1).

Deve-se levar em conta também o papel da pequena burguesia. De um lado no exemplo inglês, até 1848 ela está junto com o proletariado no movimento Chartista. Na França, ao contrário, o que poderia ser classificado de uma pequena burguesia rural serve de base de apoio para o golpe de Luis Bonaparte como Marx demonstra no "18 Brumário de Luis Bonaparte", que reprime o movimento operário francês(2).

Se voltarmos à questão da dependência estreita entre desenvolvimento econômico e movimento sindical, desenvolvida por Mottez, Touraine e Crozier e retomada por Leôncio Martins Rodrigues, veremos que analisando a questão através do

(1) Gervais, Servolin et Weil, Une France sans paysans. Cf. Pierre-Philippe Rey, Sur l'Articulation des modes de Production, Cahiers de Planification Socialista n° 13, Paris, 1969, pg.V.

(2) K.Marx, O 18 Brumário de Luis Bonaparte, in Marx, Coleção Grandes Pensadores, São Paulo, Abril, 1972.

prisma necessário das relações entre burguesia e proletariado algumas ressalvas se impõem. Em primeiro lugar, o destaque da do ao papel revolucionário da classe operária na primeira fase do sindicalismo obscurece o papel dirigente da burguesia industrial, nessa fase, e sua "iniciativa". Enxergar o papel dirigente da burguesia nessa fase evita que incorramos no erro de encarar o desenvolvimento econômico como uma entidade abstrata, que ninguém promove ou que se auto-promove. O desenvolvimento econômico nos países capitalistas é promovido por uma classe diretamente interessada no florescimento das indústrias, a burguesia industrial. Só quando se perde de vista esse aspecto da questão é que se pode atribuir à classe operária um projeto revolucionário inexistente para, em seguida, explicar um pretense abandono desse projeto (inexistente) devido ao desenvolvimento econômico. É interessante a relação apontada por Poulantzas entre o pensamento de sociólogos como Touraine e a visão histórico-genética (1). De acordo com o método histórico-genético, uma vez terminada a sua "formação", a classe operária está inteiramente pronta como classe social, isto é, dispõe de todas as características de uma classe, consciência de classe inclusive. Se ela não promove a revolução é porque abandonou o projeto revolucionário. Na realidade, as classes só existem enquanto tal, no processo social de confronto

(1) N.Poulantzas, Pouvoir Politique et Classes Sociales, Paris, Ed.Maspero, 1968, pg. 61.

das classes, na luta política, social e econômica. A classe operária pode afrontar a burguesia enquanto classe (e isso inclui objetivos sociais próprios) em determinado momento e não fazê-lo no momento seguinte. Ela pode constituir um movimento autônomo e, em seguida, sofrer derrotas que a coloquem novamente sob a direção da burguesia. De outro modo, como entender que depois do Chartismo a classe operária inglesa se encontre "a reboque" da burguesia inglesa?

Quando a burguesia industrial inglesa se implanta definitivamente, isto é, quando ela derrota seus inimigos antigos (as forças sociais tradicionais contrárias à industrialização) ficam no cenário político da nação duas grandes forças: ela e o proletariado. É então que começa uma fase com condições objetivas favoráveis ao proletariado. É então que, segundo Marx, o proletariado tem os braços livres para agir. E essa situação que o proletariado adquire num determinado país se reflete na situação de todos os trabalhadores devido ao caráter internacional da sua luta. Eventos nacionais como a Comuna de Paris (1870) e a revolução russa de 1917 têm repercussão em todos os países em que existe uma classe operária, independentemente das diferenças de condições sociais e históricas.

Ainda uma lição a tirar do exemplo histórico da Inglaterra: as condições da industrialização inglesa não se repetiriam jamais na história mundial. Nem podia ser de outra forma, pois a industrialização inglesa transformou as condições internacionais nas quais se desenvolveram os outros capi

talismos nacionais. Mais ainda, transformou o capitalismo em fenômeno internacional. O final do século XIX viu o nascimento do imperialismo e dos grandes monopólios.

No Brasil, devido às condições internacionais e nacionais diversas da situação européia do início da era industrial, a burguesia industrial não teve as mesmas características da burguesia industrial inglesa (para continuarmos com o mesmo exemplo). O Brasil começou a industrializar-se quando as relações capitalistas eram dominantes a nível internacional e o capitalismo havia atingido sua fase monopolista.

Em particular, a diferença que mais ressalta entre as duas burguesias (brasileira e inglesa) é a fraqueza da burguesia brasileira frente aos seus inimigos, isto é, às forças sociais tradicionais que se opunham à industrialização. Aparentemente, essas forças tradicionais se assemelhavam às forças tradicionais inglesas da primeira metade do século XIX: capitalistas comerciantes e proprietários de terras. A semelhança é só aparente porque se formos analisar mais detidamente cada uma dessas forças veremos que as diferenças que a separam das suas correspondentes inglesas eram muito grandes.

O comércio era um comércio de exportação ligado de um lado ao capital internacional (firmas de importação/exportação estrangeiras) e de outro, à agricultura do café, principal produto de exportação. E os proprietários de terras produziam os produtos destinados à exportação (principalmente café, mas também cana-de-açúcar, algodão, etc.).

Além disso, a principal área de acumulação de capital era justamente a comercialização do café, de forma que a indústria nasce ligada a esse setor. Como então se opor violentamente (como o fez a burguesia industrial inglesa) aos setores tradicionais da sociedade se o centro de acumulação de capital estava nesses setores; se a importação de máquinas para a indústria textil (no Brasil também a primeira a se implantar) era feita com as divisas acumuladas na comercialização do café?

Sem falar na dependência financeira, que cresce rapidamente desde a independência de 1822 até submeter o núcleo mesmo da economia capitalista brasileira, no auge da expansão cafeeira, com as políticas de valorização (1).

Mas não param aí as diferenças. A situação internacional estava marcada pela ascensão do movimento operário em vários países, o que fez com que o período fosse caracterizado pelo medo generalizado dos movimentos populares de renovação. De certo modo isso também contribuiu para que a burguesia industrial brasileira fosse tão relutante em colocar a classe operária "em movimento", para derrotar seus inimigos. O proletariado na Primeira República luta, mas luta sem o

(1) Sobre a subordinação da indústria nascente ao café e através do café à economia capitalista mundial assim como a natureza complexa das contradições da burguesia industrial nascente com o capital cafeeiro ver Sérgio Silva, *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria*, São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1976.

apoio, sem a iniciativa da burguesia. A burguesia industrial não dirige politicamente as transformações por que passa a sociedade brasileira, isso devido às condições particulares do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

O sindicalismo é uma realidade que deve ser analisada nos seus dois aspectos: na sua especificidade, como um dos planos de luta da classe operária, e nas suas ligações com o movimento operário, implicando essas ligações no entendimento das relações burguesia industrial-forças sociais tradicionais-Estado-classe operária, mesmo que esteja em questão um setor apenas do movimento sindical da classe operária. Para esse entendimento é necessário, a nosso ver, levar em consideração a situação da burguesia industrial, e nesse particular, acreditamos que para compreender o movimento social durante a Primeira República é necessário levar em conta duas características da burguesia industrial brasileira: primeiro o seu compromisso com as classes conservadoras e com o imperialismo, e, segundo, a sua repugnância em colocar a classe operária em ação para varrer os obstáculos ao pleno desenvolvimento da industrialização do país e para lançar bases sociais mais democráticas para a sociedade brasileira.

Capítulo II - O MOVIMENTO SINDICAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA: OB
JETIVOS E FORMAS DE AÇÃO

O movimento sindical se exprime através de ações que visam a mobilização e a organização de uma determinada categoria de trabalhadores com o objetivo de defender os interesses coletivos dessa categoria frente ao seu empregador. As formas que tomam as ações e organizações operárias sindicais variam, mas o objetivo geral permanece o mesmo em todos os países do mundo.

Durante a Primeira República a classe operária, organizada ou não, manifestou frequentemente, às vezes até violentamente o seu descontentamento com as condições de vida e de trabalho que lhe eram impostas. Muitas dessas manifestações (em particular, greves), tiveram caráter espontâneo e eram apoiadas pelos organismos sindicais depois de desencadeadas. Entretanto, como nosso objetivo é o estudo do sindicalismo na fase inicial de desenvolvimento das indústrias, vamos privilegiar as manifestações organizadas de classe operária nos seus organismos sindicais. E nesse particular achamos que as demonstrações mais expressiva das organizações sindicais foram os Congressos operários que se realizaram no período. A

través dos Congressos (1) podemos condensar o movimento sindical retirando o essencial das reivindicações operárias do momento, das ideologias em confronto na classe operária e da natureza das organizações que participavam (ou não) dessa manifestação operária coletiva.

Os Congressos Operários atingiram principalmente as organizações sindicais das áreas do Rio de Janeiro, São Paulo e cercanias, o que é natural pois são estas cidades que concentram a maior parte da mão-de-obra urbana, e são também estas as cidades que conhecem um crescimento sensível nesse período.(2) Ainda que de forma limitada esses Congressos reuniam líderes vindos de várias regiões do país representando os diferentes setores de produção (com exceção do proletariado agrícola que era quase inexistente). Desde cedo surgem tendências dentro do movimento sindical que se manifestam de forma mais clara nos Congressos. De um lado, uma tendência socialista que tenta sem sucesso a fundação de partidos socialistas de base operária. De outro, uma tendência "sindicalista" que luta para preservar a "pureza" do movimento operário.

(1) Congressos Socialistas de 1892 e 1902, Congressos anarco-sindicalistas de 1906, 1913 e 1920 e o IV Congresso Operário de 1912.

(2) O D.F. e S.P. realizou em 1907 49% da produção industrial e em 1920 52%, Sérgio Silva pg. 80, ob. cit.

Do final do século XIX ao Congresso de 1906 inclusive, a divisão entre socialista e "sindicalistas" não é muito evidente. Todos se dizem socialistas e a mistura de ambas as concepções estão presentes nas resoluções dos Congressos e nos programas dos partidos.

Vai nesse sentido o trecho a seguir retirado da tese de Gisálio Cerqueira Filho:

"As polêmicas entre anarquistas e socialistas estavam polarizadas nas colunas do 'Terra Livre' em São Paulo e do 'Avanti!' também em São Paulo. O 'Avanti!' todavia, mostra o caminho da unidade quando diz: 'os socialistas-anarquistas admitem a luta de classes, a organização dos trabalhadores, a socialização dos meios de produção e de troca. Portanto estão de acordo conosco em muitos pontos essenciais. Que importa que rechacem a luta eleitoral? Por ora, no Brasil, nem nos pensamos nela. Que importa que tenham da organização política da sociedade futura um conceito diverso do nosso. Temos tanto caminho que andar juntos até lá, que bem podemos esperar para nos engafinharmos, que tenhamos realizado juntos, a expropriação da burguesia!" (1)

(1) A Terra Livre, 20/07/906, Cf. Gisálio Cerqueira Filho, A Influência das Idéias Socialistas no Pensamento Político Brasileiro, IUPERJ, 1975, pg. 68

1. A Unidade

A partir de 1906 os Congressos operários começaram a ter uma significação maior no que diz respeito à quantidade de associações representadas e a representatividade destas. Nesse ano, enquanto o Congresso Federal estudava o projeto de lei que regularia os sindicatos e o projeto lei sobre a expulsão de estrangeiros (1), a Federação das Associações de Classe (2) convidou vários líderes operários para a realização de uma reunião que debateria questões de política e organização operária.

No Centro Galego do Rio de Janeiro, em abril, - quarenta e três delegados reuniram-se para o que se chamou de Primeiro Congresso Operário. Trinta dos delegados representavam 23 organizações do Rio e 10 representavam a Federação Operária de São Paulo (fundada em 1905). Os outros delegados vi-

(1) ambos são aprovados em 1907

(2) Era como se chamava o organismo que reunia as associações de classe do Rio de Janeiro. Depois passou a chamar-se Federação Operária Regional do Rio de Janeiro e em 1906 depois do Congresso mudou seu nome para Federação Operária do Rio de Janeiro. (A Voz do Trabalhador, 15/10/913).

nham do interior do Estado de São Paulo e do Estado do Rio.(1)

É nesse Congresso de 1906, que as idéias fundamentais de anarco-sindicalismo são sistematizadas e adotadas pela maior parte dos líderes sindicais presentes, pela primeira vez. Mas também está presente a tendência dita "socialista" do movimento operário.

As diferenças entre estas duas tendências se resumem na existência de duas posições no que diz respeito à ati-

(1) Segundo Edgard Rodrigues participaram do Congresso de 1906: União dos Operários das Pedreiras, Associação de Resistência dos Trabalhadores em Carvão Mineral, Centro dos operários Marmoristas, União dos Operários Estivadores, Centro dos Empregados em Ferrovias, União dos Chapeleiros, União dos Correieiros e Artes Correlativas, Liga Operária Italiana, Liga dos Artistas Alfaiates, União dos Carpinteiros e Artes Correlativas, União dos Manipuladores de Tabaco, Associação de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche de Café, Centro dos Operários do Jardim Botânico, Liga das Artes Gráficas, União dos Maquinistas Terrestres, Liga dos Carpinteiros e Calafates Navais, União dos Recebedores em Ferrocarris, Sociedade de Classe dos Marceneiros, Sociedade Protetora dos Operários Funileiros, Bombeiros e Gasistas, Centro Internacional dos Pintores, União Operária do Engenho de Dentro e União dos Artistas Sapateiros (23 associações) (Edgard Rodrigues, Socialismo e Sindicalismo no Brasil, Rio de Janeiro, Ed. Laemmert, 1969, pg. 114-115.

tude que os operários devem manter em relação ao Estado. De um lado os anarco-sindicalistas querem a supressão do Estado e , na sua prática sindical, procuram ignorá-lo, incentivando os trabalhadores a entrarem em entendimento direto com os patrões.

Essa corrente, anarco-sindicalista tal como aparece no Brasil não difere muito da corrente sindicalista francesa. Sem nos estendermos muito, vamos apontar as suas características principais a partir da leitura da imprensa operária anarco-sindicalista.

Em primeiro lugar, os jornais anarco-sindicalistas atacavam o capitalismo como sistema econômico responsável por todos os males. Em seguida, enfatizavam a ineficácia da luta política, pois só reconheciam a maneira burguesa de fazer política e eram contra esta. Alguns jornais eram anti-clericais como A Lanterna e tinham por objetivos demonstrar a nocividade de todo pensamento religioso (muito mais perigoso que qualquer "Igreja")., e centravam seus ataques na religião católica através de artigos sensacionalistas acusando padres e freiras de raptos, estupros, etc. Outro tema constante nos jornais anarquistas era a crítica da propaganda, da educação e do estilo de vida burgueses. Propagavam também a idéia de que a eliminação do Estado era viável e necessária para a libertação dos homens e também, com igual ênfase a supressão da propriedade privada, que da mesma forma que Proudhon, classificavam de roubo. Por serem contra o Estado (em geral), não dirigiam as lutas do proletariado no sentido de obter leis que melhorassem, minimamente que fosse, as condições de vida e de trabalho dos operários.

Apesar disso, no Congresso de 1906 é recomendado aos operários que não aceitem que os salários sejam pagos atrasados, e que quando caloteados (por falência, falcatrua, etc), devem os operários e respectivos sindicatos lançar mão de todos os meios, inclusive os tribunais para que o patrão ou a empresa caloteira seja obrigado a pagar. O termo "inclusive os tribunais", em ligeira contradição com os princípios da "ação direta", foi rejeitado no 2º Congresso Operário Brasileiro (de 1913).(1)

Defendiam também a igualdade entre homens e mulheres e guardavam do anarquismo a idéia de que é preciso primeiro modificar o homem para depois transformar a sociedade.

Na variante anarco-sindicalista existe uma certa ênfase na prática social decorrente da crença de que os sindicatos constituíam os modelos da futura organização da sociedade. O sindicato para eles devia se envolver somente em atividades que melhorassem a condição de vida dos trabalhadores através de uma luta direta com o Capital, pois todas as formas de ação parlamentar são consideradas inúteis. Nisso consistia a tática da "ação direta" pela qual faziam propaganda dentro das empresas, das fábricas, das oficinas através de militantes e de jornais operários.

A outra corrente presente no movimento sindi-

(1) Edgard Rodrigues, ob.cit. pg. 130.

cal e representada no Congresso de 1906, a corrente socialista, tem uma atitude em relação ao Estado que se choça com a tática da ação direta.

As primeiras aparições dos socialistas no cenário do movimento operário da Primeira República datam como dissemos do final do século XIX, início do século XX.

O primeiro Congresso Socialista Brasileiro realizou-se em agosto de 1892, no Rio de Janeiro. O Congresso funda o primeiro Partido Socialista Brasileiro que não sobrevive.

O segundo Congresso Socialista realizou-se em São Paulo, em maio de 1902. Esse Congresso também funda um Partido Socialista Brasileiro que desaparece rapidamente como os outros partidos socialistas fundados nessa época: O Partido Socialista Operário, fundado no Rio em 1895 e o Partido Social Coletivista fundado no Rio de Janeiro em 1902.

Os socialistas, além de acreditarem na eficácia da luta parlamentar e na necessidade de um partido de base operária, tinham da realidade social da Primeira República uma visão algo conciliatória que também se chocava com a ideologia anarco-sindicalista.

Durante sua participação no Segundo Congresso Socialista, por exemplo, o Partido Socialista Brasileiro, lançou um manifesto de evidente espírito conciliador. Nesse manifesto eles expunham a idéia de que patrões e empregados deveriam trabalhar juntos para o "ajustamento social". Apesar disso, o Congresso aprovou um programa de 36 pontos onde se mis-

turam concepções anarquistas e socialistas-reformistas evidenciando assim que as posições ainda não estavam bem delimitadas e o movimento sindical (muito no começo) ainda não se apresentava dividido. Nesses pontos estavam incluídos: redução da jornada de trabalho para 8 horas; imposto direto e proporcional sobre a renda; abolição dos impostos indiretos, responsabilidade penal e civil dos patrões nos acidentes de trabalho nas oficinas; supressão do exército permanente e armamento geral do povo; separação efetiva da Igreja e do Estado; supressão das prerrogativas do clero; imposto progressivo sobre heranças, até sua completa extinção; absoluta proibição do pagamento dos salários em gêneros de consumo; instituição do divórcio; instrução laica e obrigatória para todos os menores de 14 anos e a criação de escolas rurais.(1)

As idéias socialistas não tiveram muita penetração no operariado industrial. Antonio Piccarolo, conhecido socialista moderado dos primórdios do movimento sindical, assinava que a propaganda socialista só encontrava terreno favorável para germinar na área das ferrovias e dos portos. "Aqui, o socialismo no sentido moderno, com seu programa estabelecido nos últimos Congressos, pode fazer as suas primeiras tentativas e achar o único terreno disposto a receber as primeiras sementes, encontrando aqui também dificuldades peculiares ao -

(1) John Dulles, *Anarchists and Communists in Brazil, 1900-1935*, Ed. University of Texas, USA, 1973.

meio" (1)

Na verdade o setor dos operários do Estado, em primeiro lugar os ferroviários, desenvolviam um tipo de ação que se distinguia da tática da "ação direta". Aceitavam como mediadores das suas contendas com o patronato (no caso o Estado) figuras políticas ligadas ao movimento operário cuja filiação ideológica é difícil definir.

A primeira dessas figuras, que aparece logo no começo da República é um certo Tenente Vinhaes (José Augusto Vinhaes). Operando junto aos ferroviários da Estrada de Ferro Central do Brasil, esse tenente Vinhaes (2) aparece ora liderando os operários da EFCB numa greve articulada com o movimento de Proclamação da República (3), ora como o responsável pela modificação do Código Penal Brasileiro no sentido de reconhecer o direito de greve. Ele teria conseguido isso graças à suas ligações pessoais com o Deodoro.(4) O Código Pe-

(1) Antonio Piccarollo, "O Socialismo no Brasil", 1908, Ed. Piratininga, São Paulo, pg. 43, citado por Gervasio C.F. *ibid.*, pg. 81

(2) Tenente do Exército, deputado republicano.

(3) Edgard Carone, *A República Velha, Instituições e Classes Sociais* S.P., DEL, 1972 pg. 219

(4) Mais dados sobre o Tenente Vinhaes estão em Boris Fausto, *Trabalhador Urbano e Conflito Social* S.P., DIFEL, 1976 pg. 45.

nal de 1890 continha 2 artigos que tornaram passível de prisão aquele que "seduzir ou aliciar operários e trabalhadores para deixarem estabelecimentos em que forem empregados" e ainda cau sar ou provocar cessação ou suspensão de trabalho, para impor aos patrões aumento ou diminuição de serviço ou salário".(1)

Outras figuras socialistas, também ligadas ao setor dos ferroviários da EFCB são Pinto Machado (2) que liderava o Centro das Classes Operárias e a União Operária do Engenho de Dentro (fundada em 1889) e ainda Mariano Garcia (que editou durante pouco tempo a Gazeta Operária, jornal dedicado ao público operário) e Melchior Pereira Cardoso, ambos ligados ao setor dos transportes urbanos do Rio (condutores de bonde), além das associações dos ferroviários da EFCB e dos marítimos do Rio de Janeiro.

Esses elementos diziam-se socialistas; na realidade influenciavam essas associações no sentido de uma política reformista de apoio ao governo visando o atendimento das reivindicações de melhoria das condições de vida e trabalho. As críticas dos anarco-sindicalistas a essas figuras incidiam justamente no aspecto do apoio ao governo no intuito de conse-

(1) Edgard Rodrigues, ob. cit. pg. 65

(2) Pinto Machado desponta no movimento sindical tentando organizar os operários textéis por volta de 1902-1903.

guir o atendimento de algumas reivindicações e não sobre as reivindicações elas mesmas. Os adeptos da ação direta não acreditavam na eficácia dos intermediários "políticos" como mediadores do conflito entre o capital e o trabalho. Eles acusavam essas figuras de quererem simplesmente viver às custas do movimento operário.

É também por essa última razão que alguns autores descrevem os operários do Estado como vítimas de políticos oportunistas: "Logo após a República, começaram a se organizar no Rio, os ferroviários da Central do Brasil, assim como os marítimos, portuários e funcionários da União é municipais. Formaram suas uniões para defesa de classe mas estavam sob a influência direta de políticos oportunistas que deles se aproveitavam para suas manobras eleitorais".(1)

Também ligado a esse aspecto está o propalado "empreguismo" que grassava na EFCB, segundo alguns. Na imprensa operária de 1908 encontramos a notícia de um ferreiro do Engenho de Dentro que fora injustamente demitido e tendo procurado os deputados Enéias e Melcíades de Sá Freire, este fizeram por ele "o que outro qualquer deputado costuma e pode -

(1) José Linhares, "O Operariado Brasileiro no século XX"; Rev. Brasileira, nº 49, Set-Out. 1963, pg 24-33 e Everardo Dias pg. 67, diz exatamente a mesma coisa, História das Lutas Sociais no Brasil SP, Edaglit, 1962

fazer": dar cartões para o diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil.(1)

A tendência socialista também ativa (2) no Congresso de 1906 não conseguiu que se adotasse a idéia da fundação de um partido socialista. Em vez disso o Congresso chegou à conclusão de que os trabalhadores estavam tão divididos com respeito às opiniões políticas e religiosas que a única base sólida para acordo estava nos interesses econômicos comuns a todos os trabalhadores.

No Congresso de 1906 discute-se todos os problemas importantes que enfrentam os operários brasileiros naquele momento principalmente no que diz respeito às suas condições de trabalho. Como decorrência dessa análise da situação, são propostas as tarefas mais urgentes que o proletariado deve iniciar tanto no plano da organização quanto da ação. Algumas conclusões dessa análise nos interessam.

As organizações operárias dessa época são de diversos tipos e copiam os modelos europeus. Corporações, Caixas Beneficentes, Socorros Mútuos, Sociedades de Resistência, Sin-

(1) A Voz do Trabalhador, 1908, ano I, nº 3, pg.3

(2) Mariano Garcia e Melchior Pereira Cardoso, participaram no Congresso de 1906 representando o Sindicato dos Manipuladores de Tabaco

dicatos (em 1907 são criados os sindicatos profissionais) existem com finalidades de ação conjunta, local de reunião de operários, de conscientização de classe, etc.(1)

Predominam as associações profissionais do tipo de sapateiros, pedreiros, alfaiates, marceneiros, carpinteiros, etc. onde o ofício era o elemento aglutinador. Somente com o desenvolvimento da indústria levando à predominância dos estabelecimentos fabris é que os operários passam a se organizar por empresa e, finalmente, por setor de indústria.

No que tange a questão das organizações, o Congresso declara-se contra as Caixas, o mutualismo e o cooperarivismo, por considerar que elas funcionavam com paliativos que desviavam os trabalhadores do objetivo principal que era lutar contra o Capital.

Após o Congresso os anarco-sindicalistas desfecham violentos ataques contra o mutualismo e o cooperativismo. Citando o anarco-sindicalista francês Eliseu Reclus dizem: "A história das associações operárias é já bastante extensa e até sabemos que neste assunto é mais difícil assertar que sucumbir. Um fracasso é uma experiência a mais, e permite aos que a sofreram entrar de novo na grande corrente da vida e da revolução. Mas um êxito, isso sim que é fatal! Uma associação que consegue êxito feliz, que ganha dinheiro e se faz proprietária

(1) Carone, ob.cit, pg.196.

conforma-se fatalmente com as condições do capital; faz-se burguesa; desconta letras de câmbio, persegue a seus credores, recorre aos homens da lei, coloca seus valores no banco, especula sobre os fundos públicos, acumula seu capital e o faz valer pela exploração do pobre. Enriquecida, entra na confraria dos privilegiados; já não é mais do que uma companhia capitalista, obrigada a fechar suas portas aos que não levam mais do que seus braços. Completamente separada do povo, convertida em simples excrecência social, constitue-se em Estado; longe de secundar a revolução, combate-a de morte; tudo que tinha de força viva no começo de sua obra, emprega-o contra seus antigos amigos desherdados, os revolucionários; apesar de toda boa vontade dos sócios, a Associação passa-se para o campo inimigo: já não é mais do que uma quadrilha de traidores! Ah! meus amigos; nada deprava tanto como o êxito! Enquanto nosso triunfo não for ao mesmo tempo triunfo de todos, tenhamos a sorte de não alcançar bom êxito jamais; sejamos sempre vencidos!"(1)

Na área dos ferroviários, a questão da organização era um problema. Eles não estavam nem mesmo todos regrupados por ofício, alguns se encontravam associados por local de trabalho e durante toda a Primeira República a imprensa operária anarco-sindicalista exorta os ferroviários a se unificarem e se organizarem. As associações ferroviárias eram: União Operária do Engenho de Dentro; Liga do Operariado do Distrito Fe

(1) A Voz do Trabalhador 15/8/1908. O artigo chama-se "A Cooperativa".

deral; Centro dos Maquinistas dos Estados Unidos do Brasil; Centro dos Operários da Locomoção da Central do Brasil, Engenho - de Dentro; Centro das Classes Operárias; Centro dos Empregados em Ferrovias e provavelmente ainda outras. Apesar de terem sido os primeiros a se organizarem os ferroviários da EFCB atravessarão todo o período da Primeira República sem se unificarem num Sindicato Único ou numa Federação.

O outro setor onde predominavam os líderes ditos socialistas era o dos marítimos. As associações marítimas divididas por ofício eram as seguintes: Centro dos Calafates, Centro dos Pedreiros, Centro dos Pintores, Associações dos trabalhadores em carvão mineral, centro dos trabalhadores do Caes do Porto, Centro dos Caldeireiros em Ferro, Sociedade Protetora dos Motoristas Marítimos, Centro dos Motoristas de Guindastes, Centro dos Carpinas, Centro dos Lustradores, Gremio dos Ajustadores, Associação dos Marinheiros e Remadores, Sociedade União dos Foguistas, Gremio dos Maquinistas da Marinha Civil, Centro Marítimo dos Empregados em Câmara (os empregados em Câmara, nos navios, eram o Comissário, os dispenseiros, cozinheiros, paioleiros, taifeiros, copeiros, confeiteros, enfermeiros e açougueiros), Sociedade Protetora dos Mestres Práticos - da Barra do Rio de Janeiro, União Protetora dos Catraieiros, - Gremio dos Rádio-Telegrafistas da Marinha Civil, União dos Operários Estivadores, Associação dos Carpinteiros Navais, Sociedade de Resistência dos trabalhadores em Trapiche e Café.

Pelas suas denominações é possível notar que algumas dessas associações eram muito antigas como a Sociedade de Re -

sistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café (fundada em 1905) e a Associação dos Marinheiros e Remadores (1904).

No Congresso de 1906 prevalece a opinião de que só estando o proletariado organizado economicamente e independente dos partidos políticos é que poderia ele compreender o alcance das suas ações necessárias, isto é, greves, boicotes, sabotagens e manifestações públicas.

Como se vê, essa idéia não se coaduna muito bem com o pensamento dos socialistas e a atuação dos setores sob a sua influência. No entanto, estavam representados no Congresso, da área dos marítimos: a Associação de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Associação de Resistência dos trabalhadores em Carvão Mineral, União dos Operários Estivadores, Liga dos Carpinteiros e Calafates Navais e a União dos Maquinis - tas Terrestres. Na área dos ferroviários havia a União Operária do Engenho de Dentro e o Centro dos Empregados em Ferrovias. E todas essas associações aderiram à Confederação Operária Brasileira. (1)

Em relação à questão de saber qual seria o objetivo central das lutas que o COB incentivaria decidiu o Congresso que seria a luta pela jornada de 8 horas.(2) De fato, a agi

(1) Edgar Rodrigues, ob.cit. pg.114-115

(2) O 1º Congresso Operário propõe a deflagração da 1a. greve - geral para a conquista de 8 horas de trabalho no dia 1º de maio de 1907. Essa greve realmente estoura em São Paulo nesta data. cf. Edgar Rodrigues, pg. 194.

taçãoem torno dessa reivindicação começa no meio dos operários de fábrica ingleses do Lancashire, em 1867, e desde então vai ganhando a classe operária de todos os países capitalistas.(1)

As greves do início do século visavam sobretudo a obtenção de melhorias a nível da redução da jornada de trabalho, da proteção do trabalhador, da mulher e dos menores, da regulamentação do trabalho noturno e dos acidentes do trabalho, de melhoria salarial e do pagamento de salários atrasados, etc.

Em particular a questão da jornada de trabalho mobiliza diversos setores do operariado tanto no Rio quanto em São Paulo. A jornada de trabalho difere em determinados setores, mas para todos eles a jornada de 8 horas representaria um avanço no sentido da melhoria das condições de trabalho. No começo do século a jornada de trabalho é de 14 horas nas fábricas de tecido; em 1911 já diminuíra para 11 horas; na construção civil trabalhava-se 8 horas; na indústria de chapéus 9; nas oficinas mecânicas da Leopoldina de 12 a 13, às vezes 16 a 18; etc. As crianças por sua vez chegam a trabalhar em determinados serviços 11 horas ininterruptas.

A lei (2) estabelece um horário máximo de 8 ho

(1) Cf. K. Marx e F. Engels, Le Syndicalisme, volume II, Paris, Ed. Maspéro, 1972, pg. 122

(2) Segundo foi dito no Congresso de 1906, Edgard Rodrigues ob. cit. pg 123.

ras para os operários do Estado mas não é cumprida senão em parte, fato é que é destacado nas resoluções do Congresso para destacar que só de imposição direta dos interessados é que nasce o respeito às leis.

Além da longa duração da jornada de trabalho - "o trabalhador estava sujeito a um regime de disciplina e de coerção que visava garantir o seu máximo rendimento. Ao mestre e contra-mestre cabia o papel de vigia e regulador de normas que, muitas vezes, são pessoais: controle do horário de trabalho, de seu melhor aproveitamento, da sua assiduidade, de sua dispensa por necessidade, de aplicação de multas e até castigos corporais em aprendizes," etc.(1)

Essa situação era comum a todos os setores de atividade, entretanto, é no ramo têxtil que ela se apresenta de forma mais aguda devido a introdução das máquinas que por sua vez levaram para dentro das fábricas as mulheres e as crianças e permitiram ao capitalista entrever a possibilidade de aumentar seus lucros através da utilização ininterrupta do seu equipamento, para isso alongando a jornada de trabalho, introduzindo o trabalho por turnos, o trabalho noturno, etc. Nesse aspecto, a situação no Brasil (principalmente no Rio e S. Paulo (2) não diferia muito daquela existente na Inglaterra no i-

(1) Cerone, pg. 196

(2) As maiores fábricas de tecidos de algodão (o ramo mais "fabril") estavam assim distribuídas em 1910: 7 no D.F. e R.J. 2 em S.P., 1 em PE, 1 na BA e 1 no MA. Stanley Stein The Brazilian Cotton Manufacture, Massachusetts, 1957, pp.104

nício do século XIX.

Apesar das suas organizações serem efêmeras (apareciam e desapareciam após as greves), um dos setores que mais greves declarou no período que se estende do começo do século XX até 1920 foi justamente o setor têxtil.

Constituiu inclusive um marco para o movimento sindical (segundo Everardo Dias) a greve de 1903 que explodiu na fábrica de tecidos Carioca que ficava no Jardim Botânico, e que visou a obtenção de um aumento nos salários e a redução da jornada de trabalho (1). Essa greve estendeu-se depois aos outros trabalhadores da indústria têxtil e outras indústrias - durando 20 dias (2). Outra greve em 1907 visando a redução da jornada de trabalho não logrou nenhum benefício para os têxteis que viram seus salários diminuídos. Ganhando por tarefa, a diminuição da jornada acabava lhes causando prejuízo porque não vinha acompanhada de modificações na forma de pagamento e finalmente a situação voltava a ser o que era antes da greve ou até pior.(3)

(1) A Greve, 15/07/1903, pg. 3.

(2) Ação Direta, II, nº 106 maio de 1956.

(3) A Voz do Trabalhador, órgão do COB, ano I, nº 7 pg. 3, 06/12/1908.

Constando portanto, das resoluções do Congresso de 1906 como objetivo principal da luta do movimento sindical, a diminuição da jornada de trabalho constituiu um dos motivos-principais das greves que se desenrolam até 1920, sem que uma solução definitiva para o problema fosse dada até o final dos anos 1920.

O Congresso de 1906, por último, resolve adotar um sistema federativo e trazer as organizações operárias para uma confederação que esperavam, se assemelharia à CGT francesa.(1) Esse "sistema federativo" deveria garantir a maior autonomia possível para os indivíduos dentro dos sindicatos (ou sociedades de resistência), aos sindicatos nas federações e às federações na nova organização que se chamaria Confederação Operária Brasileira (COB).

A unidade entre anarco-sindicalistas e socialistas, no Congresso de 1906 se deu em torno da decisão mais concreta do Congresso que foi a luta pela jornada de 8 horas.

A Confederação Operária Brasileira estabeleceu-se no Rio de Janeiro somente em março de 1908 - quase dois anos após a sua criação.

Aparentemente a paralização se deveu a dificul

(1) No Congresso de unificação de Amiens (1906) a CGT francesa recusa-se a caucionar os partidos políticos. Serge Mallet, La Nouvelle classe ouvrière pg. 51-57

dades materiais e dissensões internas. Essas dissensões internas, provavelmente opunham socialistas e anarco-sindicalistas. Concretamente encontramos no jornal da Confederação "A Voz do Trabalhador, em 1908, uma luta aberta contra os elementos reconhecidamente socialistas. Fala-se de Melchior Pereira Cardoso, "sócio dos carroceiros sem nunca ter guiado uma carroça"; de Hermes de Olinda, "sócio dos trabalhadores em trapiche e café, sem nunca ter experimentado o peso de um saco cheio de café."; e Mariano Garcia, todos os três envolvidos na fundação de "mais um partido socialista."(1)

A unidade, portanto, durou pouco, mas a dissensão no movimento sindical só se agrava mais tarde e em particular em relação aos marítimos.

O COB dizia representar ao todo 50 associações operárias (2): 14 do Distrito Federal e 12 de São Paulo, entre outros estados.

A pesquisa do Centro Industrial do Brasil, realizada em 1907 revela que nessa época existem no D.F. 35.243 operários trabalhando em 670 estabelecimentos. A indústria têxtil concentra 10281 operários em 22 estabelecimentos.(3)

(1) A Voz do Trabalhador, 22, novembro 1908, pg.3

(2) Fazem parte do COB as associações que participaram do Congresso de 1906 e mais algumas que aderiram depois.

(3) Centro Industrial do Brasil, O Brasil suas Riquezas Naturais e suas Indústrias., Volume III, pp. 265-268.

Ao mesmo tempo que se organizava, o COB, como vimos, editava um jornal cujo primeiro número aparece em julho de 1908. No jornal trabalhavam Manuel Moscoso (editor), José Romero (administrador) e J. Mota Assunção e Carlos Dias.

A primeira fase do COB durou até dezembro de 1909, quando "A Voz do Trabalhador" publicou seu 21º número e fechou. Durante essa fase a principal atividade do COB foi promover movimentos pacifistas.

Durante os anos de 1910, 1911 e parte de 1912, o COB e algumas federações operárias estiveram inativas com algumas exceções como a greve dos sapateiros de 1911 e a greve dos foguistas e graxeiros da Central do Brasil.

Em junho de 1911, os foguistas e graxeiros da E.F. Central do Brasil fazem uma greve devido às condições de trabalho (o regime das multas, suspensões, desastres devido a atrasos, encontro de trens), ao aumento da jornada de trabalho, à diminuição real dos salários, a abusos cometidos pela Companhia^B ilegalidades, etc.(1)

Nesse mesmo ano o Congresso Nacional aprova um regulamento para os trabalhadores da Central que no dizer de Maurício de Lacerda, muitos anos depois, constituiu uma conquista significativa da classe (2). Esse regulamento parece

(1) A Vanguarda, 24/06/1911, Ano I, nº 8 pg. 1

(2) A Voz do Povo 24/02/1920, Ano I, nº 18 pg.1

ter tido um efeito positivo no que se refere à diminuir o descontentamento pois os operários da Central do Brasil só voltam a se agitar de novo no ano de 1919 quando querem justamente a reformulação desse regulamento, em particular sua equiparação aos funcionários públicos. O regulamento é reformulado em 1920 mas não a contento dos trabalhadores que se agitam para interferir na aprovação do projeto de regulamentação que está no Congresso Nacional. O porta-voz das reivindicações da classe no Congresso é Maurício Lacerda.

2. O congresso governista

A Federação Operária do Rio de Janeiro, inativa desde 1910, reavivou-se numa reunião de vários líderes sindicais em maio de 1912. A Federação convoca uma manifestação para protestar contra as atrocidades da polícia em São Paulo e em outubro organiza uma reunião dos líderes operários do Rio de Janeiro para reativar o COB e planejar o 2º Congresso Operário Brasileiro.

Esses planos foram estimulados por um passo dado pelo governo Hermes da Fonseca (1910-1914). Dois tenentes do exército Palmiro Serra Pulchério e Mário Hermes da Fonseca, este último filho do Presidente da República e deputado, patrocinam o Congresso Operário que deveria fundar um Partido político. O Governo pagou o transporte para o Rio de Janeiro dos delegados estaduais e ofereceu o Palácio Monroe para a realiza

ção do congresso. 187 delegados, dizendo-se representantes de 68 organizações operárias do Brasil inteiro, encontram-se entre 7 e 15 de novembro de 1912. Do Rio de Janeiro, somente 6 organizações compareceram ao Congresso (1) todos ferroviários com exceção da União Protetora dos Catraieiros, da área dos marítimos. A delegação de Minas também vinha carregada de ferroviários da Central do Brasil (2) Outros Estados como: BA,

(1) A representação do D.F. no Congresso era: 1) União Operária do Engenho de Dentro, D.F., 2) União Protetora dos Catraieiros, D.F., 3) Liga do Operariado do D.F., 4) Centro dos Maquinistas dos E.U. do Brasil, 5) Centro dos Operários da Locomoção Central do Brasil, 6) Engenho de Dentro D.F.

A ausência quase unânime das associações marítimas nesse Congresso se deveu segundo Boris Fausto mais a uma rivalidade entre lideranças do que a questões de princípio. Nesse momento o setor dos marítimos já se encontrava sob a influência dos chamados "coronéis marítimos".

Trabalho Urbano e Conflito Social, S.Paulo, DIFEL, 1976.
pg. 56.

(2) Centro dos Operários das Oficinas da Central do Brasil, Lafaiete, Sociedade de Condutores e Motorneiros, Associação Operária Irmãos Artistas, Federação do Trabalho, Centro Operário, União Operária de Montes Claros, Sociedade Operária de Belo Horizonte.

Edgard Rodrigues, pg. 321

PE, RGN e Rio Grande do Sul também mandaram representantes (7 da BA, 1 do Pará, 8 do Rio Grande do Sul, 1 do Rio Grande do Norte, 1 de Pernambuco e 1 do Ceará.)

O Congresso foi chamado de Quarto Congresso Operário Brasileiro, deixando claro assim, que seus organizadores colocavam-se na posição de seguidores dos Congressos Socialistas de 1892 e 1902 e que consideravam o congresso operário de 1906 como o terceiro. Como secretário geral do Congresso foi indicado Pinto Machado, que era também secretário-presidente da União dos Operários do Engenho de Dentro.

Aparentemente esta foi a única tentativa séria de um governo da P.R. de controlar o movimento operário dando-lhe um sentido claramente reformista. As reivindicações que foram formuladas nas resoluções do Congresso atendiam ao anseio da maior parte da classe trabalhadora naquele momento mas na verdade, para o Governo, a resolução mais importante era a criação da Confederação Brasileira do Trabalho (CTB) sob a presidência "honorária" de Mário Hermes da Fonseca. Mas a capacidade de controlar o movimento operário demonstrou-se nula na medida em que as reivindicações operárias não foram atendidas. O governo Hermes da Fonseca, em benefício (duvidoso) da classe operária só aprovou 1 decreto: o 2407 de 18/11/1911 que concede favores as associações que se propusessem construir casas para habitação de proletários.(1)

(1) Asis Sinão, Sindicato e Estado, S. Paulo, Ed. Dominus, pg.

De modo que o Congresso de 1912 não passou realmente de uma tentativa de controle. As organizações mobilizadas pelo Congresso já estavam no caminho reformista e continuaram se batendo na mesma forma e não é por mera coincidência - que Pinto Machado teve uma atuação destacada nele. As outras organizações mantiveram-se afastadas durante o Congresso e este no fundo só serviu para reforçar a crítica dos anarco-sindicalistas ao movimento sindical reformista. Eles acusavam o governo de demagogia com relação à construção das casas populares e mostravam como o governo Hermes contribuiu para a proliferação de líderes do tipo Mariano Garcia, Pinto Machado, etc. (1) na área dos trabalhadores do Estado.

A participação dos ferroviários do Rio nesse Congresso marcou uma posição em relação ao resto do movimento operário e de certo modo marcou também o início de uma época de marasmo sindical nesse setor.

De certa forma, o Congresso de 1912 mostra bem a falta de abertura das classes dominantes para uma política reformista em relação ao movimento operário. Ele constituiu uma tentativa isolada por parte de indivíduos ligados ao governo de dirigir o movimento operário mas obviamente, se olharmos

(1) É significativo que Pinto Machado tenha sido nomeado administrador da Vila Operária Marechal Hermes. A Voz do Trabalhador, nº 28, ano V.

pelo lado das medidas concretas que o governo tomou em relação aos operários, não se tratava de uma corrente política forte no seio do governo ou da burguesia. A ausência dos representantes da indústria têxtil talvez seja uma demonstração de que o operariado industrial não tinha nenhuma dúvida sobre a capacidade do governo em conseguir dos industriais o que mese de paralização e conflito até então, não haviam conseguido.

~~2. O Congresso Governista~~

3. A divisão

Após o Congresso de 1912, que é chamado de "Congresso dos Pelegos" por Edgar Rodrigues, não restava outra alternativa aos anarco-sindicalistas senão convocar o Congresso do COB e demonstrar quem liderava a maior parte dos trabalhadores no Rio de Janeiro.

Nesse mesmo ano de 1912 o comitê de reorganização do COB enviou circulares para as associações operárias pedindo que, se elas concordavam com os princípios adotados pelo Primeiro Congresso Operário Brasileiro de 1906, nomeassem delegados para a realização de um segundo Congresso Operário a ser realizado no Rio de Janeiro.

Em janeiro de 1913 o comitê declarou que o COB tinha sido reconstituído com um comitê executivo que incluía Rosendo dos Santos como secretário-geral e João Leuenroth, irmão

de Edgard Leuenroth como tesoureiro. "A Voz do Trabalhador" repareceu com seu 22º número editado a 3 mil exemplares.

O COB e a Federação Operária do Rio de Janeiro - juntos com a "Voz do Trabalhador", fizeram campanhas de protesto contra as prisões e deportações de trabalhadores das docas - de Santos e contra a nova legislação que afetava os líderes operários estrangeiros (lei de 1913).

O Segundo Congresso Operário Brasileiro realizou-se na segunda semana de setembro no Centro Cosmopolita do Rio reunindo 117 delegados representando duas federações estaduais e 5 federações locais, 52 sindicatos ou ligas e 4 jornais.

Muita atenção foi dada a questões de organização. O Congresso decidiu que associações beneficentes que não acreditavam na "ação direta" deveriam ser excluídas da COB. Os sindicatos deveriam ser organizados por indústria ou por offcio. O número mínimo de membros de um sindicato deveria ser de 25. Sindicatos de ofícios vários (de trabalhadores manuais e intelectuais) deveriam ser organizados para regruparem aqueles - que se encontrassem em lugares que não tivessem sindicatos.

Quanto à organização interna dos sindicatos, o 2º COB aconselhava vivamente aos trabalhadores a retirarem tudo que fosse burocrático ou coercitivo dos seus estatutos e a rejeitarem "qualquer resolução que retire a autonomia individual dos seus associados ou conceda atributos de autoridade a qual-

quer um deles". (1)

No Congresso de 1913, chama a atenção a ausência de diversas associações que participaram do Congresso de 1906, que eram integrantes do COB: a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, a União dos Operários Estivadores, a Sociedade de Assistência dos trabalhadores em Carvão Mineral, Centro dos Empregados em Ferrovias, Círculo dos Operários da União (ferroviários); e ainda uma representação textil e outra dos gráficos.(2)

Com a ausência dessas associações os marítimos e ferroviários do Rio de Janeiro não estão representados no 2º Congresso Operário.

É portanto, mais ou menos por essa época que se consubstancia a divisão do movimento sindical do Rio de Janeiro - desde do Congresso de 1912 torna-se clara a divergência e o Congresso de 1913 acentua essa divergência.

Os operários do Estado, principalmente os marítimos, passaram a ser frequentemente acusados de amarelão

(1) O secretário-geral do 2º COB era Rosendo dos Santos, assessorado por Astrogildo Pereira. Como resultado prático do 2º COB foram enviados delegados para os estados onde a organização operária parecia fraca.

Sobre o Congresso Operário de 1913 ver A Razão de 1º de maio de 1919 pg.9 "Os Congressos Operários do Rio de Janeiro."

(2) A Voz do Trabalhador de 01/02/1913

mo.(1) Os militantes anarco-sindicalistas, talvez por motivos táticos colocavam às vezes a questão em termos mais brandos (de um modo geral a imprensa anarquista não acusava a massa dos trabalhadores de "amarela" mas apenas os dirigentes). Num artigo de Rozendo dos Santos, no jornal do COB, "A Voz do trabalhador" de 15 de janeiro de 1913, a questão é colocada assim: "O operariado, particularizando, o do Rio de Janeiro, dividido em duas grandes correntes de ação, mas com o mesmo ideal, luta em campos opostos. De um lado estão os legalitários, isto é, a aqueles que têm como eficaz, o movimento obedecendo à disciplina - ao parlamentarismo - organizando um grande partido político; do outro lado a ardorosa e perseverante coluna revolucionária, isto é, alheia a toda disciplina política, tendo como meio de combate a ação direta, agindo com os seus próprios elementos sem a interferência de estranhos nas contendas contra o

(1) Everardo diz que estavam sob a influência de dirigentes amarelos as seguintes associações da área dos marítimos: - Centro dos trabalhadores do Caes do Porto (doqueiros e carregadores) Associação dos trabalhadores em Carvão Mineral, Grêmio do Maquinistas da Marinha Civil, União dos Operários Estivadores, Centro dos Motoristas de Guindastes elétricos, e ainda fora da área dos marítimos, os ferroviários (da EFCB) e os operários municipais. Ob. cit. pg 120.

o capitalismo". (Ano VI, n. XXIII, pg.1).

A nível dos fatos duas constatações são evidentes: a não penetração do anarquismo na área dos operários do Estado e a preferência dos políticos oportunistas em operar - junto a elas. Esse segundo aspecto provavelmente tem ligação com o fato dos estrangeiros (majoritários na indústria) não votarem e portanto não servirem de "massa de manobra" para políticos oportunistas, enquanto que os trabalhadores do Estado eram obrigados a votar para permanecerem no emprego. Mas apenas esse fato não explica a divergência, inclusive porque ao que consta nem Pinto Machado, nem Mariano Garcia, nem Melchior Pereira Cardoso nunca se elegeram para nenhum cargo público, apesar de vários autores garantirem que o sonho desses indivíduos era se elegerem para a Câmara dos deputados.

Outro fato que precisa ser destacado é que o setor mais acusado de "amarelismo", era palco de uma intensa luta interna que colocava em questão a dominação dos "coronéis marítimos". Do ponto de vista jurídico, os "coronéis marítimos" pertenciam à organização sindical mas, ao mesmo tempo, atuavam sempre ao lado do governo e serviam de intermediários entre este e os trabalhadores.

Ainda outro aspecto da questão a ser levado em consideração é que tanto os marítimos quanto os ferroviários - (1) se tomados isoladamente, eram extremamente combativos e as

(1) Como dissemos anteriormente entre 1911 e 1920 houve um sensível arrefecimento na combatividade dos ferroviários da Est. Ferro Central do Brasil.

greves levadas a cabo por esses setores tinham os mesmos objetivos imediatos que as greves dirigidas pelos anarco-sindicalistas: aumentos salariais, jornada de 8 horas, proteção contra os acidentes do trabalho, aposentadoria, etc. A diferença no caso, se situava no fato de que os anarco-sindicalistas encaravam essas greves como preparatórias da "greve geral" que terminaria com o capitalismo e os marítimos e ferroviários eram apenas imediatistas e, pelo menos em tese, não colocavam em questão o sistema.

As greves dos marítimos giravam em torno dos mesmos problemas que as das demais categorias. As vezes diziam também respeito a questões de poder sindical. A greve de 1919, por exemplo, levantava a questão do monopólio da Associação dos Marinheiros e Remadores na indicação do pessoal a ser embarcado nos navios (closed-shop). As outras reivindicações (aumentamento de salários e jornada de 8 horas) foram logo atendidas (ainda mais que a jornada de 8 horas já havia sido concedida, no papel, há muito tempo). Entretanto o direito da associação indicar a tripulação dos navios constituiu-se num impasse que estendeu a greve por um longo período e, mesmo depois de terminada a greve (1), manteve a situação tensa, com várias ex-

(1) O acordo conseguido foi de que a lista do pessoal embarcado seria feito em comum acordo entre a empresa de navegação e a Associação sendo que a empresa se reservava o direito de recusar algum nome indicado. A Razão 25/05/1919. Mas ao que parece Lloyd não cumpriu o acordo daí as reiteradas greves.

plosões, como a de fevereiro de 1921, da qual resultaram mortos e feridos entre policiais e grevistas (1). Durante a greve, os marítimos deram prova de coesão, organização (fizeram até mesmo um restaurante para os grevistas) e demonstraram a consciência de que estavam lutando pelo aumento do poder sindical da classe.

Boris Fausto (2) vê no sindicalismo dos marítimos e ferroviários o precursor do sindicalismo "peleguista" ou "trabalhista" pós 30. O que caracteriza a estrutura sindical dos anos 30, como todos sabem, É o alto grau de intervencionismo Estatal nos assuntos dos sindicatos.

Após a promulgação de vários decretos que vieram satisfazer algumas das reivindicações do movimento sindical pré 30, o Estado procurou (e conseguiu) estender seu controle sobre os sindicatos.

A promulgação de uma legislação trabalhista, a exemplo do que ocorreu nos outros países capitalistas foi resultado da luta do operariado brasileiro durante todo o período da Primeira República. A forma específica pela qual se resolveu a regulamentação do trabalho no Brasil (através de um

(1) Correio da Manhã 05/02/1921 pg. 1

(2) Boris Fausto, ob. cit. pg.41.

controle Estatal muito forte) foi ao mesmo tempo resultado da política sindical levada a cabo pelos trabalhadores na Primeira República e da política da burguesia brasileira em relação à questão operária.

Antes de 1930, no sindicalismo "amarelo" dos marítimos e ferroviários, Boris Fausto vê o embrião do futuro sistema sindical. Isso porque, como operários do Estado, essas categorias estariam já submetidas a um alto grau de controle estatal (diferentemente das demais organizações sindicais) que se exercia através dos "coronéis marítimos" e dos políticos "oportunistas". Por outro lado essas categorias teriam conseguido, antes das demais, o atendimento de algumas reivindicações que mais tarde foram generalizadas através da legislação trabalhista pós-30, como a jornada de 8 horas, a caixa de pensões e aposentadorias e a estabilidade no emprego.(1)

Essa atitude por parte do Estado possui vários aspectos. Em primeiro lugar, destaca-se a posição estratégica do setor: os portos e as ferrovias constituíam um dos elos essenciais da economia do período. Em segundo lugar, devemos considerar a própria natureza do trabalho que executavam: trans-

(1) Alberto da Rocha Barros, *Origens e Evolução da Legislação Trabalhista*, pg. 49-50, Ed. Laemmert, RJ, 1969.

porte e armazenamento de café, produto perecível que não podia ficar indefinidamente à espera das operações de embarque ou de desembarque.

Ligado a esse segundo aspecto destaca-se ainda a necessidade de cumprir compromissos com compradores no exterior no que se refere a datas etc. Todas essas razões faziam com que o "poder de barganha" (bargaining power) dessas categorias fosse realmente elevado. As greves provocariam prejuízos importantes para o negócio cafeeiro. Além desses motivos, é importante sublinhar a qualificação necessária para o exercício do tipo de trabalho que define essas categorias: qualificação profissional no caso dos ferroviários; força física no caso dos trabalhadores do cais do porto, por exemplo (1). Muito diferente era a situação dos trabalhadores da indústria têxtil por exemplo, simples apêndices das máquinas que comandam seus movimentos. Conseqüentemente, não constituía problema substi-

(1) Everardo Dias dá de certo modo a explicação inversa: era o grande número de operários desqualificados nesses setores estatais: trabalhadores municipais, portos e ferrovias, que faziam deles um campo fecundo para a germinação do "amarelismo". Provavelmente esta visão da questão está ligada à importância que Everardo Dias atribui ao domínio de um o f f c i o e ao conseqüente d e s e r e d i t o que merecem para eles os trabalhadores sem o f f c i o.

tuir rapidamente grande número de trabalhadores que estivessem causando problemas.

Essas condições gerais não determinavam que esses trabalhadores adotassem tal ou qual ideologia sindical. Mas esclarecem, em parte, a possibilidade de um sindicato trade-unionista obter algum êxito nas suas ações reivindicatórias em determinados setores e em outros não. Como nota Sheldon Maram: "O porto do Rio de Janeiro foi uma das poucas zonas nas quais u ma significativa "unionização" (sindicalismo no sentido trade-unionista) surgiu entre trabalhadores brasileiros. Uma greve de estivadores tinha a vantagem de não só causar perda imediata - aos interesses do porto e dos navios mas ainda de fazer tremenda pressão sobre os empregadores por negociantes e exportadores de café que viam seus investimentos empilhados em depósitos e nas docas.

Além disso, os estivadores eram capazes de resistir à reação dos empregadores e do governo às suas ações grevistas melhor que em várias outras indústrias. Sua complexão robusta os fazia temerem menos a repressão policial do que, por exemplo, os operários texteis, que, em grande maioria, era constituída de mulheres e crianças. Os interesses do porto eram capazes de trazer centenas de fura-greves, mas os novos trabalhadores, desacostumados com o fatigante trabalho, eram geralmente incapazes de movimentar a carga suficientemente rápido para satisfazer os exportadores e fazendeiros impacientes". (L)

O comportamento dos sindicatos marítimos e ferro

(1) Sheldon Maram, Anarchists immigrants and the Brazilian Labor, Mouvement 1890-1920, Berkeley 1974, pg. 57

viários era tipicamente trade-unionista: lutar pelos seus interesses imediatos, conseguir o máximo possível nesse sentido, não ignorar os caminhos da pressão política (através de deputados, como Nicanor Nascimento e Maurício de Lacerda), mas manter um certo distanciamento dos outros sindicatos, sobretudo aqueles controlados pelos anarco-sindicalistas e compostos de uma massa de imigrantes estrangeiros. Este distanciamento se traduzia por uma relutância em participar de "greves gerais" (apesar de os marítimos o fazerem às vezes) e, sobretudo, por não encetarem ações comuns a todo operariado dado que estas seriam vistas como altamente subversivas pelo Estado.

Em outros termos, o trade-unionismo traduzia-se numa representatividade autêntica e numa combatividade acentuada a nível das reivindicações econômicas das categorias em questão, mas também numa passividade política que os deixava inteiramente sob a direção política das classes dominantes.

Entre o Segundo (1913) e o Terceiro Congresso Operário (1920), não apenas se consubstanciou uma divisão clara entre as duas formas de ação sindical: a "reformista-peleguista-trabalhista-amarela" e a "anarquista-sindicalista-revolucionária". Ocorreram também vários fatos que tiveram um papel importante na mudança verificada a partir de 1920 no movimento sindical. Esses acontecimentos são os grandes movimentos de massa operária ocorridos em São Paulo (1917) (1) e no Rio

(1) A greve de 1917 está detidamente examinada no livro de Boris Fausto e não vamos entrar aqui nas considerações particulares desse conflito.

(1918-1919), a Revolução Russa de 1917 e provavelmente também o novo impulso dado à economia brasileira após a ligeira depressão de 1914 (1).

A esses três acontecimentos deve-se acrescentar também a grande agitação operária que marcou o final da Primeira Grande Guerra no resto do mundo e a assinatura pelo Brasil do Tratado de Paz de Versailles com suas cláusulas referentes ao trabalho e à situação dos trabalhadores como frisa Alberto da Rocha Barros (2): "... considerem-se estas palavras do preâmbulo da Parte XIII do Tratado de Versailles: "A não-adoção, por um país qualquer, de um regime de trabalho realmente humano, põe obstáculos aos esforços dos demais países, realmente desejosos de melhorar a sorte dos operários das suas próprias nações".

Nesse sentido foram criados organismos internacionais e promoveu-se conferências internacionais dos quais o

(1) Sheldon Maram fala em depressão econômica de 1913 a 1916 com desemprego e salários congelados. Ver também Warren Dean pg 91-114 e Wilson Cano pg 147, sobre os efeitos da Primeira Guerra na Economia.

(2) Alberto Rocha de Barros, Origens e Evolução da Legislação Trabalhista, pg. 47-48, Ed. Laemmert, Rio de Janeiro, 1969.

Brasil participou. "Quando veio a revolução de 30, o Brasil já assinara muitas convenções internacionais de trabalho, pelas quais se comprometera a promulgar medidas de amparo aos trabalhadores"(1)

Apesar disso as medidas tardaram a se concretizar.

A greve de novembro de 1918, no Rio, era parte integrante de uma insurreição anarquista, cujos efeitos práticos foram muito limitados, tendo em vista a existência de um espião da polícia (o Tenente Ajus) infiltrado no movimento. O chefe de polícia, Aurelino Leal, acusa a União Geral dos Trabalhadores (2) de induzir cerca de 500 operários, especialmente - textéis, ao levante cujos planos incluíam um assalto à Intendência de Guerra, a sabotagem do Ribeirão das Lages (o reservatório de água do Rio de Janeiro) e a distribuição de panfletos incitando os soldados da Vila Militar a se rebelarem, além de alguns outros atos de sabotagem. O conhecimento que a polícia teve dos planos antes mesmo que fossem executados fizeram frassar essas ações. Assim mesmo alguns operários concentraram se no Campo de São Cristóvão e lutaram com a polícia. A greve

(1) Idem ao item (2) da pg.102

(2) Organização que representava uma continuação da Federação Operária do Rio de Janeiro, fechada em 1917 (A Voz do Povo 13/03/1920).

geral foi massivamente seguida pelos Textéis seguidos pelos metalúrgicos e trabalhadores da Construção Civil.(1) Esses trabalhadores tiveram suas organizações - União dos Operários em Fábricas de Tecidos (fundada em 1917), União dos Metalúrgicos e União dos Operários em Construção Civil, respectivamente - fechadas.

Os atos de sabotagem e as operações militares (o assalto à Intendência de Guerra) juntamente com a greve geral constituíam os planos da insurreição. Eis uma exemplificação da estratégia anarco-sindicalista na sua pureza absoluta. A "greve geral expropriadora" somada a atos revoltosos isolados derrubaríam o sistema capitalista.

O fracasso do levante anarquista e o pequeno saldo positivo que a greve deixou (a reivindicação principal que era a jornada de 8 horas não foi obtida e vários operários textéis foram demitidos) não devem obscurecer o fato de que esses movimentos arrastaram para as ruas uma enorme mas-

(1) Segundo Moriz Bandeira onde fomos buscar o relato dos acontecimentos acima descritos, 20.610 trabalhadores textéis estavam em greve. Como o Censo de 1920 registra .. 20.054 trabalhadores textéis no D.F., é possível que ele não esteja muito longe da verdade. O Ano Vermelho R.J., Civilização Brasileira, 1967, pg.125 e seguintes.

sa de operários texteis (como já ocorrera durante a greve de 1917, em São Paulo). Isto parece demonstrar que, entre o Congresso de 1913 e aquela data, os anarco-sindicalistas haviam aumentado significativamente a sua influência nesse setor.

Após esses acontecimentos do ano de 1918 e as greves que estouraram durante todo o decorrer do ano de 1919 (sendo as mais importantes 3 greves dos texteis e 2 da área dos marítimos) reúne-se o Terceiro Congresso Operário.

4. O Declínio da Influência Anarco-Sindicalista

O Terceiro Congresso Operário Brasileiro realizou-se no Rio de Janeiro em abril de 1920. Numa reunião preparatória, com a presença de 116 delegados, no sindicato dos Texteis do Rio de Janeiro, uma comissão foi nomeada para coordenar os temas que seriam discutidos nas sessões regulares. Essa comissão era constituída por Edgard Leuenroth, José Elias da Silva e Alberto Lauro, José Alves Diniz e João da Costa Pimenta. Pimenta foi escolhido para presidir a sessão inaugural. Uma proposta dos delegados de São Paulo permitindo que representantes da imprensa operária participassem das discussões sem direito a voto foi aprovada e permitiu que Astrogil-

do Pereira, representante da "Voz do Povo" (1) expressasse seus pontos de vista.

O 3º COB decidiu a criação de uma Comissão Executiva do Terceiro Congresso (CETC) para coordenar a execução das resoluções adotadas nas reuniões. O seu mandato duraria até a realização do 4º Congresso Operário, previsto para 1921. O CETC deveria ser sustentado com as contribuições dos sindicatos associados no 3º Congresso. No Rio deveria ficar um "secretariado geral": constituído por um secretário-geral (Edgard Leuenroth), um tesoureiro, secretários de secção e secretários itinerantes, para cinco regiões geográficas nas quais dividiram o Brasil. O 3º COB decidiu também que seria concedida preferência aos sindicatos industriais, ao invés dos sindicatos de ofícios.

Outra resolução do Congresso tentava acabar com a confusão organizacional que reinava na área do Rio de Janeiro, onde havia 4 federações operárias e várias associações autônomas, que não mantinham relações entre si. A resolução apresentada, que se mostrou ineficiente na prática criava ainda um outro

(1) A Voz do Povo era órgão da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro e do Proletariado em geral. Apareceu em 05 de fevereiro de 1920 - Ano I, nº 1, para preparar o Congresso.

organismo - o Conselho Geral dos Trabalhadores do Distrito Federal e Estado do Rio destinado a concretizar um acordo entre todas essas organizações sem afetar suas orientações particulares e sua autonomia.

A nova CGT era composta de um membro de cada associação autônoma e 3 membros de cada uma das federações. A Federação dos trabalhadores do Rio de Janeiro, a Federação dos Trabalhadores dos Transportes Terrestres, a Federação dos Portos, Marítimos e Fluviais e a Federação Operária do Estado do Rio.

Os marítimos participaram no Congresso de 1920 através das seguintes organizações: Associação dos Carpinteiros Navais, a Sociedade dos trabalhadores em Trapiche e Café, a União dos Estivadores, a Associação dos Marinheiros e Remadores, a União dos Foguistas e a União Culinária e Panificadora Marítima.(2) Ao que parece a luta interna contra os "coronéis marítimos" estava em andamento e os anarco-sindicalistas tiravam proveito disso aumentando a sua influência. Entretanto, depois das grandes greves marítimas de 1919, 1920 e 1921, a calma voltou a reinar nessa área, sem que grandes alterações do ponto de vista organizacional tenham sido feitas.

O movimento anarco-sindicalista somou até o começo dos anos 20 derrotas importantes: o levante e a greve de

(1) Voz do Povo, 24/04/1920.

1918 no Rio e a greve de 1917 em São Paulo.

Pode-se perguntar se essas derrotas foram uma consequência do próprio movimento anarco-sindicalista e sua ideologia ou se foram uma consequência de resistência do governo e da burguesia em atender minimamente que fosse as reivindicações operárias mais imediatas. Provavelmente a resposta inclui as duas coisas. Em 1921 é promulgada mais uma lei repressiva desta vez para reprimir o "anarquismo" em geral. O que o governo entendia por anarquismo era a incitação à greve.

A esse quadro desanimador veio juntar-se outro fator de enfraquecimento do movimento sindical anarco-sindicalista: a divisão interna provocada pelas divergências em torno da Revolução Russa de 1917.

O resultado desse conjunto de fatores é que o Congresso de 1920 foi a última tentativa de envergadura dos anarco-sindicalistas no sentido de dirigir o movimento sindical. Em 1922, com a criação do Partido Comunista Brasileiro - por alguns ex-anarquistas, a influência dessa corrente no movimento operário entrou em franco declínio.

A partir dos Congressos operários que marcaram o movimento sindical na P.R. e das reivindicações operárias apresentadas nesses Congressos e das greves que foram levadas a cabo para a obtenção dessas reivindicações, pode-se caracterizar os objetivos gerais do sindicalismo nessa fase, apesar das diferenças ideológicas.

As reivindicações giravam em torno da duração da jornada de trabalho, das condições de trabalho (o regime de multas, a vigilância dos contra-mestres, etc.), aumentos de salários, condições de trabalho das mulheres e crianças e liberdade sindical (1). Esses problemas eram comuns a todas as

(1) O manifesto da União dos Operários em Fábricas de Tecido ilustra o que acabamos de dizer:

"Reclamações que querem ver atendidas

1º A jornada de 8 horas

2º Igualdade de ordenados das mulheres e dos homens quando em igualdade de trabalho

3º 30% de aumento sobre as empreitadas

4º 10% de aumento sobre os os ordenados diários

5º Abolição do trabalho dos menores de 14 anos e do trabalho noturno das mulheres

6º Readmissão de todos os operários dispensados em 18 de novembro último." Trata-se dos operários despedidos quando da greve de novembro de 1918 que estourou junto com a insurreição anarquista.

Fonte: A Razão, 10 de maio de 1919, Pg. 6.

categorias, mas diziam respeito mais de perto às vezes, à uma categoria mais que outra (em particular as questões referentes a mulheres e menores que eram sentidas particularmente pelo textil, mas também pelas indústrias de alimentação e do vestuário). Apesar da existência de algumas diferenças, a questão da duração da jornada, por exemplo, era geral para todos os setores (marítimos e ferroviários inclusive).

É interessante notar isso porque muitas análises imputam uma combatividade ao movimento sindical antes de 30, - para depois compará-lo a uma pseudo-passividade pós-30, sem entrar na natureza das reivindicações e do próprio movimento (1). O que podemos notar pelo caráter do movimento sindical da P.R., independentemente das diferenças de ação (reformista-anarco-sindicalista) é que a luta na qual o operariado se engaja é uma luta

(1) É nesse sentido que Otávio Ianni levanta uma das questões frequentes nos trabalhos sobre sindicalismo e classe operária no Brasil.

"Queremos saber porque a história da classe operária no período que antecede a revolução que leva Vargas ao poder, pode ser caracterizada como uma época em que o proletariado teria sido mais combativo que depois, porquanto, se compararmos as duas etapas, é inegável que na primeira as relações entre o operariado e a burguesia se apresentam mais tensas que nas décadas seguintes."

(Otávio Ianni, Revista Brasiliense, nº 36, "Condições Constitucionais do Comportamento Político Operário" pg. 19

ppêla regulamentação do trabalho. Do trabalho, tal como ele se apresenta no regime capitalista, isto é, o trabalho assalariado.

Todo movimento síndical é reivindicativo, portanto, quando dizemos que esse movimento tem como objetivo - fundamental a legislação do trabalho, estamos apenas frisando os limites de qualquer "sindicalismo revolucionário". Mesmo levando em consideração o caso em que o discurso ideológico - se reveste de um caráter contestatório (como é o caso dos anarco-sindicalistas), acreditamos que o aspécto essencial é a prática desse movimento, e a prática é essencialmente reivindicativa.

O que distingue, entretanto, a ação sindical-reivindicativa nessa fase do movimento operário é o fato de que a luta ainda se trava no plano de reconhecimento pela Estado (e isso implica no reconhecimento pela burguesia) da necessidade da regulamentação do trabalho. Em outros termos, as transformações que começam a se processar na sociedade brasileira, desde o surgimento das indústrias desenvolvem contradições que precisam ter uma solução que é por definição - provisória. Provisória porque não existe um fim nem para as reivindicações operárias em regime capitalista, nem para o campo em que o Estado pode intervir em questões de trabalho.

É nesse sentido, portanto, que convergem as lutas operárias do período: para a colocação de problemas que implicam uma intervenção estatal. Problemas que dizem respeiu

to às condições específicas do trabalho no regime de fábrica : prolongamento da jornada, controle abusivo, trabalho noturno e por turnos, emprego de mulheres, crianças etc. Essas condições implicavam também um abandono quase completo do trabalhador nas fases de desemprego, velhice e doença. Devido a isso o movimento sindical nos seus primórdios lutava por uma legislação do trabalho que começa em alguns países (1) pela legislação de fábrica ou, mais especificamente pelos ramos industriais onde impera o regime de fábrica (o têxtil geralmente é o primeiro). No Brasil, por razões específicas que levantaremos mais adiante, quando a legislação do trabalho passa a ter uma existência concreta (graças a regulamentação, fiscalização etc) ela já se refere ao conjunto da economia e não mais aos trabalhadores de um único ramo. Destaque-se que, até 30, o único setor onde a chamada legislação de fábrica é minimamente aplicada é o setor de transportes, marítimo e ferroviário de propriedade estatal; isto é, um setor não propriamente fabril.

É interessante notar que o Brasil ao "chegar atrasado." no capitalismo apresenta resultados aparentemente avançados. A inversão da importância da história dos setores econômicos faz com que a legislação do trabalho não apareça inicialmente como uma legislação mais limitada que diz respeito unicamente ao trabalho fabril. Na Inglaterra a legislação do

(1) Na Inglaterra, por exemplo.

trabalho é uma extensão da legislação de fábrica. No Brasil ela já dá os seus primeiros passos fora das fábricas.

A nível das reivindicações existem algumas diferenças. Os ferroviários, com exceção dos operários das oficinas de reparação, não trabalhavam exatamente em regime de fábrica. Apesar disso a questão da jornada de trabalho, do regime de multas, e as questões referentes à garantia no emprego, aposentadoria, acidentes no trabalho podem ser assimiladas às mesmas questões que se colocavam os operários de fábrica. Quanto à forma que os ferroviários encaminhavam a solução dessas questões era no sentido de serem equiparados aos funcionários públicos que já gozavam de algumas dessas vantagens. Na área dos marítimos, a mesma ressalva deve ser feita quanto ao tipo de trabalho, mas também no que diz respeito às reivindicações não há grandes discrepâncias. Como na área dos marítimos o nível de sindicalização era maior; eles se preocupavam em aumentar o poder do sindicato através de greves e pressões no sentido de indicarem o pessoal de embarque (1). É preciso observar que esse tipo de controle sindical é consequência também do controle exercido nas associações marítimas de cima para baixo pelos "coronéis marítimos".

Esse controle também se exprime nas formas de negociação dos conflitos do trabalho.

Durante a Primeira República as greves são nu-

(1) Greves de closed shop em 19 e 20.

merasas mas nem sempre têm um resultado positivo; pelo contrário este resultado constitui uma exceção.

Tomemos um exemplo ilustrativo, sob vários aspectos: a greve da Leopoldina de 1920. Até onde se pode saber, a greve começou de forma espontânea e foi dirigida por uma organização criada às vésperas da eclosão do conflito. Inicialmente, a greve contou com o apoio de toda a imprensa, mesmo a grande imprensa. Logo às primeiras negociações o governo apareceu como intermediário entre a direção da Companhia e os grevistas. O aumento salarial exigido foi logo obtido, mas a direção da Companhia fechou questão quanto a demissão dos elementos que ela considerasse subversivos. Isso prolongou a duração da greve (a greve começa dia 14 de março e termina no dia 29).

A Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro apoia a greve e a partir do dia 24 resolve decretar uma greve geral seguida pelas seguintes associações: União da Construção Civil, Sociedade dos Marceneiros, Sociedade dos Metalúrgicos, Sociedade dos Masseiros (fabricantes de massas), Sociedade dos Alfaiates, sociedades dos Marmoristas, Aliança dos Caixeiros do Comércio, Centro Cosmopolita, Tecelões, Centro dos Operários de Pedreiras e algumas outras.

Da área dos Marítimos estão solidários os foguistas, marinheiros e taifeiros.

Com a extensão do conflito a "grande imprensa"

se coloca contra os grevistas (1) e a reação do governo não se faz esperar. Ele decreta o fechamento de várias associações profissionais e efetua várias prisões.

Criado o impasse devido à ameaça da Leopoldina Railway de despedir todos os grevistas e ao apoio irrestrito do governo à Companhia aparecem em cena novos intermediários.

No dia 27, dezenove delegados de 14 associações marítimas (2) não grevistas, dirigem-se ao presidente da República solicitando que este intercedesse em favor da readmissão dos grevistas e reabrisse as associações fechadas. O governo prontamente atende ao apelo dos líderes marítimos com a condição de que a greve terminasse imediatamente.

A Leopoldina Railway concordou em readmitir todos os empregados que se apresentassem ao trabalho "com exceção dos muito poucos que antes da greve, e por atos comprovados tivessem se tornado incompatíveis com o serviço da empresa" (3).

Petronillo Montes intercedeu também junto ao presidente do Lloyd em favor das associações marítimas grevistas e foi atendido.

(1) O Correio da Manhã, por exemplo, diz que a greve dos ferroviários era justa mas que a greve geral é uma agitação prejudicial aos trabalhadores. 25.03.1920.

(2) Quem entregou o memorial contendo as solicitações foi o Coronel Petronillo Montes, representante do Centro União dos Pintores.

(3) Correio da Manhã, 27.03.1920. Ver também DULLES, pg.130.

Nos dizeres de Maurício de Lacerda, "a negociação do Catete não foi um acordo e sim uma capitulação. O Presidente impôs pela força, aos grevistas o que antes eles haviam recusado" (1).

O exemplo da greve da Leopoldina serve para ilustrar a forma como agiam os líderes chamados "amarelos" no movimento sindical. Quando o diálogo entre o governo e os grevistas parecia impossível devido à intransigência do governo, estes aparecem como "interlocutores válidos" (enquanto representantes das classes trabalhadoras) e aceitam em nome dos grevistas as condições impostas pelo governo (no caso, pela Empresa, o governo funcionando como porta-voz desta). Esses líderes do tipo Petronillo Montes são intermediários até entre o governo e algumas associações marítimas mais radicais.

Nesse aspecto, a política sindical desses líderes marítimos se distinguia da política sindical anarco-sindicalista. Estes últimos negavam a validade da atuação política como meio da classe operária transformar sua situação de classe subordinada. Pode-se dizer que por causa disso, na realidade, sua "política" significava abandonar o campo da política à burguesia. Os marítimos seguindo uma orientação trade-unionista, estavam agindo politicamente sob a direção da burguesia.

O fato de se tratar de uma área onde a influência estatal era dominante facilitou sob alguns aspectos, como veremos a seguir, a realização dessa política sindical trade-unionista.

(1) Voz do Povo, 30.03.1920.

Capítulo III - O MOVIMENTO SINDICAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA:
SUAS BASES SOCIAIS E POLÍTICAS

Como vimos no Cap. II, o movimento sindical do Rio de Janeiro era palco de uma divisão que confrontava duas linhas - a anarca sindicalista e a reformista - que foram se desenvolvendo e se afirmando no período que vai de 1890 a 1920, data por volta da qual observa-se o declínio da influência anarco-sindicalista no movimento operário brasileiro.

Essa divisão caracterizava não só duas propostas distintas para a ação sindical como também dois setores distintos da sociedade brasileira da época: de um lado temos os operários industriais cujo crescimento está evidentemente ligado ao surgimento das indústrias e de outro, o setor dos transportes, setor estatal bastante desenvolvido devido às características da economia do período, essencialmente dependente do mercado externo, precisando de uma rede de transportes que escoasse a produção para os portos, características essas que determinaram a anterioridade dessas categorias de trabalhadores em relação ao proletariado industrial.

Vamos agora analisar de que forma se relacionam ~~esses~~ duas ordens de fenômenos.

1. As Diferenças Étnicas

Uma das questões enfatizadas nos estudos sobre movimento sindical, na P.R. diz respeito à origem étnica dos trabalhadores de indústria (estrangeiros) em comparação com a origem étnica dos operários do Estado (nacionais).

As duas cidades que concentravam a maior parte da mão-de-obra urbana eram: o Rio de Janeiro, na época Distrito Federal e São Paulo, e as duas conhecem um crescimento significativo no período que estudamos. A população que aí afilui é diferente: para o Rio foram os ex-escravos do decadente Vale do Paraíba, enquanto que para São Paulo foram os imigrantes europeus e suas famílias.(1) Entretanto é preciso ressaltar que essa diferença não é tão marcante quanto poderia se supor pois em 1906, no Rio de Janeiro 49,4% da mão-de-obra ocupada na indústria, transporte e comércio era estrangeira contra 50,6% nacional.(2) De fato, o Rio viu sua população crescer não apenas através de imigrações externas mas inter-

(1) Stanley Stein, *The Brazilian Cotton Manufacture*, Harvard College, 1957, pg 99

(2) Diretoria Geral de Polícia Administrativa, Arquivo e Estatística - Recenseamento do RJ, RJ 1907. Cf. Boris Fausto, *trabalho Urbano e Conflito Social*, DIFEL, S.Paulo - 1976, pg. 32.

nas também, ao contrário de S. Paulo que só conhecerá esse último fenômeno a partir do final dos anos 20.

A questão da composição étnica ganha algum relevo porque tem sido apontada como um dos elementos que explicam a influência do anarco-sindicalismo no movimento sindical de S. Paulo e do Rio de Janeiro.

A imigração organizada pela grande burguesia cafeeira através do Estado que ela controla diretamente torna-se maciça a partir de 1880. Visando sobretudo suprir a lavoura cafeeira paulista de mão-de-obra barata, a imigração beneficiou também a indústria nascente. Em 1901, uma crise cafeeira levou mão-de-obra relativamente qualificada e barata para as cidades na medida em que os imigrantes europeus abandonaram os cafésais. Nesse mesmo ano, 90% dos operários que trabalhavam nas indústrias paulistas eram estrangeiros.(1)

No Rio, a mão-de-obra trabalhando nos portos e nas ferrovias é anterior à onda imigratória e, portanto constituída de nacionais.

Sheldon Maram (2), por exemplo, acha que no Rio

(1) Assis Simão, Sindicato e Estado, Ed. Dominus, São Paulo, 1966, pg. 31

(2) Sheldon Maram, ob. cit. pg. 147

de Janeiro a importância do sindicalismo reformista no meio dos marítimos e ferroviários se devia à predominância de nacionais nessas áreas. Estes seriam mais propensos a aceitar uma política patronal de tipo paternalista pois, vindos de um passado de escravidão, a consciência de classe neles estava - menos desenvolvida. Mas os reformistas estariam marginalizados no movimento sindical dominado pelos anarco-sindicalistas, confinados às áreas onde estes não podiam penetrar, áreas dos trabalhadores do governo para os quais a acomodação política pagava dividendos (como vimos na parte anterior desse trabalho esses dividendos não eram tão altos assim). Esses sindicatos "brasileiros" - diz Maram - eram hostis ao trabalhador imigrante.(1) Do ponto de vista da ação sindical, a diferença entre os trabalhadores imigrantes e os nacionais residia no fato daqueles ocuparem funções qualificadas ou semi-qualificadas que predispunham à sindicalização. Os operários qualificados sentiriam-se atraídos pelo anarquismo porque reagiam contra o trabalho de fábrica que significava o fim da sua "independência". (2)

(1) Michael Hall também frisa os choques entre os estrangeiros de diferentes nacionalidades e mesmo de uma mesma nacionalidade. Imigração e Classe Operária em São Paulo, Campinas 1975, pg. 5

(2) Essa idéia na verdade já era adotada para a explicação do anarquismo na Europa como vimos na primeira parte desse trabalho.

Esse ponto de vista, embora se pretenda crítico em relação àqueles que atribuem ao trabalhador estrangeiro à predominância do anarco-sindicalismo no movimento sindical nos leva de volta ao problema étnico, pois quem são os trabalhadores qualificados no Rio e em São Paulo, na Primeira República?

É pouco provável que se trate dos nacionais por que aqueles com alguma qualificação profissional se encontram nos portos e nas ferrovias (como vimos duas áreas de não penetração do anarquismo). Restam os estrangeiros. Quanto a isso pairam ainda algumas dúvidas. Michel Hall, por exemplo, afirma que "Apesar de alguns artesão e outros trabalhadores urbanos terem sem dúvida ido para S. Paulo, tal imigração não foi encorajada e parece claro que a maioria dominante da força trabalhadora era composta de homens e mulheres das áreas rurais do sul da Europa. Não apenas eram eles pouco familiares com as indústrias, como também a maioria dos trabalhadores tinha pouca senão nenhuma experiência em política ou organização da classe operária.

..... A noção de classe operária imigrante que chegou a S. Paulo possuindo habilidades industriais, sofisticação política, experiência organizatória pode ser um mito conveniente, mas tem pouca base real."(1)

(1) Michael Hall, ob. cit. pg.2-3.

Boris Fausto (1) nos dá outra visão do problema: "Ao contrário do que geralmente se supõe, a maioria dos imigrantes italianos que chegaram ao Brasil até princípios do século provinham do norte da Itália, especialmente da região do Vêneto. Só posteriormente a imigração do sul passou a ser significativa. Foerster (2) calcula que, nos primeiros anos da grande imigração, 4/5 dos imigrantes partiram do norte. Os italianos do sul - calabreses sobretudo - concentram-se no Rio de Janeiro, onde no início do século talvez já excedessem o outro grupo."

Num aspecto esses autores parecem estar de acordo: no Rio de Janeiro a maior parte dos imigrantes era de origem rural e portanto não era constituída de profissionais altamente qualificados.

A questão das origens étnicas não pode, em si, explicar as tendências do movimento sindical.

Os imigrantes, naturalmente, trouxeram consigo idéias vinculadas ao meio europeu do qual eram originários (rural ou citadino). Entretanto o que precisa ser enfatizado é a

(1) Boris Fausto ob. cit. pg.36

(2) Robert Foerster - The Italian emigration of our times. New York, 1969, p. 289. Cf. Boris Fausto, ob. cit. pg. 36

situação interna brasileira. Os fatores internos são os responsáveis pelo florescimento de algumas idéias (anarco-sindicalistas) no movimento operário e não de outras.

O fato de que a área dos Marítimos e Ferroviários do Rio de Janeiro fosse constituída por nacionais e a área das indústrias predominantemente por imigrantes estrangeiros não é uma simples coincidência. Trata-se de um fator dentre muitos que caracterizam esses setores, e os distinguem, a começar pela época em que cada um desses setores é implantado: o porto da cidade do Rio de Janeiro já desenvolve uma atividade efervescente em meados do século XIX e as ferrovias começam a ser construídas por volta dessa época enquanto que as indústrias só começam a ser implantadas no final do século XIX.

Ainda outra diferença importante, já ressaltada anteriormente, é o caráter da propriedade dos capitais investidos nesses setores: a propriedade é Estatal na área dos M & F e privada no setor industrial.

Por último, a importância sócio-econômica desses setores também serve para distingui-los: um setor ligado às atividades econômicas fundamentais, desde a época colonial - a importação e a exportação - e outro setor que ainda aparece como um apêndice da economia nas primeiras décadas do século XX.

As características particulares dos setores em questão formam um conjunto de fatores que ajudam não só a explicar a adoção de uma política sindical diferente por parte dos trabalhadores, mas também uma política patronal distinta,

no que se refere à solução das questões da área do trabalho. (A importância dessa questão nos obriga a voltar a ela mais adiante).

Nesse conjunto de fatores que formam as características particulares de cada um dos setores considerados, a origem étnica é apenas um fator subordinado, que não explica os outros fatores mas é explicada por eles. Trata-se portanto de uma variável dependente que não pode ser tratada separadamente.

2. A Ideologia da Ascensão Social

Entretanto, essa questão - das origens étnicas - introduz dois outros aspectos que entram frequentemente na explicação do tipo de movimento e ideologia sindical de classe operária que analisaremos a seguir.

O primeiro desses aspectos é a questão relativa ao projeto de ascensão social que apareceria como uma característica importante da massa trabalhadora imigrante.

Diversos autores (1) concordam com essa afirma-

(1) Michael Hall, ob. cit. pg. 5-10; Fernando Henrique Cardoso "Proletariado no Brasil: situação e Comportamento Social" em Mudanças Sociais na América Latina, São Paulo, 1969, p. 204;

ção. Diz Boris Fausto (1):

"Como observou F.H.C., independentemente da origem rural ou urbana do imigrante pobre, o que caracterizava sua conduta era o projeto da ascensão através do esforço individual. Tal projeto encontrou algumas possibilidades de realizar-se pois o "sistema industrial" do país era ainda sobretudo um "sistema artesanal" que começava a diversificar-se. De posse de uma técnica manual de trabalho mais elaborada (2), tornava-se viável passar da condição de trabalhador especializado a proprietário de pequena oficina e mesmo a industrial, ou fixar-se nas oportunidades industriais oferecidas pelas cidades."

E prosseguindo:

"Mas as oportunidades não se abriram para toda a massa de imigrantes e nem todos estavam em condições de aproveitá-las. Por heterogeneos que fossem os motivos de inserção na ordem industrial, um segmento se consolidou como núcleo importante na formação da classe operária. E os primeiros movimentos reivindicatórios envolvendo operários não qualificados ganharam impulso a partir da contradição entre as aspira

(1) Boris Fausto, ob. cit. pg. 32:33

(2) Nem todos concordam com esse aspecto da questão, ver Michael Hall, ob. cit.

ções destes operários como imigrantes e a realidade de suas condições de vida e de trabalho."

Michael Hall por sua vez baseia -se no depoimento de alguns militantes da época, como Everardo Dias e Nenor Vasco, que colocaram essa característica como o principal obstáculo que o movimento operário tinha que transpor para ser realmente um movimento de massa. O exemplo do jornal *Avanti!* é significativo. Diz esse jornal: "a imensa maioria dos italianos emigrados não tem outro ideal senão o de ganhar a vida da melhor maneira possível, e de economizar uma parte que lhe permita voltar à pátria ou se aventurar aqui no comércio e na indústria para assegurar uma posição social mais alta." (1)

Se aceitamos a tese de que os imigrantes estavam imbuídos de uma ideologia de ascensão social temos duas alternativas: ou concordar com a idéia de que a impossibilidade da realização dessas aspirações contribuiu para o fortalecimento do movimento como fez Boris Fausto ou anteriormente, José de Souza Martins (2) ou então admitir que as classes dominantes

(1) *Avanti!* de 25 de julho de 1914. Cf. Michael Hall ob. cit. pg. 5-6.

(2) José de Souza Martins, *Conde Matarazzo - o empresário e a empresa*. Ed. FUCITEC, S.Paulo, 1974, pg. 98

do período estavam com a razão: as greves e outras manifestações operárias de descontentamento da classe operária eram obra de uma minoria de agitadores anarquistas que não tinham nenhuma base no meio da massa operária, que estava muito mais preocupada em melhorar de vida através das oportunidades de ascensão social que o sistema lhe oferecia do que em participar de ações coletivas de classe que por definição excluem a solução individual das questões referentes à melhoria das condições de vida do proletariado.

A adoção de qualquer uma dessas duas alternativas implica uma interpretação ideologicamente determinada das aspirações sociais imediatas dos trabalhadores. Examinemos então mais de perto a questão da ideologia da ascensão social ou "ideologia do sucesso pelo trabalho", como a chama J. de S. Martins (1)

A "ideologia do sucesso pelo trabalho", concordamos com J.S. Martins, "é a ideologia da industrialização"(2), e a industrialização, ^{Como vimos, não é uma entidade que se autopromove mas um fenômeno ligado ao desenvolvimento do capitalismo e ao aparecimento de uma classe social (a burguesia) interessada no florescimento das indústrias e de uma classe social (o proletariado) - que vai fornecer o "trabalho" indispensável à produção des-}

(1) J. S. Martins, ob. cit. pg.100

(2) Ibid.

se sistema. O trabalhador na sociedade capitalista é motivado para o trabalho como única forma de sobrevivência:

"L' homme libre est poussé au travail par un mobile bien plus violent que celui de l'esclave: L'homme libre doit choisir entre un dur travail et la mort par inanition , un esclave a le choix entre (le travail) et des coups de batons." (1)

Nos fundamentos do sistema de trabalho livre está a idéia de que o trabalhador é o único responsável pela sua sorte. Tudo depende da sua inteligência, capacidade, dedicação, etc. O peso do fracasso recai apenas sobre os seus ombros e não sobre o regime social sustentado pelo seu trabalho.

A forma individualista em que a questão é colocada (na aparência) sugere uma solução também individualista do tipo "self made man" para as dificuldades da vida proletária.

A ideologia do sucesso pelo trabalho vem reforçar a possibilidade de uma solução desse tipo na medida em que ela difunde a idéia bem burguesa de que o Capital é o fruto do trabalho do Capitalista e na medida em que ela escamoteia a natu-

(1) P.R. Edmonds, Practical Moral and Political Economy, Londres, 1828, pg. 56-57. Cf. Karl Marx, Un Chapitre Inédit du Capital, Paris, UGE, 1971, pg. 205.

reza social do capital, isto é, a relação social que se exprime nela, qual seja a compra e venda da mercadoria força de trbalho.

A ideologia do sucesso pelo trabalho tem, portanto, a função de garantir a reprodução das condições sociais recessárias para a repetição indefinida dessa troca (compra e venda da força de trabalho) ao mesmo tempo em que mascara a dominação social de um dos elementos dessa troca sobre o outro.

É preciso, entretanto, esclarecer melhor o que se entende por ideologia da ascensão social ou ideologia do suceso pelo trabalho, porque ela pode ter dois significados implícitos. De um lado, pode ser identificada com a luta da classe operária para melhorar suas condições de vida. Nesse caso traduz-se nas chamadas "reivindicações econômicas" que são, como vimos, uma parte indispensável da luta da classe operária, mas não a única. Note-se que essa luta pela melhoria das condições de existência, é uma luta defensiva, um reflexo da situação - subordinada que ocupa a classe operária no processo de produ - ção. É portanto, mais um efeito da base material da dominação de que falamos anteriormente do que do desejo de "ascender so - cialmente."

Por outro lado, a ideologia da ascensão social po - de ser identificada com o desejo dos trabalhadores de tornarem - se proprietários. Creio que é esse o significado implícito (ou explícito) contido nos autores mencionados. Nesse caso o argu - mento apoia-se nas oportunidades que um sistema baseado no ar - tesanato e na pequena empresa de base familiar ou individual -

podia efetivamente oferecer aos operários qualificados. Dizendo de outro modo, as diferenças sociais não seriam ainda marcantes na indústria devido ao estágio de desenvolvimento do capitalismo durante o período. A burguesia industrial nascente teria suas origens justamente na massa dos operários qualificados e pequenos artesãos.

Essa tese, sobre as origens da burguesia industrial é amplamente difundida.

3. As Origens do Capital Industrial

No trabalho de Warren Dean, "A industrialização de S. Paulo (1) encontra-se uma idéia diferente. Esse autor procura demonstrar que os imigrantes que se tornaram industriais não se confundem com a massa dos imigrantes. Dean salienta as ligações da indústria nascente com a atividade comercial de importação/exportação.

Os dados da pesquisa de Dean referem-se a S. Paulo, e uma pesquisa semelhante para o D.F. não foi realizada. Entretanto pesquisas de âmbito mais restrito sugerem que no Rio de Janeiro também não são os imigrantes ex-operários que

(1) Warren Dean, A Industrialização de São Paulo, 1880-1945 , DIFEL, SP. 1971 pg. 59.

constituem a origem da burguesia industrial mas os imigrantes (ou brasileiros) que acumularam capital na atividade comercial. (1)

[Ao suscitar a questão das origens da burguesia industrial brasileira não estamos querendo afirmar que a sociedade brasileira das primeiras décadas do século vinte oferecia tantas oportunidades para um artesão ou trabalhador qualificado tornar-se pequeno industrial quanto a sociedade brasileira de hoje. É possível que as possibilidades fossem maiores então. Mas é preciso não tomar esse fato como sendo o dado característico do sistema de produção da época.

Esse novo enfoque a respeito das origens da burguesia industrial brasileira permite-nos duvidar da amplitude das oportunidades de "ascensão social" que o sistema oferecia aos trabalhadores nacionais ou estrangeiros que quisessem "mudar de classe". Parece indicar-nos, ao contrário, que a bur-

(1) Solomon Turnowski, "Aspectos Geográficos da Evolução Industrial", in Estudos Cariocas, nº 6, 1975. Cf. Álvaro Afonso G. Pignaton, Origens da Industrialização no Rio de Janeiro, Revista Dados, nº 15, 1977. pp 139 a 154.

guesia industrial brasileira não tem sua origem no trabalhador qualificado que fazendo "economia" chega a empresário

Vinculada a questão das origens da burguesia industrial está o segundo aspecto que queremos analisar ou seja, a questão da caracterização do próprio processo social do nascimento da indústria; em outras palavras, as formas específicas sob as quais o capital submete a produção industrial brasileira e a existência ou não de formas de transição nesse processo.

Como vimos na primeira parte desse trabalho, a vinculação entre estágio de desenvolvimento econômico e formas de ação e ideologia operária é estabelecida com frequência, levando mesmo à organização de uma tipologia da ação operária.

No Brasil também esse tipo de vinculação é feito como vimos, em particular por L. M. Rodrigues:

"A história do movimento operário oferece muitas evidências no sentido do relacionamento entre a tecnologia inicial do processo de industrialização, a composição profissional do proletariado, de um lado, e a difusão de um tipo de ideologia coletiva de formas de ação direta, de tipo anarco-sindicalista, de outro lado. Foi nos países em que a pequena indústria, a propriedade e a gestão familiar perduraram por mais tempo (França, Itália, Espanha) que as ideologias de tipo anarco-sindicalista tiveram mais difusão e persistência. Na Inglaterra, Bélgica, Alemanha, por exemplo, onde a grande indústria se estabeleceu mais cedo, a influência do anarquismo foi menor e logo desapareceu, cedendo lugar aos partidos de tipo trabalhista ou socialista. A pequena indústria, na qual a orga

nização do trabalho continua amplamente baseada nos trabalhadores qualificados, nos ex-artesãos transformados em assalariados, favorece tanto as doutrinas que defendem a gestão operária como as táticas que enfatizam as ações diretas e a importância das minorias militantes." (1)

Boris Fausto (2) também concorda com essa interpretação: "Como se sabe, a hegemonia anarquista no interior do movimento operário até a Revolução Russa é um padrão comum a quase todos os países latino-americanos. As razões tradicionalmente apontadas para este fato destacam o papel ideológico representado pelos imigrantes e a relativa similaridade do estágio de desenvolvimento do capitalismo industrial nos seus países de origem e na América Latina. De fato, as doutrinas anarquistas propagaram-se em regra nas áreas de menor concentração industrial (Itália, Espanha, França e Portugal) onde predominava a pequena indústria de propriedade individual ou familiar, na qual a organização do trabalho se baseava amplamente em trabalhadores qualificados, nos ex-artesãos convertidos em assalariados."

A explicação dada por esses autores, para a predominância do anarco-sindicalismo no movimento sindical, na P. R., está baseada a nosso ver, numa concepção equivocada.

(1) Leôncio Martins Rodrigues, Trabalhadores, Sindicatos e Industrializações, pp. 59-60. Ed. Brasiliense, SP. 1974.

(2) B. Fausto. ob. cit. pg. 67

Como já destacamos na Primeira Parte deste trabalho, o equívoco começa com a identificação de anarco-sindicalismo com anarquismo.

Retomar a explicação tradicional para as origens da ideologia anarquista quando se trata de explicar a predominância do anarco-sindicalismo no movimento sindical significa não considerar as mudanças substanciais ocorridas na sociedade e na mão-de-obra dos países capitalistas no período que separa esses dois acontecimentos. A ligação tradicional que se estabelece entre a ideologia anarquista e a situação do artesão e do trabalhador qualificado no capitalismo é retomada também para explicar o anarco-sindicalismo no caso brasileiro.

Referindo-se especificamente a ele, Boris Fausto diz: "Quantitativamente, a estrutura da indústria se caracteriza pela pequena empresa, de mínima capitalização e base técnica artesanal." (1)

A tese segundo a qual a estrutura da indústria nascente no Brasil se caracteriza pela pequena empresa de base artesanal tem sofrido, recentemente, algumas revisões.

No caso da indústria têxtil de algodão, Stanley Stein mostrou já, em 1957 que a concentração é um fato apreciável. Em 1910, por exemplo, aproximadamente um milhão de fusos

(1) B. Fausto ob. cit. pg. 105

e 35 mil teares estavam em uso em 137 fábricas através do Brasil. Concentrados em 6 fábricas de tecidos do Rio e em 2 fábricas de tecidos de S. Paulo estavam mais de 1/3 dos fusos, pouco menos de 1/3 dos teares e mais ou menos 1/5 da mão-de-obra ocupada nas fábricas de tecidos. Onze fábricas de tecidos (8 no sul e 3 no norte) dominavam a indústria em 1910 e essa concentração era também evidente em 1915 e 1921.(1)

O ramo têxtil é reconhecidamente um ramo que opera em condições fabris com uma alta concentração de capitais - para a época.

A tese segundo a qual a estrutura da indústria - nascente se caracterizava pela pequena indústria de base artesanal é diretamente criticada por S. Silva no seu trabalho sobre as origens da indústria.(2)

Nesse trabalho o autor desagrega os dados da pesquisa do Centro Industrial do Brasil de 1907 e do Censo de 1920 que regrupam numa mesma rúbrica - "indústria" - o artesanato, a manufatura e a grande indústria, para poder verificar o papel relativo dessas três formas de produção no período da Primeira República.

(1) Stanley Stein, ob. cit. pg. 103-104

(2) S. Silva, Expansão Cafeeira e Origens da Indústria, Ed. Alfa-Omega, SP. 1976, pg. 77-91. Por indústria nascente entende-se um período: o período do nascimento da indústria. (1880-1930)

A conclusão mais importante diz respeito ao peso relativo das "grandes empresas", entendidas como "grande empresas" aquelas que tivessem mais de 100 operários ou mais de 1000 contos de capital. (1)

Em 1907 no Distrito Federal, as empresas com 100 ou mais operários e 1000 ou mais contos de capital representavam apenas 9,85% do número de empresas, mas reuniam 57,31% da mão-de-obra e 70,83% do capital empregado, além de ser respon

(1) O critério de separação das grandes empresas nos parece justo pois uma empresa empregando mais de 100 operários e um capital de 1000 contos pode ser sem sombra de dúvidas classificada como uma empresa capitalista.

A título de comparação: em 1851 na Inglaterra, na indústria têxtil, um quarto apenas das empresas empregava mais de 100 operários, enquanto que na indústria de lã apenas 1/10.

Cf. Maurice Dobb, pg. 261, Etudes sur le développement du capitalisme, 2^o ed., Paris, 1971

No Brasil em 1920 29,3% das empresas da indústria têxtil empregam mais de 100 operários

sável por 51,92% da produção.(1)

Em S. Paulo, essas mesmas empresas constituem 22,08% do total das empresas, reúnem 80,27% da mão-de-obra e 85,96% do capital, sendo responsável por 77,42% da produção.

Em 1920, no D.F. as empresas com mais de 100 operários reúnem 6,4% do total das empresas, 72,5% do capital e 63,4% do número de operários.

Em S. Paulo, essas mesmas empresas representam 3,5% do número de empresas, 65% do número de operários.

Outro detalhe importante é que as empresas com mais de 1000 contos de capital e mais de 100 operários reúnem

(1) Esses dados não levam em conta a margem de erro existente na pesquisa do Centro Industrial do Brasil que é estimada em 35% para o total do valor da produção. Mesmo levando em conta esse erro e fazendo-o da forma mais desfavorável para a tese que pretende defender, S.Silva encontra percentagens inferiores mas ainda extremamente significativas: "Os cálculos nos indicam que, feitas essas correções, as nossas 'grandes empresas' regrupariam ainda no antigo D.F., 58,4% do capital, 43,7% do número de operários e 38,5% do valor da produção. Ao mesmo tempo, o número de 'grandes empresas' sobre o número total de empresas, cai de 9,9% para 5,2%" Sérgio Silva, ob. cit. pg. 90

pam a maior parte do capital e a maior parte dos operários do conjunto das "grandes empresas", no Rio e em São Paulo (1).

Esses dados ressaltam a importância das empresas com 100 ou mais operários e 1.000 ou mais contos de capital e levam o autor a afirmar que "são essas empresas, e não as pequenas empresas de tipo artesanal ou pequenas manufaturas, dispersas por todo o país e destinadas a atender um mercado local, que caracterizam a indústria nascente no Brasil" (2).

4. A Concentração do Operariado no Rio de Janeiro

Tendo em vista essas conclusões, achamos interessante observar qual a importância dos estabelecimentos de 100 ou mais operários por ramo industrial no Distrito Federal (3). Em primeiro lugar, pelo número de operários, capital e força motriz que emprega, está o ramo têxtil.

Nesse ramo, que concentra 19.264 dos 56.517 operários do Distrito Federal, encontramos 14 empresas com um valor da produção superior a 1.000 contos e onde esse valor supera os 5.000 contos. Essas 22 empresas empregam 27.299 operários, isto é, 89,8% do total de operários do ramo têxtil. Dessas 22 empresas, 20 são do setor de Fiação e Tecelagem que,

(1) Ibid., p.91.

(2) Ibid.

(3) Dados do Recenseamento de 1920.

sozinho, reúne 184.859:554\$ dos 191.692:221\$ do total do ramo textil.

Além disso, as empresas de 100 ou mais operários são responsáveis por 89,5% do valor da produção anual do setor de Fiação e Tecelagem.

O segundo ramo industrial em número de operários é o de Vestuário e Toucador, com 10.639 operários, dos quais 5075, ou seja, 47%, trabalham em 23 estabelecimentos de 100 ou mais operários. Neste ramo temos 26 empresas com um valor da produção superior a 1.000 contos e 2 superior a 5.000 contos. Essas 28 empresas concentram 48% da mão-de-obra.

No setor de calçados temos 10 empresas com o valor da produção superior a 1.000 contos, reunindo 1.844 operários (ou 37,2% dos operários do setor) com uma média de 184 operários por empresa. Temos 2 empresas com o valor da produção superior a 5.000 contos, empregando 730 operários (ou 14,7% dos operários do setor) com uma média de 365 operários por empresa.

No setor de Camisas e Roupas Brancas existem 7 empresas com o valor da produção superior a 1.000 contos (entre 1.000 e 4.999) reunindo 1.584 operários (ou 54,6% dos operários do setor) com uma média de 226 operários por empresa.

No setor de Chapéus temos 6 empresas reunindo 976 operários com o valor da produção entre 1.000 e 4.999. Essas empresas regroupam todos os operários do setor (100%) e tem uma média de 163 operários por empresa. As 6 empresas possuem um capital médio de 1.396 contos.

Em seguida temos o ramo da Alimentação. Esse ramo emprega 7.306 operários dos quais 4.817, ou seja, 65% trabalham em empresas de 100 ou mais operários. Esse setor possui 15 empresas com um valor da produção superior a 1.000 contos e 9 superior a 5.000 contos. Essas 24 empresas empregam 5.198 operários ou seja, 71,7% do total de operários do ramo.

Nessas 9 empresas com capital superior a 5.000 contos encontramos 2 moinhos com 1.295 operários (isto é, 97,4% dos operários do setor de moinhos); 1 fábrica de chocolate com 277 operários (87,9% do setor); 2 refinarias de açúcar com 180 operários (61,9% do setor); 2 cervejarias com 1.080 operários (69,7% do setor) e 2 fábricas de fumo com 1.152 operários (48,9% do setor).

Em seguida vem o ramo da Metalurgia que emprega 4.977 operários dos quais 2.802 trabalham em empresas de 100 ou mais operários, ou seja, 56%. Encontramos 9 empresas com capital superior a 1.000 contos empregando 1.841 operários, isto é, 37,0 do total de operários do ramo.

Em quinto lugar (pelo número de operários) está o ramo dos produtos químicos e análogos. Este setor emprega 3.454 operários sendo que 601 ou 17,4% estão em empresas com 100 ou mais operários. Nesse ramo temos 11 empresas com um valor de produção superior a 1.000 contos e 1 superior a 5.000 contos empregando 838 operários, ou seja, 24,2% do total de operários do ramo. Nesse ramo temos uma fábrica de tinta para escrever com 120 operários (isto é, 87,6% dos operários do

setor) para um total de 4 empresas no setor.

Depois temos o ramo Mobiliário que emprega 2.749 operários dos quais 977 (ou 35,5%) estão em empresas de 100 ou mais operários. Esse ramo tem 3 empresas com o valor da produção superior a 1.000 contos, reunindo 572 operários, ou seja, 20,8% do total do ramo.

Em sétimo lugar está o ramo da Cerâmica. Neste ramo temos 2.343 operários (total), 1.300 operários, ou seja, 55%, nas empresas de 100 ou mais operários. Das 89 empresas do ramo, 2 regrupam 825 operários, ou seja, 35,2%. Essas duas são do setor Vidros e Cristais (que tem 6 empresas ao todo); elas têm uma produção superior a 1.000 contos e regrupam 72,1% do número de operários do setor.

Em seguida temos o ramo da Construção de Aparelhos de Transporte. Esse ramo tem ao todo 1.944 operários, dos quais 1489 trabalham em empresas de 100 ou mais operários (isto é, 76%). Encontramos nesse ramo 4 empresas com o valor da produção superior a 1.000 contos. Essas 4 empresas regrupam 1.346 operários, ou seja, 69,2% do total de operários do ramo.

O ramo Madeiras tem 1.444 operários dos quais 298 (20,6%) trabalham em empresas de 100 ou mais operários. Das 95 empresas do ramo, 5 tem o valor da produção superior a 1.000 contos regrupando 496 operários ou seja, 34,4% dos operários do ramo.

O ramo da Edificação tem 892 operários dos quais 122 trabalham numa só empresa e representam 13,6% do

total de operários do setor.

O ramo Couros e Peles tem 631 operários dos quais 131 trabalham numa só empresa representando 20,7% do total de operários. 3 empresas tem o valor da produção superior a 1.000 contos reunindo 298 operários, ou seja, 47,2% do total de operários do ramo.

Em penúltimo lugar está o ramo Produção e Transmissão de Forças Físicas que tem apenas 3 empresas, todas com mais de 100 operários, num total de 589 operários (100%).

Uma delas tem o valor da produção entre 1.000 e 4.999 contos, 123 operários (20,9%). Uma outra tem o valor da produção superior a 5.000 contos, 288 operários (48,9%).

Em último lugar está o ramo Indústrias Relativas às Ciências, Letras e Artes, e Indústrias de Luxo, com um total de 285 operários. As 24 empresas do ramo tem um número de operários inferior a 100.

Através desses dados não é difícil observar qual a importância das empresas com 100 ou mais operários de um modo geral ou mesmo a importância das empresas com 100 ou mais operários e o valor anual da produção entre 1.000 e 4.999 contos e em alguns casos superior a 5.000 contos.

Os dados apontam o fato de que em 6 dos 13 ramos industriais recenseados as empresas com 100 ou mais operárias regрупam mais de 50% da mão de obra do ramo.

Sem precisar insistir no caso da indústria textil, cujos dados falam por si, temos que na indústria de Vestuário e Toucador, de Alimentação, de Metalurgia, Cerâmica,

Construção e Aparelhos de Transporte, e Produção e Transmissão de Forças Físicas não só as empresas com 100 ou mais operários regroupam a maior parte dos operários do ramo (exceto no ramo Vestuário e Toucador onde o número exato é 47% e no ramo de Produção e Transmissão de Forças Físicas onde o número exato é 100%), como são as empresas com o valor da produção superior a 1.000 contos que regroupam a maior parte destas.

Os dados que apresentamos não são concludentes para todos os ramos da indústria, porque infelizmente o Censo de 1920 não permite desagregar os dados sobre o capital das empresas como Sérgio Silva faz no seu trabalho com os dados da pesquisa de 1907. Entretanto, eles nos permitem dizer que a maior parte dos trabalhadores do antigo Distrito Federal estava ocupada em empresas que regroupavam mais de 100 operários. Se os dados não são conclusivos para se afirmar que se tratava de fábricas (pois para isso nos faltam dados mais detalhados a respeito do capital empregado e da força motriz) eles são conclusivos no que se refere à pequena importância das empresas individuais ou familiares, baseadas no trabalho artesanal. Afinal uma empresa com mais de 100 operários é uma empresa capitalista.

O número de pequenas empresas era grande, mas a sua reduzida participação no valor total da produção industrial nos permite dizer que elas não caracterizavam de forma alguma a estrutura da indústria nascente.

A existência indiscutível de um setor fabril, o Textil, tem consequências no conjunto da indústria, mais

importantes do que geralmente se costuma admitir. É um fato conhecido que a introdução das máquinas na indústria foi responsável pelo emprego das mulheres e crianças nas fábricas e pelo prolongamento da jornada de trabalho. Isso porque desde as suas origens o trabalho fabril procura reduzir suas despesas através da exploração desenfreada da mão-de-obra e da degradação das suas condições de trabalho.

O reflexo dessa situação (na mão-de-obra fabril) sobre os trabalhadores dos setores onde ainda não ocorreu a introdução da maquinaria foi também desastroso.

Nesses setores, de base técnica menos avançada, o capital estende progressivamente a sua dominação, enquanto que a introdução do trabalho feminino e infantil diminuindo os salários, contribui para o prolongamento da jornada de trabalho (será preciso trabalhar mais tempo para ganhar-se a mesma coisa) (1).

No caso da Inglaterra, a deterioração física da mão-de-obra empregada nas fábricas levou o governo a regulamentar o trabalho no setor têxtil (onde as fábricas existiam). Entretanto, a lógica capitalista é tal que esse setor regulamentado demonstrou ainda maior capacidade produtiva, trabalhando nessas condições. Entretanto, as condições de trabalho na manufatura, no artesanato e no trabalho à domicílio,

(1) Karl Marx, op.cit., livro I, vol.2, Ed. Sociales, 1948, p. 142.

continuaram a se deteriorar exigindo a extensão da legislação também para esses setores.

Assim:

"La nécessité de généraliser la loi de fabrique, de la transformer, d'une loi d'exception pour les filatures et les tissanderies mécaniques, en loi de la production sociale, s'imposait à l'Angleterre, comme on l'a vu, par la réaction que la grande industrie exerçait sur la manufacture, le métier et le travail à domicile contemporains.

Les barrières mêmes que l'exploitation des femmes et des enfants rencontra dans les industries réglementées poussèrent à l'exagérer d'autant plus dans les industries soi-disant libres" (1).

No Brasil, à existência de um setor fabril, o Textil, recrutando trabalho feminino, prolongando a jornada de trabalho, etc., e por essas razões, deteriorando o valor da força de trabalho, acrescenta-se o fato de que em todos os outros ramos da indústria predominavam as empresas capitalistas de porte razoável (empresas de mais de 100 operários e com o valor da produção superior a 1.000 contos e muitas vezes superior a 5.000 contos); esse fato vinha contribuir para a exploração ainda maior da força de trabalho nas pequenas empresas existentes devido à necessidade que essas empresas tinham de diminuir os gastos para poder concorrer com as "grandes empresas" que produziam em bases mais racionais.

(1) Karl Marx, op.cit., livro I, tomo II, p. 168.

A reunião dos trabalhadores em sindicatos de ofício, talvez, tenha contribuído para apoiar a idéia da predominância, a nível da estrutura produtiva, do trabalho em bases artesanais.

Por exemplo, os sapateiros, regroupados numa associação de classe denominada União dos Artistas Sapateiros. A primeira impressão que nos causam é a de que estão ali reunidos artistas sapateiros, isto é, artesãos independentes. Sem dúvida é verdadeiro que deveriam ali encontrar-se vários, mas é importante notar que 51,9% dos sapateiros encontravam-se reunidos em 12 estabelecimentos cada um com mais de 100 operários e mais de 1.000 contos de valor da produção anual.

Ainda outro exemplo: os chapeleiros. Poder-se-ia pensar aqui também em chapeleiros independentes organizados na União dos Chapeleiros, o que seria um engano. Todos os chapeleiros estavam reunidos em 6 empresas que tinham em média 163 operários e 1.396 contos de réis de capital.

Voltando à questão das consequências da introdução do trabalho fabril num setor sobre as condições de trabalho nos outros setores (inclusive naqueles onde ainda predominem, eventualmente, o artesanato, a manufatura e o trabalho à domicílio), podemos dizer que provavelmente no Brasil essas consequências deviam ser ainda mais agudas devido à importância das empresas capitalistas de grande porte (mais de 100 operários) no conjunto da indústria.

Por isso, ao dizermos que nos primeiros 20 anos desse século era a luta pela regulamentação do trabalho de fábrica que constituía a preocupação principal do movimento sindical, acreditamos ter concluído isso baseados tanto nas reivindicações que mais aparecem ao longo do período quanto na situação concreta dos trabalhadores.

Os dados que vimos nos apontam o fato de que a situação dos trabalhadores era indicadora da existência de uma intensa exploração (expressa pelo alongamento da jornada de trabalho, deterioração dos salários, etc.), tanto no setor onde dominavam as fábricas quanto nos demais setores onde se destacava a importância das empresas capitalistas de grande porte (reunindo mais de 100 operários).

Constata-se mais uma vez a fraqueza da explicação do tipo de ação sindical (anarco-sindicalismo) pela estrutura da produção (dispersão, pequenos estabelecimentos, artesanato) ou mais especificamente, pelo grau (fraco) de desenvolvimento das forças produtivas. Na primeira parte desse trabalho, criticamos essa idéia do ponto de vista da análise global fazendo intervir as classes sociais na análise. Agora, acreditamos ter sugerido que, do ponto de vista empírico, no caso específico do Distrito Federal (1), a explicação também não se confirma.

(1) Temos razões para acreditar que em São Paulo seja a mesma coisa, conforme dados globais para São Paulo.

Como vimos no início deste capítulo, esse caráter pseudo-artesanal da indústria seria responsável pelo comportamento dos trabalhadores industriais em contraste com o comportamento reformista dos marítimos e ferroviários do Rio de Janeiro.

QUADRO I
Empresas Industriais Registradas em 1920
no Rio de Janeiro

Grupos de Indústrias	Nº de Estabelecimentos	Capital Empregado	Força Motriz H.P.	Nº de Operários	Valor da Produção Anual	Nº Médio de operários por Estabelecimentos
Têxteis	73	191.692:221 \$	30.106	19.264	138.983:185 \$	264
Couros e Peles	29	6.861:000 \$	2.313	631	9.828:771 \$	22
Madeiras	95	15.617:724 \$	7.582	1.444	21.350:505 \$	15
Metalurgia	131	19.735.981 \$	2.265	4.977	31.491:969 \$	38
Cerâmica	89	6.573:210 \$	1.910	2.343	9.599:816 \$	26
Produtos químicos propriamente ditos e produtos análogos	232	47.431:306 \$	3.829	3.454	63.962:275 \$	15
Alimentação	203	81.470:508 \$	11.205	7.306	242.138:325 \$	36
Vestuário e Toucador	422	38.872:507 \$	2.166	10.639	107.439:362 \$	25
Mobiliário	135	5.121.570 \$	1.570	2.749	14.391:457 \$	20
Edificação	65	3.250:450 \$	663	892	5.939:479 \$	14
Construção de aparelhos de transporte	41	11.231:374 \$	2.671	1.944	16.609:020 \$	47
Produção e transmissão de forças físicas	3	12.681:511 \$	6.082	569	13.820:432 \$	196
Indústrias relativas as Ciências letras e artes Indústrias de luxo	24	1.130:086 \$	196	285	1.998:494 \$	12
TOTAL	1.542	441.669:446 \$	72.558	56.517	667.553:090 \$	37

1 Entra velas e sabão

Fonte: Recenseamento realizado em 1º de Setembro de 1920 volume 2, 2a. parte. pg. XXIX.

QUADRO II

Estabelecimentos Industriais segundo o Número de Operários
Jornaleiros em Serviço

Número de Operários	Nº de estabelec. industriais	Capital empregado	Força Motriz		Nº de operários	Valor da produção anual	Porcentagem em relação ao			
			%	HP			nº de oper.	valor prod. anual	nº de estabe.	
Até 4 Operários	470	10.813:175 \$	1,5	1.086	1.199	30.717:486 \$	2,1	4,5	30,6	2,5
5 a 9	352	9.219:799 \$	2,0	1.462	2.343	27.890:800 \$	4,1	4,1	22,8	2,1
10 a 19	306	16.510:068 \$	3,5	2.547	4.159	51.467:640 \$	7,4	7,6	19,8	3,7
20 a 49	238	29.046:763 \$	6,7	4.672	7.492	76.931:984 \$	13,3	11,4	15,4	6,6
50 a 99	77	55.587:500 \$	15,9	11.522	5.482	87.516:153 \$	9,7	12,9	5,0	12,6
100 a 199	56	64.852:462 \$	15,2	11.054	7.835	101.166:929 \$	13,9	14,9	3,6	14,7
200 a 499	28	54.167:147 \$	13,1	9.499	7.990	97.941:349 \$	14,1	14,5	1,8	12,3
500 a 999	7	34.181:568 \$	5,6	4.028	4.767	58.231:160 \$	8,4	8,6	0,5	7,7
1000 a 1999	6	79.298:181 \$	20,7	15.042	7.982	101.184:794 \$	14,1	14,9	0,4	17,9
2000 e mais	2	67.992:785 \$	15,8	11.446	7.268	44.504:795 \$	12,9	6,6	0,1	19,9
Sub-total										
100 e mais	99	320.492:143 \$	70,4	51.069	35.842	403.029:021 \$	63,4	59,5	6,4	72,5
TOTAL	1.542	441.669:448 \$	100,0	72.558	56.517	677.553:090 \$	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Recenseamento realizado de 1º de setembro de 1920 , Volume 2, 2a. parte, pg. LXIX

QUADRO III

Indústrias de Fiação e Tecelagem

Número de Operários	Número de Es- tabelecimen- tos Indls.	Capital Empregado	Força Nº de Motriz Operá rios HP	Valor de Produção Anual	% em Relação Ao Valor da Prod. A Anual
Até 19	6	242:873 \$	23	453:185 \$	0,4
20 e 49	6	1.375:126 \$	268	1.845:262 \$	1,5
50 e 99	11	10.199:807 \$	705	10.292:343 \$	8,6
100 e 199	9	7.474:667 \$	1.051	12.225:171 \$	10,2
200 e 999	4	5.298:000 \$	2.011	10.066:996 \$	8,4
1000 e 1999	5	72.276:216 \$	12.910	40.494.075 \$	33,0
2000 e mais	2	87.992:785 \$	11.446	44.504:795 \$	37,1
Sub-total da empresa com					
100 ou mais empregados	20	173.041.668 \$	27.435	107.291:037 \$	89,5
TOTAL	43	184.859.554 \$	28.494	119.082.627 \$	100,0
Total geral da Ind. Têxtil	73	191.692:221 \$	30.106	130.983:105 \$	-

,150.

Fonte: Ibid.

QUADRO IV

Importância das Empresas com 100 ou mais Operários
por Ramo da Indústria

Grupos de Indústrias	Total de Operários Empregados no Setor	Operários Trabalhando em Empresas com 100 ou mais Operários	Porcentagem em Relação ao Total de Operários do Ramo
Texteis	19.264	17.641	91,0%
Couros e Peles	631	131	20,7%
Madeiras	1.444	298	20,6%
Metalurgia	4.977	2.802	56,0%
Cerâmica	2.343	1.300	55,0%
Produtos Químicos e Prod. Análogos	3.454	601	17,4%
Alimentação	7.306	4.817	65,0%
Vestuário e Toucador	10.639	5.075	47,0%
Mobiliário	2.749	977	35,5%
Edificação	892	122	13,6%
Construção de Aparelhos de Transportes	1.944	1.469	76,0%
Produção e Transmissão de Forças Físicas	589	509	100,0%
Indústrias de Luxo	205	-	-

Fonte: Ibid.

TÉXTIL

Nº de Operários por Estabelecimentos		Nº de Estabelecimentos	Nº de Operários
Até	4	13	37
5	a 19	14	140
20	a 49	9	315
50	a 99	15	1.123
De 100 e	mais	22	17.641
TOTAL		73	19.264

COUROS PELES E OUTROS MATERIAIS

Nº de Operários por Estabelecimentos		Nº de Estabelecimentos	Nº de Operários
Até	4	6	16
5	a 19	16	168
20	a 49	4	149
50	a 99	2	167
100	e mais	1	131
TOTAL		29	631

MADEIRAS

Nº de Operários por Estabelecimentos		Nº de Estabelecimentos	Nº de Operários
Até	4	39	96
de 5	a 19	40	385
de 20	a 49	11	358
de 50	a 99	4	305
de 100	e mais	1	298
TOTAL		95	1.444

METALURGIA

Nº de Operários por Estabelecimentos		Nº de Estabelecimentos	Nº de Operários
Até	4	19	56
de 5	19	63	636
de 20	a 49	25	822
de 50	a 99	9	661
de 100	e mais	15	2.802
TOTAL		131	4.977

CERÂMICA

Nº de Operários por Estabelecimentos		Nº de Estabelecimentos	Nº de Operários
Até	4	22	78
de 5	a 19	50	470
de 20	a 49	10	346
de 50	a 99	2	149
de 100	e mais	5	1.300
TOTAL		89	2.343

Produtos Químicos propriamente ditos e Produtos

Nº de Operários por Estabelecimentos		Nº de Estabelecimentos	Nº de Operários
Até	4	96	200
de 5	a 19	88	860
de 20	a 49	33	1.013
de 50	a 99	11	780
de 100	e mais	4	601
TOTAL		232	3.454

ALIMENTAÇÃO

Nº de Operários por Estabelecimentos		Nº de Estabelecimentos	Nº de Operários
Até	4	64	135
De	5 a 19	91	950
de	20 a 49	24	722
de	50 a 99	11	682
de	100 e mais	13	4.817
TOTAL		203	7.306

VESTUÁRIO E TOUCADOR

Nº de Operários por Estabelecimentos		Nº de Estabelecimentos	Nº de Operários
Até	4	146	390
de	5 a 19	160	1.576
de	20 a 49	76	2.423
de	50 a 99	17	1.175
de	100 e mais	23	5.075
TOTAL		422	10.639

MOBILIÁRIO

Nº de Operário por Estabelecimentos		Nº de Estabelecimentos	Nº de Operários
Até	4	27	72
de	5 a 19	74	707
de	20 a 49	24	708
de	50 a 99	4	285
de	100 e mais	6	977
TOTAL		135	2.749

EDIFICAÇÃO

Nº de Operários por Estabelecimentos		Nº de Estabelecimentos	Nº de Operários
Até	4	18	56
de	5 a 19	35	339
de	20 a 49	10	295
de	50 a 99	1	80
de	100 e mais	1	122
TOTAL		65	892

CONSTRUÇÃO DE APARELHOS DE TRANSPORTE

Nº de Operários por Estabelecimentos		Nº de Estabelecimentos	Nº de Operários
Até	4	12	40
de 5	a 19	16	149
de 20	a 49	7	191
de 50	a 99	1	75
de 100	e mais	5	1.489
TOTAL		41	1.944

PRODUÇÃO E TRANSMISSÃO DE FORÇAS FÍSICAS

Nº de Operários por Estabelecimentos		Nº de Estabelecimentos	Nº de Operários
Até	4	-	-
de 5	a 19	-	-
de 20	a 49	-	-
de 50	a 99	-	-
de 100	e mais	3	589
TOTAL		3	589

INDÚSTRIAS RELATIVAS ÀS ARTES E CIÊNCIAS

Nº de Operários por Estabelecimentos		Nº de Estabelecimentos	Nº de Operários
Até	4	8	21
de 5	a 19	11	114
de 20	a 49	5	150
de 50	a 99	-	-
de 100	e mais	-	-
TOTAL		24	285

5. Ferrovias, Porto e Navegação no Rio de Janeiro

Desde a época colonial o porto da cidade do Rio de Janeiro era o centro de uma importante atividade econômica ligada de um lado à exportação de produtos agrícolas, de outro à importação.

Após a proclamação da independência e nos anos que se seguiram, desembaraçados dos limites coloniais impostos pela metrópole portuguesa, floresceram as atividades comerciais e com ela um setor comercial nacional.

Como sede do governo e centro político e administrativo do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro constituía uma atração para a população da região.

A partir da penetração do café na região da Baixada Fluminense e do Vale do Paraíba, o Rio de Janeiro acentuou seu papel de metrópole da região devido ao fato de monopolizar o comércio de escravos e produtos importados e de centralizar a comercialização do café através das casas comissárias. As estradas de ferro surgem na metade do século XIX e acentuam ainda mais o papel centralizador da cidade porque, ao invés do café produzido no Vale do Paraíba ser escoado através dos pequenos portos (fluviais ou marítimos) da região, ele é embarcado via estrada de ferro para o porto do Rio de Janeiro.

ro (1).

Mesmo quando o café entra em decadência na região, substituído na exportação pelo café da zona paulista, o porto do Rio mantém a sua supremacia devido ao movimento geral de importação-exportação (2).

Duas estradas de ferro serviam o porto do Rio: a Leopoldina Railway (propriedade de ingleses) e a Central do Brasil (encampada em 1865), nome que toma a Estrada de Ferro D. Pedro II após a Proclamação da República. Essas duas ferrovias, eram em 1920, as duas maiores do Brasil (3).

Associada, portanto, a essas atividades de comercialização do café, vai se formando a mão-de-obra trabalh

(1) A população do antigo Distrito Federal evoluiu da seguinte maneira segundo o histórico dos censos publicado no Recenseamento de 1920:

1872 -	274.972
1890 -	522.651
1900 -	691.565
1907 -	811.443
1920 -	1.157.873

Fonte: Recenseamento do Brasil, vol. I, Introdução, Rio de Janeiro, Typografia de Estatística, 1922, pp.403-434.

(2) Em relação à exportação de café, o Rio mantém a supremacia até 1868 mais ou menos. "De 1869 em diante o porto de Santos começa a ganhar vantagem que não perderá daí por diante". Heitor Ferreira Lima, História Político-Econômica e Industrial do Brasil, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1970, p.231. Segundo Paulo Singer, o porto do Rio só vai perder a sua superioridade em relação ao porto de Santos em 1894. Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1974, pp.30 a 32.

(3) Delfim Moreira, Mensagem ao Congresso Nacional, 1919, p.47.

dora dos portos e das ferrovias da região do Rio de Janeiro.

A história da formação da mão-de-obra trabalhadora no porto do Rio e nas ferrovias da região confunde-se até certo ponto com a história da introdução do trabalho assalariado no Brasil. A história do trabalho assalariado no Brasil tem aspectos bastante diversos daqueles da história dos países desenvolvidos.

Até quase a proclamação da República era o trabalho escravo a forma predominante de trabalho. A principal cultura, o café, utilizou o trabalho escravo como sistema de exploração até a abolição da escravatura, esta tendo tido, é claro, inúmeras fases, até a abolição total em 1888. Entretanto, mesmo antes da substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado nas lavouras, existia no Brasil o trabalho "livre" em dois setores: no serviço público e nas ferrovias.

"Uma das providências lembradas em projetos de várias datas, mesmo anteriores a 1850, e que há sido decretada em atos legislativos, executivos e administrativos, foi a exclusão dos escravos de certos serviços principalmente públicos" (1).

Nesses serviços públicos estavam incluídos a construção e conservação da estrada de ferro D. Pedro II (2),

(1) Cf. Perdigão Malheiro, A Escravidão no Brasil, vol. II, p. 88. A resolução de 25 de junho e de 20 de setembro de 1831 dizia estarem os "escravos excluídos de estabelecimentos públicos enquanto houver livres".

(2) Leis de 26 de junho de 1852, art. 1º, parágr. 9, contrato de 10.03.1855, art. 12, av. adit. de 9 de maio de 1862. Ibid.

e também a operação do porto do Rio de Janeiro. Esses setores já nasceram, portanto, utilizando mão-de-obra livre, numa época em que predominava o trabalho escravo. Mesmo nas ferrovias particulares o emprego da mão-de-obra escrava na construção foi rara. O contrato de construção da São Paulo Railway, por exemplo, não permitia a utilização de mão-de-obra escrava (1).

O papel das ferrovias na introdução do trabalho assalariado é um fenômeno ligado ao desenvolvimento do capitalismo em escala internacional e merece algumas considerações particulares.

6. A Inglaterra e a Construção das Estradas de Ferro

As estradas de ferro surgiram nos países capitalistas avançados após o desenvolvimento das formas modernas de produção da indústria. Constituíam o meio de transporte correspondente aos meios modernos de produção. Nesses países elas serviram de base a enormes sociedades por ações, constituindo ao mesmo tempo um novo ponto de partida para todas as outras espécies de sociedades por ações, a começar pelas sociedades bancárias. Elas impulsionaram a concentração de capitais e o

(1) Manoel Berlinck, Marginalidade Social e Relações de Classes em São Paulo. Petrópolis, Ed. Vozes, 1975, pg.57. Segundo Wilma Peres Costa desde a primeira concessão ferroviária (1835) é vedada a utilização de escravos na construção de ferrovias. Ferrovias e Trabalho Assalariado em São Paulo, Campinas, 1976, pg.149.

capital de empréstimo numa escala jamais vista (1).

Na Inglaterra, por exemplo, a primeira fase da industrialização (a têxtil) foi seguida por uma segunda, a fase do carvão, do ferro e das estradas de ferro. Hobsbawn (2) fornece duas razões para isso. A primeira foi a crescente industrialização do resto do mundo que tornou-se um mercado tam bem crescente para os produtos ingleses. A segunda razão foi a pressão da crescente acumulação de capital, resultado da primeira fase da industrialização.

Em 1850, a rede básica das estradas de ferro britânicas estava construída. Parece natural deduzir que esse notável desenvolvimento refletiu as necessidades em transportes de uma economia industrial. Hobsbawn, entretanto, mostra que esse não foi o caso. Muitas das estradas de ferro construídas eram e permaneceram irracionais para qualquer critério de transporte. Evidentemente, a necessidade do transporte incentivou a construção das primeiras estradas de ferro, que foram extremamente lucrativas (em particular a Darlington-Stockton e a Liverpool-Manchester) e inspiraram outros investidores. A construção das estradas de ferro no exterior proporcionou outra forma lucrativa de investimento: os emprésti-

(2) E.J.Hobsbawn, Industry and Empire, op.cit., p.109 a 118.

(1) Marx a Danielson, Lettres sur Le Capital, Paris, Editions Sociales, 1964, p.294.

mos aos governos estrangeiros (1).

A construção das estradas de ferro nos países estrangeiros teve, portanto, como uma das suas conseqüências um crescimento sensível da exportação de capitais britânicos.

Ao mesmo tempo que produziu um novo sistema de transportes, condizente com as novas formas de produção, as estradas de ferro proporcionaram também um novo meio de mobilizar o capital acumulado de todos os modos para propósitos industriais e, além disso, uma nova e vasta fonte de emprego e um estímulo duradouro às indústrias de bens de produção britânicas.

Essa é a visão do processo mundial de construção de ferrovias vista do ângulo do país que estimulou, financiou e mais lucrou com elas. A situação inglesa serve para mostrar-nos que a extensão da rede mundial de ferrovias surgiu mais da necessidade de aplicação produtiva para a enorme massa de capitais acumulados (2), na primeira fase da revolução industrial do que das necessidades do transporte.

(1) Nesse particular é interessante notar que a Inglaterra foi o único país onde as estradas de ferro não foram "patrocinadas" pelo governo. Ibid. loc. cit.

(2) Nos dizeres de Maurice Dobb: "Les Chemins de Fer présentent pour le capitalisme, l'avantage inestimable d'absorber une quantité considérable de capitaux; ils n'ont été surpassés en ce domaine que par les armements modernes". Études sur le développement du capitalisme, Paris, Ed. Maspero, 1971, pg. 313.

7. A Construção das Ferrovias no Brasil

O outro lado da questão é a aparição do sistema das estradas de ferro nos países onde o capitalismo ainda dava os seus primeiros passos.

Nesses países as ferrovias surgiram como um reflexo do processo que vinha se desenvolvendo nos países capitalistas avançados. Por isso foram obrigados a criar e aumentar sua superestrutura capitalista numa medida absolutamente desproporcional ao desenvolvimento do capitalismo no resto do país.

A introdução das estradas de ferro nesses países acelerou a desintegração das antigas relações políticas, sociais e econômicas (1).

No Brasil as ferrovias constituíram um bom setor para o investimento estrangeiro. A principal financiadora e também fornecedora (trilhos, vagões, máquinas e até carvão eram importados) era a Inglaterra.

Assim como nos outros países, o governo "patrocinou" a construção das ferrovias no Brasil desde os tempos do Império. Em 1852 uma lei estabeleceu que entre os favores constantes das concessões de linhas férreas se incluísse a garantia de juros de 5% sobre o capital empregado na construção

(1) Marx, op.cit., loc.cit.

da estrada. A garantia de juros vigorou até que uma outra lei, em 1892, a elimina para novos contratos. Além da garantia de juros as concessões implicavam em isenção de impostos na importação de materiais para a estrada de ferro e no privilégio da zona de cinco léguas de cada lado da linha férrea. A garantia de juros de 5% concedida pelo governo Imperial somavam-se, quase sempre, diferenciais pagos pelas Províncias, em geral de 2% (1).

A estrada de ferro que ia do porto Mauá a Fragozo (trecho que depois faria parte da Leopoldina Railway) foi a primeira a ser inaugurada, em 1856 (2). Apenas dois anos depois, é inaugurado o primeiro trecho da estrada de ferro que ligaria o Rio de Janeiro a Cachoeira em São Paulo. Essa estrada de ferro era propriedade da Companhia União e Indústria, cujo diretor presidente era Christiano Benedicto Ottoni, também engenheiro e construtor da ferrovia (3). Esse é o primeiro trecho da Estrada de Ferro D. Pedro II encampada pelo governo Imperial em 1865, em razão de problemas financeiros devidos, em parte, à crise crônica que atravessava a região do Vale do Paraíba desde 1860. Note-se, entretanto, que a Estrada de Ferro

(1) Flávio Saes, As ferrovias de São Paulo: Paulista, Mogiana e Sorocabana (1870-1940), USP, 1974, pg. 3 e 4.

(2) Caio Prado Jr., Evolução Política do Brasil e Outros Estudos, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1977, 10 ed., pg. 83.

(3) Manuel Fernandes Figueira, Memória Histórica da EFCB, RJ, Imprensa Nacional, 1908.

D. Pedro II nunca constituiu um empreendimento financeiro lucrativo (1).

Já em 1859, Christiano Ottoni previa graves problemas para as ferrovias brasileiras causados principalmente por duas razões: a falta de planejamento no traçado e a direção inglesa das Companhias de Estrada de Ferro brasileiras, de ocorrência do fato de que o investimento era inglês. Dizendo ser esse "o pior de todos os meios de organizar as nossas Companhias de Estradas de Ferro", Christiano Ottoni resume sua opinião sobre as Companhias organizadas na Europa para empreender estradas de ferro no Brasil:

"1º - Tais Companhias se acham forçosamente na necessidade de empreitar em globo, sem estudos completos, exagerando o custo.

2º - Não podem deixar de conceder aos empreiteiros faculdades, cujo abuso é fácilimo e de consequências as mais perniciosas.

3º - Ficam de ordinário sujeitas a complicações e arbitramentos diffíceis.

4º - Não estão ao alcance dos dados e conhecimentos locais necessários para bem gerir no Brasil uma empresa nacional" (2).

(1) Wilson Cano, op.cit., p.17.

(2) Christiano Benedicto Ottoni, O futuro das Estradas de Ferro no Brasil, Rio de Janeiro, 1938, 2a.ed., pg. 74 e 81.

Como resultado dessa situação, as ferrovias brasileiras deram em geral grandes prejuízos, com exceção daquelas que transportavam café. A São Paulo Railway que ligava Santos a Jundiaí, constitui o melhor exemplo: foi o investimento inglês mais rendoso na América Latina (1).

8. O Capital Empregado nas Ferrovias

Na medida em que as ferrovias foram sendo implantadas, na maior parte dos casos, para ligar o interior com os portos, é natural a dependência que as ligava a esses produtos. Nesse contexto os portos e as ferrovias constituíam a infra-estrutura necessária para essas atividades de exportação.

A diferença entre as ferrovias transportadoras de café e as outras levou os autores a distinguir as ferrovias paulistas das demais, pois é em São Paulo (fundamental^{mente}) que o café proporciona grandes lucros às ferrovias. O caso das ferrovias paulistas se destaca porque aí elas se constituíram num dos principais componentes do chamado complexo cafeeiro, preenchendo muitos papéis, entre outros o de desbravadoras da fronteira agrícola, fato bastante conhecido e amplamente estudado (o papel das Estradas de Ferro na incorporação das terras do

(1) J.Fred Rippy, British Investments in Latin America, 1822-1949, The University of Minnesota Press, 1966, p.154.

Oeste Paulista) (1).

Muito diferente era o caso das ferrovias que serviam o porto do Rio. Tanto a Estrada de Ferro Central do Brasil quanto a Leopoldina Railway surgiram numa região onde a economia cafeeira estava em descenso e portanto nunca constituíram um empreendimento lucrativo apesar do grande capital investido nelas (2). A Companhia Nacional Estrada de Ferro Leopoldina, principal componente da futura Leopoldina Railway, ao liquidar-se em 1897 registrava um capital de 371.926:600\$ (3). Compare-se com o capital empregado nas indústrias no antigo Distrito Federal em 1907: 167.120:000\$ (4).

A Central do Brasil em 1919 tinha um capital calculado em 500.000:000\$ (5). Compare-se com o capital empregado na indústria do antigo Distrito Federal em 1920:

(1) Entre outros os trabalhos já citados de Wilson Cano, Rafes da Concentração Industrial em São Paulo, Campinas, UNICAMP, 1975; Flávio Saes, As ferrovias de São Paulo: Paulista, Mogiana e Sorocabana (1870-1940), USP, 1974, e Wilma Peres Costa, Ferrovias e Trabalho Assalariado em São Paulo, Campinas, 1976. E ainda Odilon Nogueira de Matos, Café e Ferrovias - A evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira, S.Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1974.

(2) O principal produto transportado em 1906 era ainda o café, em seguida cereais e minério (manganês). Pesquisa do Centro Industrial do Brasil, O Brasil e suas riquezas naturais, suas indústrias, vol.III, Rio de Janeiro, 1909.

(3) Congresso Nacional, Mensagem de Delfim Moreira (1919), p. 47.

(4) Centro Industrial do Brasil, op.cit.

(5) Epitácio Pessoa, Mensagem ao Congresso Nacional, 1920, p.223.

441.669:448\$ (1).

Além do enorme capital empregado para a época essas ferrovias empregavam um número de trabalhadores bastante elevado. Apesar de não dispormos de dados completos pode-se ter uma idéia com os números que damos a seguir. A Estrada de Ferro Central do Brasil empregava, em 1912, 13.294 trabalhadores. Em 1920, 18.777 e em 1921, 19.972 trabalhadores (2).

Em 1905 trabalhavam no porto do Rio de Janeiro 7.490 pessoas enquanto que em Santos apenas 1.173 (3).

O recenseamento de 1920 nos diz que o número total de trabalhadores empregados no setor dos transportes no antigo Distrito Federal era 44.107 (incluídos nesses números os marítimos e os trabalhadores em transportes urbanos). Na área dos marítimos havia 12.180 brasileiros e 4.839 estrangeiros (4).

(1) Recenseamento de 1920.

(2) Os dados para 1912 são da Diretoria Geral de Estatística do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, vol. II, Rio de Janeiro, pgs. 34-35. Para 1920 e 1921 (referentes a EFCB), Relatório do Ministério da Viação e Obras Públicas, Rio de Janeiro, 1922, pg. 32.

(3) Centro Industrial do Brasil, op.cit., pg. 125-126.

(4) Recenseamento de 1920, Synopse, Rio de Janeiro, 1926, pg. 26-27.

9. Os Trabalhadores em Transporte

Os trabalhadores em transportes na sua maioria não trabalhavam em condições idênticas aos trabalhadores de fábrica, exceto talvez nas oficinas de reparação e montagem das locomotivas. Nas oficinas do Engenho de Dentro da EFCB, por exemplo, trabalhavam cerca de 1.100 operários numa área de 51.000 m², onde empregava-se a eletricidade e a força-vapor para acionar as máquinas.

O período da Primeira Grande Guerra viu surgir fatos novos que repercutiram de modo diferente, quer se tome o setor do porto e da navegação, quer se tome o setor das ferrovias que serviam o porto do Rio de Janeiro. As estradas de ferro estavam numa situação financeira bastante difícil em 1919, em particular devido à situação cambial pois ficaram em dificuldades para adquirir locomotivas, carros, vagões, lubrificantes, combustível, etc., tudo material importado. Uma solução seria a elevação das tarifas, mas o governo relutava em tomar essa medida numa época em que o preço das mercadorias exportáveis caíam. A Central dava por esse motivo um deficit considerável ao Estado e a Leopoldina provoca a greve de 1920 com o intuito ou de ser encampada ou de ter suas tarifas aumentadas.

Apesar de alguns autores atribuírem o deficit da Central do Brasil a uma política demagógica do governo em relação a salários, ao empreguismo e à ineficiência adminis-

trativa isso não parece ser verdade (1). No caso da Estrada de Ferro Central do Brasil, o ministro da Viação e Obras Públicas de 1920, Pires do Rio, nos diz que de 1917 a 1921 o salário médio dos empregados da EFCB subiu de 36,2% e que esse aumento não era um aumento excessivo se comparado aos aumentos verificados na Europa no mesmo período de tempo: 245% na França, 469,3% na Itália e 70% na Inglaterra (2).

Note-se que o crescimento do salário médio (36,2%) foi provavelmente incapaz de compensar até mesmo o aumento do custo de vida. Segundo os dados da pesquisa de Eulália Lobo, o custo de vida na cidade do Rio de Janeiro sofreu durante o mesmo período (1917-1921), um acréscimo de aproximadamente 45%. Acrescente-se, como agravante, a queda dos preços entre 1920 e 1921. Em consequência, o aumento do custo de vida, entre 1917 e 1920, é ainda maior: pouco mais de 70% (3).

Quanto à Leopoldina, ninguém ousaria acusá-la de empreguismo ou concessão de aumentos salariais demagógicos tendo em vista os fatos que vieram a público quando da greve de 1920 sobre as condições de trabalho nesta ferrovia (4).

(1) Ver sobre o mesmo assunto (As Estradas de ferro paulistas) Flávio Saes, op.cit.

(2) Relatório do Ministério da Viação e Obras Públicas, op.cit., pg. 33.

(3) Pesquisa de Eulália Lobo sobre História dos Preços e Salários, Apud A.Villela e W.Suzigan, Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira, 1889-1945, IPEA/INPES, Rio de Janeiro, 1973, pp. 424-425.

(4) Ver os números da Voz do Povo de março de 1920.

Parece-nos mais correto buscar-se as razões do deficit no próprio processo de implantação das ferrovias e na situação socio-econômica das regiões servidas por essas ferrovias. Como vimos, em 1859, Christiano Ottoni já previra um futuro difícil para as ferrovias brasileiras devido ao modo como foram implementadas.

Enquanto isso, o setor da Navegação conhece um período de prosperidade durante a Primeira Guerra e o porto do Rio se beneficiou indiretamente com essa prosperidade.

As empresas de navegação que em 1913 estavam quase falidas (1) reabilitam-se fazendo o transporte de mercadorias em zona de guerra. Durante a guerra, empresas houve que tiveram 33 mil contos de réis de lucro num ano (2).

Esse setor, como o ferroviário, era "patrocinado" pelo Estado. Além da principal Companhia de Navegação ser do Estado (Lloyd Brasileiro), as outras companhias gozavam de muitos privilégios junto ao governo: o governo concedia subvenções a oito empresas (das quais a principal é a Companhia de Navegação Costeira) que elevavam-se a mais de 3.000:000\$000 (em 1919). As outras companhias, em número de seis, dispensavam a subvenção, mas gozavam de isenção de direitos aduanei-

(1) Em 1907 as companhias de navegação mais importantes eram o Lloyd Brasileiro (estatal), a Empresa de Navegação Costeira (dos irmãos Lage), a Companhia Comércio e Navegação do Rio de Janeiro (Pereira Carneiro). Em 1919 são essas mesmas empresas e mais o Lloyd Nacional (Martinelli).

(2) Discurso de Nicanor Nascimento na Câmara, 7 de maio de 1919, transcrito em A Razão, de 8.05.1919, pg.4.

ros. Apenas quatro, entre as quais a principal era a Companhia Comércio e Navegação, não gozavam nem de um nem de outro desses favores (1).

Essa situação financeira distinta pode explicar a situação também distinta em que se encontram os marítimos e os ferroviários em 1919-1920. De um lado, os ferroviários da Central do Brasil reivindicavam a sua equiparação aos funcionários públicos, para garantirem algumas vantagens já concedidas a estes assalariados: jornada de oito horas de trabalho, aposentadoria (2), estabilidade no emprego, etc. Entretanto, a Central do Brasil encontrava-se numa situação financeira precária, com deficits crônicos. Além disso, para alcançar esses objetivos, os ferroviários limitavam-se, fundamentalmente, à pressão que podiam exercer através de deputados como Maurício de Lacerda e Nicanor Nascimento.

De um lado, os marítimos, desde a Primeira Guerra lutavam, com algum sucesso, para alcançar melhorias salariais, aproveitando-se dos fabulosos lucros das empresas marítimas.

(1) Mensagem de Epitácio Pessoa, 3 de maio de 1920, pg.226.

(2) Apesar de haver uma lei de 1890 concedendo aposentadoria aos ferroviários de todas as estradas de ferro do país, ela não era aplicada. O artigo 35 do decreto que regulamentava essa lei dizia que a aposentadoria só poderia ser dada aos funcionários públicos em caso de invalidez no serviço da Nação. Os trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil só são equiparados aos funcionários (públicos) da dita ferrovia em 1919 e a aposentadoria para todos só é aprovada em 1923. Cf. Manuel Fernandes Figueira, op.cit., p. 855.

timas. Durante a guerra os marítimos conseguem o pagamento de uma percentagem a mais nos salários. Com o final da guerra o governo retira essa vantagem, mas após muitas greves os marítimos conseguem aumentos salariais compensatórios (1).

Nos anos de 1919-1920, como dissemos, os sindicatos marítimos querem o monopólio da indicação do pessoal que vai embarcar nos navios. Conseguem entrar num acordo com o Lloyd Nacional, que não os satisfaz inteiramente, e a luta continua até 1921.

...

A partir das questões tratadas nesse trabalho interessa-nos ressaltar o papel pioneiro do setor ferroviário e marítimo, no que se refere à introdução de relações de trabalho do tipo capitalista.

Essa circunstância reflete-se sem dúvida na situação particular dos ferroviários e marítimos enquanto mão-de-obra: trabalhadores livres numa sociedade escravocrata, ligados a um setor estratégico da economia do período.

Apesar da situação particular da mão-de-obra marítima e ferroviária colocar-lhes numa posição relativamente favorável se comparados aos operários industriais, tal posição

(1) A Razão, 8 de maio de 1919.

não estava imune às variações das condições internas de cada setor. Assim sendo, no decorrer da Primeira República, os marítimos e ferroviários sofrem as consequências da evolução econômica dos seus respectivos setores. Essa situação, como vimos, evolui de modo diferente e a ação sindical dos ferroviários, por exemplo, se vê limitada pelas condições financeiras desfavoráveis que dominam o setor. Além disso, parece-nos que da análise das condições particulares dos Marítimos e Ferroviários não é dado concluir que eles estavam alheios aos problemas colocados pelo sindicalismo anarco-sindicalista devido às condições de trabalho na indústria. Ao contrário, apesar das características específicas (anterioridade e importância estratégica) que os diferenciava dos operários industriais, os Marítimos e Ferroviários só conseguiram a aprovação de leis trabalhistas realmente relevantes nos anos 20, isto é, depois do período mais intenso de luta sindical (que os incluía) na Primeira República.

10. A Regulamentação do Trabalho: Estado e Classe Operária

As classes dominantes na Primeira República difundiam a idéia de que os imigrantes eram os responsáveis pelo anarco-sindicalismo dominante no movimento sindical. O governo acusava os trabalhadores de origem européia de "fomentarem" greves sem sentido e contra eles tomou várias medidas de repressão: em 1907 uma lei trata da expulsão de estrangeiros "indesejáveis" que ameaçassem a ordem e a segurança nacionais. Em 1913, a possibilidade de expulsão estende-se mesmo aos estrangeiros que residiam no país ^{há} ~~por~~ polo menos dois anos consecutivos ou por tempo inferior quando fosse casado com brasileira ou viúvo com filho brasileiro, casos que a lei de 1907 protegia.

Essas leis de repressão são as mais conhecidas. Mas se olharmos mais de perto, vamos ver que outras leis de expulsão foram feitas com a particularidade de coincidirem - todas com anos em que se realizaram congressos operários.:

<u>CONGRESSOS</u>	<u>LEIS REPRESSIVAS</u>
Congresso Socialista de agosto de 1892	Lei de expulsão de estrangeiros de 13/10/1893
Congresso Operário de abril de 1906	Lei de expulsão de 07/01/1907 (lei Adolfo Gordo)
Congresso Operário de setembro de 1913	Emenda à lei Adolfo Gordo 08/01/1913
Congresso Operário de abril de 1920	Lei de repressão ao anarquismo (lei Anibal de Toledo, <u>tam</u> <u>bem</u> chamada lei infame) 17/01/1921.

As leis repressivas são uma resposta das classes dominantes à classe operária que tenta se organizar e as greves espontâneas que eclodem no período,

A lei de 1907 levou vários anos sendo discutida até ser aprovada. Em 1903 existe na imprensa operária eces sobre um projeto de lei (que eles chamam de lei iníqua) que está em discussão. Diz o referido projeto: "São causas bastantes para a expulsão; os interesses da alta política concernindo à ordem e a segurança públicas" (1). Como vimos, o Congresso de 1906 havia decidido que o principal objetivo das lutas operárias naquele momento seria alcançar a jornada de 8 horas e uma greve geral fora marcada para 1º de maio do ano seguinte. A greve realmente explodiu em S. Paulo e no Rio e as classes dominantes se prepararam para fazer frente a ela aprovando em janeiro daquele ano a lei de Adolfo Gordo, o que constituía é claro uma forma de intimidar os trabalhadores que na sua maioria eram estrangeiros.

A lei de 1913 é uma emenda à lei Adolfo Gordo, retirando algumas proteções de que gozavam os trabalhadores estrangeiros cuja situação pessoal se enquadrava ^{nas} condições que vimos acima. O interessante dessa lei é que ela foi aprovada em pleno governo Hermes da Fonseca, que resolveu fazer uma abertura em direção às classes trabalhadoras, patrocinou o Congresso de 1912 e fez muito barulho em torno das vilas ope-

(1) A Greve, 15/01/1903. pg. 1

rárias que o governo estava incentivando a construção. (1)

A lei de 1913 é a única promulgada antes do Congresso operário do mesmo ano. Pode-se levantar a hipótese de que o governo Hermes desfez-se da esperança de poder controlar o movimento operário através de promessas e migalhas como as "vilas populares" e resolveu adotar como seus predecessores e sucessores uma política de repressão aberta.

É fácil imaginar a reação que tais medidas repressivas provocaram no meio da imprensa operária. Quando as leis repressivas ainda se esboçavam diz um jornal operário:

"O Estado declara guerra ao trabalhador estrangeiro, atacando-o de uma forma insólita, lançando-lhe a vilta de pernicioso, tirando-lhe o direito de pensar livremente, colocando-o no papel de paciente besta de carga. Exige-lhe o contingente dos seus braços, aceita-lhes a colaboração no

(1) Gisalio Cerqueira Filho fala em "abertura para o socialismo" durante o governo Hermes no seu trabalho "A influência das idéias socialistas no pensamento político brasileiro 1890-1922" pg 18. Parece-nos exagerado falar em "abertura para o socialismo" a não ser que ele entenda por "socialismo" a ação de líderes tipo Mariano Garcia Pinto Machado, etc. Nesse caso é exato que o governo Hermes proporcionou uma certa margem de ação para essas figuras, inclusive Mariano Garcia fez campanha pelas vilas operárias

progresso material e intelectual do país mas veda-lhe toda a iniciativa, impõe-lhe o silêncio mais absoluto em torno dos seus atos e proíbe-o de pedir contas dos seus direitos, impossibilitando-o republicam^{na}ente de toda manifestação de independência, de insurreição contra os abusos da autoridade. Em síntese: manda-o trabalhar como um galé paciente e resignado. Assim pretende prosperar a custa do braço estrangeiro, conservando porém, o povo no estado de atraso e ignorância em que ainda se acha." (1)

A idéia da "minoría ativa" era difundida pelas classes dominantes por motivos óbvios, mas podemos enxergar vestígios dessa visão do movimento sindical nos próprios jornais anarquistas. Neles encontramos difusamente essa idéia de que os militantes sindicais constituíam um grupo de abnegados apologistas da revolução mundial confrontados com uma massa ignorante e individualista que pensava apenas em

(1) Esse artigo foi escrito por Pausilippo da Fonseca no jornal A Greve de 1/7/1903. Ele tem um papel destacado na greve dos textéis de 1903, no Rio de Janeiro, mais tarde abandonou o movimento operário e foi ser redator do jornal conservador O Paiz. (A informação é da Gazeta Operária de 23/12/1906, pg. 1).

"melhorar de vida" (1) O jornal "A Greve" de 15/7/1903 publica um artigo bem nessa linha, traduzido do L'Avenir - de Buenos Aires, intitulado "O Povo Besta", onde o redator xinga a apatia da maior parte do operariado.

Entretanto, depois da realização dos Congres sos operários, e do desenvolvimento do movimento sindical - sob a direção anarco-sindicalista essa visão vai sendo superada e nos jornais da Confederação Operária Brasileira (A Voz do Trabalhador) e da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro (A Voz do Povo) ambos sob o controle dos anarco-sindicalistas, esse tipo de reflexão não se encontra mais. Ao contrário, nesses órgãos, se faz todo o possível para fundir no movimento liderança e massa operária. Inversamente, na medida em que as agitações se tornam mais significativas no que diz respeito ao número de manifestantes e à decisão de sustentar as reivindicações, o governo insiste nessa afirmação de que tudo não passa da obra de "agitadores estrangei

(1) Ver em particular as citações de Michael Hall de artigos dos jornais operários Terra Livre, A Lanterna, A Guerra Social, Novo Rumo, A Vanguarda. O autor deduz por essas citações que a massa imigrante realmente pensava fundamentalmente em "ascender socialmente". Levantamos a hipótese de que a visão desses militantes, autores das críticas à massa dos trabalhadores imigrantes era uma visão eletista, de revolta contra a pouca penetração que a propaganda anarco-sindicalista ou anarquista tinha ainda no meio da massa operária. Michael Hall, ob. citada.

ros" como mostra a mensagem de Epitácio Pessoa ao Congresso Nacional, a propósito da greve de março de 1920, na Leopoldina.:

"Uma grande parede de trabalhadores que envolveu número considerável de classes operárias, inquietou por alguns dias do mês de março a população dessa capital. Há pouco mais de um ano no início do atual quadriênio outra semelhante ocorreu, e o que se observou então reproduziu-se agora: indivíduos de maus precedentes, alguns até que nunca foram obreiros, imiscuiram-se no movimento, com intuitos de subversão da ordem social existente. Algarismos já publicados mostram que os principais agentes dessas paredes são estrangeiros, em grande parte infensos à idéia de pátria".

Segue-se um período para dizer o que o governo tem feito em benefício dos trabalhadores. Além das intermináveis discussões da Comissão Especial de Legislação Social, (criada para estudar a questão social e propor soluções visando a melhoria da situação dos trabalhadores e que apesar de contar com pessoas dedicadas a causa operária como Maurício de Lacerda não conseguiu nada de concreto), pode-se acrescentar o decreto lei que regula as obrigações resultantes dos acidentes no trabalho. Essa lei que se limitava ao trabalho industrial, foi inteiramente inoperante pois não havia organismos adequados para a sua aplicação e fiscalização. A comunicação do acidente de trabalho era feito pelo patrão à autoridade poli -

cial (1).

Depois continua Epitácio Pessoa:

"Mas ao lado dessas leis de construção social, de benefício à classe operária, cumpre votar outras que a resguardam da influência maléfica dos "sem pátria", dos que se insinuam em seu seio para explorar-lhe o espírito de classe, a solidariedade nas violências que eles decretam sem ouvir-la e também para impor-lhe pela força que não trabalhe, quando eles resolvem arbitrariamente abandonar o trabalho".

"Tendes em adiantada a discussão o projeto - que regula a entrada de estrangeiros em nosso território Tendes igualmente em mãos o projeto relativo aos crimes anarquistas. É urgente aprová-lo também." (2)

Epitácio Pessoa faz essas afirmações a propósito de uma greve que reconhecidamente tanto pela imprensa (Correio da Manhã, números sobre a greve) quanto por altas personalidades da República como o deputado fluminense Lengruber Filho, foi provocada pela própria empresa ferroviária que queria

(1) Os debates da Comissão Especial de Legislação Social estão publicados em 3 volumes pelo Congresso Nacional e estendem-se pelos anos de 1919-21. As discussões sobre a lei de Acidentes do Trabalho estão no volume I.

(2) Congresso Nacional, Mensagem de Epitácio Pessoa, 3 de maio de 1920, pg. 172.

o aumento das tarifas. (entrevista concedida ao Correio da Manhã de 24/3/1920).

A greve é organizada e liderada pelas duas associações fundadas pouco antes do início do conflito: a Liga Operária de Leopoldina e a União dos Empregados da Leopoldina. O presidente da União dos Empregados da Leopoldina, Alberto Beaumont, se opõe à deflagração do conflito (na realidade não é um ferroviário e sim um político que ocupa um cargo honorífico, uma espécie de "padrinho") e é substituído por José Cavalcante, líder efetivo dos ferroviários. Este é preso no dia seguinte ao início do conflito (16 de março) sob a acusação de ser o instigador da greve. Mas é solto a seguir devido às manifestações de apoio e solidariedade que recebe e faz parte da comissão que vai negociar com o ministro da Viação Pires do Rio, no dia 20/03. As negociações não dão resultado porque a Leopoldina concorda em ceder às reivindicações operárias mas insiste em demitir os líderes da greve.

É certo que os jornais anarco-sindicalistas apoiaram o movimento desde seu início (inclusive com a continuação da greve a polícia prende 3 redatores da Voz do Povo: Fábio Luz, Álvaro Palmeira e Otávio Brandão, "conhecidos anarquistas" (1).

(1) Correio da Manhã, 26/03/1920.

Mas é certo também que a greve foi declarada porque "os empregados são mal remunerados e o trabalho excessivo" (1)

Na realidade toda a fraseologia que fazia uma pseudo distinção entre "agitadores estrangeiros" e a trabalhadora e comportada mão-de-obra nacional não passava de uma ameaça velada do governo que incluía tanto estrangeiros quanto nacionais "anarquistas". Durante o conflito e as manifestações de solidariedade que a classe operária no Rio fez aos grevistas, a polícia estimou em 16 mil o número de pessoas presas e a imprensa em 18 mil. Como não havia acomodações para todos transformaram um armazém das docas em prisão. (2)

E afinal o único estrangeiro que teve uma atuação destacada na greve da Leopoldina foi um inglês, a serviço da Cia que passeava pelas estações carregando uma mala preta cheia de dinheiro acompanhado de um agente de polícia o "caixa ambulante" e seu "ajudante de ordens" como os chama o Correio da Manhã) subornando delegados, comissários, agentes e soldados de serviço da forma "mais descarada, mais britânica" (3)

O próprio governo reconhece os limites da questão da repressão aos estrangeiros quando faz outra lei de repressão, essa para qualquer um que fizesse a apologia das

(1) Entrevista de Lengruher, já citada.

(2) Dulles, ob. cit. pg. 128

(3) Correio da Manhã 21/03/1920, pg. 3.

idéias "anarquistas" (como incitar à greve, etc.) punindo-os com penas de prisão. É a essa lei que Epitácio Pessoa faz referência na sua mensagem e que foi aprovada em 1921.

Pelo que se pode observar a característica principal da atuação do Estado em relação ao movimento sindical é de não conhecer a existência de um problema social e tentar resolver o problema através da adoção de leis repressivas visando uma "minoridade de anarquistas estrangeiros".

Uma posição que implica em negar a existência de uma "questão operária"

Ressaltamos, entretanto, ao longo desse trabalho, a existência de uma política diferenciada do Estado em relação aos seus operários. É assim que apesar da natureza das reivindicações serem as mesmas no setor das indústrias e no setor marítimo e da EFCB, essas reivindicações tem uma receptividade diferente conforme o setor. A concessão da jornada de 8 horas, por exemplo, é obtida pelos operários do Estado muito antes do que os operários industriais. (1)

(1) As vezes a lei não é aplicada mas o que nos interessa é o reconhecimento legal da jornada de 8 horas nesse setores. Como exemplo de sua aplicação na área da EFCB é interessante o seguinte trecho:

O número médio de ferroviários por Kilometro de linha trafegada aumentou de 7,7 para 8,1; reconhecendo que o acréscimo foi grande, devo explicar que é uma resultante da aplicação do dia de 8 horas de trabalho ao pessoal do tráfego, a qual foi feita, entretanto, obedecendo ao seguro critério de exame de cada caso em si mesmo, porque é preciso não confundir oito horas de trabalho com oito horas de presença." Relatório do Ministério da Viação e Obras Públicas, ob.cit. pg. 33. O Grifo é nosso.

Também ressaltamos a tentativa malograda de controlar o movimento sindical feita no governo Hermes da Fonseca que se expressa de forma mais evidente no discutido Congresso de 1912.

Os fatos que alinhavamos a respeito dos dois ramos do movimento sindical parecem indicar esse tratamento - diferenciado por parte do Estado. Procuramos indicar também alguns fatores importantes que desde a sua origem diferenciavam esses setores e contribuíram para essa distinção.

Em decorrência da tutela que o Estado exercia sobre as áreas da EFEB, do setor portuário e da navegação, (como vimos, na navegação apesar de existirem as empresas particulares o Estado tinha um papel fundamental) de certo modo a resolução das questões trabalhistas nestes setores era menos problemática. Isto porque os trabalhadores dessas empresas, sendo operários do Estado, tinham suas contendas diretamente resolvidas por ele, sem que fosse necessário transformar as características deste para atender algumas das suas reivindicações.

A existência de facilidades no tocante a regulamentação do trabalho na área Estatal, e é importante ressaltar, ao mesmo tempo, a direção política burguesa que o Estado consegue imprimir ao sindicalismo dos marítimos e ferroviários do Rio de Janeiro, indica que uma fração da burguesia está agindo dessa forma através do Estado. O "patrocínio" do Estado nesses setores não deve obscurecer o fato de que tanto as ferrovias quanto os portos e a navegação eram elementos

integrantes de uma infra-estrutura da qual se utilizava uma parte das classes dominantes para exercer suas atividades comerciais de importação e exportação.

Num estado capitalista, como era o Estado brasileiro na Primeira República as classes dominantes eram compostas por frações da burguesia com interesses convergentes e por vezes contraditórios. As próprias origens do Capital industrial, determinavam as relações complexas entre a burguesia industrial nascente e a burguesia cafeeira. Dependente de um lado das atividades econômicas ligadas ao café e de outro da proteção do Estado controlado pela burguesia cafeeira, a burguesia industrial nascente se apresenta como um elemento subordinado no seio das classes dominantes. Essa situação está sem dúvida ligada ao contexto internacional no qual se efetiva a implantação das indústrias no Brasil. Contexto esse fundamentalmente marcado por duas questões. Primeiro a formação de um mercado mundial e a fusão do capital bancário e do capital industrial dando origem do capital financeiro. Como a inserção do Brasil na economia mundial se faz principalmente através da venda do café, é natural que internamente as classes ligadas a esse setor fossem as classes economicamente mais importantes.

Segunda questão que também teve sua influência na atuação da burguesia industrial brasileira, o temor generalizado que passou a caracterizar em todos os países as relações entre a burguesia e a classe operária, temor de que a liberdade de ação da classe operária levasse à instalação de regimes, tal qual o regime soviético, em que, a direção do Es

tado escapava ao domínio da burguesia, Esse temor caracterizou as relações burguesia-proletariado a partir de 1848.

Esses fatos explicam, em certa medida, a fraqueza estrutural da burguesia industrial nascente, suas relações contraditórias com as demais frações da burguesia principalmente a burguesia cafeeira e o papel não abertamente dirigente que ela tem nas transformações políticas necessárias para a resolução da chamada "questão operária".

Em que consiste a "questão operária"?

Como vimos nos capítulos anteriores, a questão fundamental colocada pelo movimento sindical na Primeira República, forma principal através da qual se manifesta a classe operária no período, é a questão da regulamentação do trabalho. Diferentemente do que ocorre na Inglaterra, vimos que aqui a questão já se coloca em termos de legislação do trabalho e não em termos de legislação de fábrica (que depois é estendida às outras categorias de trabalhadores).

Afirmamos também, anteriormente, que a luta pela regulamentação do trabalho, apesar de se manifestar socialmente numa forma que destaca a oposição fundamental do sistema capitalista, a oposição entre o capital e o trabalho, não coloca necessariamente em cheque o sistema capitalista.

Trata-se de uma questão, inclusive, geral, de uma fase determinada da evolução do capitalismo e não caracteriza particularmente a sociedade brasileira. O que determina a particularidade desse fenômeno é a forma específica pela qual o Estado (e as classes interessadas através dele) resolvem es

sa questão.

E por que é o Estado que resolve essa questão? Seria por acaso uma especificidade do caso brasileiro a resolu
ção dessa questão através do Estado?

Os exemplos históricos abundam que demonstram o contrário. Em todos os países o Estado tem um papel fundamen
tal na regulamentação do trabalho. E o papel fundamental do Es
tado liga-se à própria forma que assume o trabalho no sistema capitalista: o "trabalho livre"; e à característica marcante desse sistema: a concorrência; concorrência tanto a nível dos trabalhadores quanto a nível dos patrões.

Na forma capitalista, o trabalho torna-se uma mercadoria, a força de trabalho, que é vendida no mercado como outra mercadoria qualquer. É do interesse do capitalista que compra essa mercadoria comprá-la pelo menor preço possível. Na medida em que ^o capitalista paga um salário ao trabalhador, passa a ser um encargo do próprio trabalhador a reprodução e a manutenção de sua força de trabalho. E como consequência des
se fato, comparado ao sistema escravista, onde o problema de manutenção do escravo era um problema do senhor de escravos, no capitalismo esse problema requer soluções sociais.

"L'esclavagiste connaît trop bien son intérêt pour debiliter ses esclaves en lésinant sur la nourriture; en revanche, le patron de l'homme libre lui donne moins possible à manger, parce que le port fait au travailleur ne retombe pas sur lui seul, mais sur toute la classe des patrons." (1)

(1) P.R. Edmonds, Practical, Moral and Political Economy, Londres, 1928, pg. 56-57. Cf. Marx Un Chapitre Inédit du Capital, Paris, Union Générale, d'Editions, 1971, pg.26. O grifo é nosso.

Esse aspecto fundamental da questão do trabalho no regime capitalista é que determina a intervenção do Estado para proteger o trabalhador da exploração desenfreada dos capitalistas individuais no interesse da própria classe dos capitalistas, e portanto no interesse da reprodução do próprio sistema capitalista.

É imprescindível que as medidas que dizem respeito à proteção da força de trabalho sejam medidas impostas pelo Estado a todos os capitalistas e ao mesmo tempo.

É preciso portanto, que essas medidas venham sob forma de lei impositiva.

É ilustrativo o fato acontecido em 1919, no auge da luta pela jornada de 8 horas. Os dissidentes do Centro Industrial do Brasil, que saíram deste para formar o Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão (1) foram em comissão ao vice-presidente da República Delfim Moreira para

(1) A Razão 07 de maio de 1919, pg. 1. Outras informações:

O Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão representava as seguintes empresas no Rio: Petropolitana, Mageense, Aliança (2000 operários), Manufatura Fluminense, - Corcovado (1300 operários), Carioca (2000 operários), América Fabril, Confiança Industrial (1900), Brasil Industrial, Sapopemba (2000 operários), Santo Aleixo, Cometa, - Industrial Campista (80), São Félix(1500), Esperança (350) e Moinho Inglês.

Essas fábricas segundo o Sr. Victor Vianna, secretário do Centro têm em suas oficinas 22 mil operários.

O número de operários de cada fábrica é tirado de Mcniz - Bandeira, ob. cit. pg. 125.

dizer que só concederiam a jornada de 8 horas se o Estado através de uma lei federal a tornasse obrigatória para o Brasil todo. Obviamente eles não desejavam conceder as 8 horas no Rio de Janeiro e em São Paulo (os dissidentes) se a regulamentação não fosse extensiva a todos os demais Estados. E nos demais Estados a agitação operária em prol da jornada de 8 horas não havia atingido o clímax que atingira o Rio de Janeiro e São Paulo, e portanto os empresários dos demais Estados não iam conceder as 8 horas sem serem pressionados. (1)

Havia, entretanto, um empecilho à essa medida. As questões relativas ao trabalho na Primeira República eram de alçada estadual (decorrência da "política dos governadores"). Só em 1926 é que uma Emenda Constitucional (nº 29) dá nova redação ao artigo 34 da Constituição e passa para a órbita do Congresso Nacional legislar sobre o trabalho. A eliminação desse obstáculo abre o caminho para a solução da questão, mas assim mesmo, passam-se 4 anos e é preciso o movimento de 30 para que o Estado realmente se ocupe da questão.

(1) Vide discussão da Câmara em que a bancada do Rio Grande do Sul é contra a concessão da jornada de 8 horas. Segundo o deputado Joaquim Osório "há que distinguir entre os operários a serviço do Estado e os operários em geral." Legislação Social, Documentos Parlamentares, ob. cit. pg. 316-324.

As lutas do movimento sindical e a combatividade demonstrada pelos trabalhadores é que obrigam as classes dominantes a transformarem o Estado. Essa transformação implica em reconhecer que o "trabalho livre" tal como se apresenta, na aparência, o trabalho no regime capitalista precisa ser socialmente regulamentado. Nessa regulamentação está implícito o reconhecimento da existência de uma forma social de exploração baseada de um lado no Capital e de outro na força de trabalho. Apesar da forma individual pela qual se apresenta a compra e venda da força de trabalho no mercado de trabalho a base social dessa dominação torna-se clara na medida em que o próprio Estado capitalista é obrigado a tomar medidas que regulamentem essa transação. O monopólio dos meios de produção detido por uma parte da população (uma classe social: a burguesia) coloca-a numa posição capaz de prejudicar a própria reprodução do sistema capitalista na medida em que ela estenda demais os limites da sua exploração sobre uma outra parte da população, destituída dos meios de produção. E para impedir isso é preciso uma medida estatal coercitiva. Nesse processo, envolvendo o Estado, a burguesia e a classe operária, torna-se claro que é todo o sistema social que está baseado na exploração da força de trabalho.

Lutando por essa regulamentação feita através do Estado os trabalhadores estão ao mesmo tempo obrigando o reconhecimento da sua existência enquanto classe social pelas demais classes e agindo enquanto classe social.

É nesse sentido que a luta pela legislação do trabalho constitui uma etapa bem definida do movimento operário.

Para que a caracterização da fase que estudamos do movimento operário como etapa da luta pela regulamentação do trabalho não seja entendida de uma maneira equívoca é preciso fazer duas ressalvas. Primeiro que não estamos deixando de levar em consideração o fato que algumas leis de proteção ao trabalho foram aprovadas durante o período estudado. Mas essas leis ou tinham um caráter extremamente restrito (como pensões e aposentadoria para os ferroviários, férias para os comerciários, etc.) ou não eram aplicadas na prática (como a lei de acidentes do trabalho) e às vezes as duas coisas ao mesmo tempo. Essas leis parciais mal aplicadas não afetam portanto a visão geral da questão que é a regulamentação do trabalho geral para todo o país e a sua aplicação e fiscalização, minimamente que seja.

A segunda ressalva liga-se com essa porque diz respeito ao fato de que mesmo tendo sido regulamentado de forma geral para o país todo, a questão do trabalho não é uma questão resolvida. A todo momento leis estão sendo desrespeitadas no tocante à jornada de trabalho, ao trabalho das mulheres etc. As vezes também são modificadas para melhor ou para pior, do ponto de vista dos trabalhadores. Mas apesar disso consideramos que a idéia de que existe uma etapa de luta pela regulamentação do trabalho cujo resultado é o reconhecimento da classe operária enquanto classe pelo Estado não fica prejudicada justamente devido a esse segundo aspecto. Uma vez ultrapassada essa etapa, a classe operária está livre para desenvolver uma ação que não exclui o afrontamento com o

capital nem a ação direta (entendida como ação dentro das empresas) mas que pode ultrapassar esse plano tendo eliminado o obstáculo a uma ação mais ampla que era o seu aparecimento no cenário da nação enquanto classe.

O que obscureceu durante um certo tempo a vi são dessa luta como uma etapa do movimento operário é que no caso inglês (que nos utilizamos no 1º Capítulo desse trabalho) que serviu de base às considerações de Marx sobre a legislação de fábrica (depois do trabalho) a etapa se confunde com a luta da burguesia industrial contra as outras frações da burgue sia, pelo seu domínio completo a nível nacional. Nesse contex to, a luta do movimento operário vem inserida numa luta mais ampla pela transformação do Estado para varrer os últimos obs táculos à dominação completa da burguesia industrial. E a bur guesia industrial se utiliza da luta operária; e é nesse sentido que retomamos a expressão de Marx "coloca em movimento o proletariado."

No caso brasileiro, a fraqueza da burguesia industrial nascente (fraqueza essa determinada não pelo caráter artesanal da estrutura da indústria nascente como vimos mas pela forma como surge o capital industrial ultimamente li gado ao capital comercial e ao capital cafeeiro), e o fato de la não assumir um papel dirigente nas transformações do Esta do fizeram com que ela não "movimentasse" a classe operária no sentido de utilizar o movimento operário para os seus obje tivos próprios.

Esse fato contribuiu certamente para que na

política da burguesia em relação ao proletariado se destacasse apenas o aspecto repressivo dessa relação sem que ^{se} atetasse para a natureza da relação. De fato, a política da burguesia em relação ao proletariado foi eminentemente repressiva mas essa repressão tinha o aspecto de negação da existência de uma "questão operária" que precisasse ser resolvida. Em outros termos, o Estado se negava a interferir nas questões da área do trabalho porque isso implicava na transformação das características desse Estado que não interessava à fração hegemônica da burguesia dentro dele, a burguesia cafeeira. E que por isso teimava em negar a existência de uma "questão operária".

Tem uma certa importância levantar a questão da natureza da repressão levada a efeito pelo Estado na Primeira República porque simplesmente enquanto repressão não caracteriza absolutamente a atitude da burguesia em relação ao operariado. Repressão houve nos anos 20, 30, 40, por exemplo. O que distingue a repressão na Primeira República até os anos 30 é que ela estava ligada a questão do surgimento da classe operária e da incapacidade da burguesia de controlar (ou dirigir) a classe operária sem primeiro reconhecer, formalmente, ao nível do Estado a sua existência.

Enquanto o "trabalho livre" aparece como uma simples compra e venda da mercadoria força de trabalho no mercado, fica patente a fraqueza do capitalismo industrial nascente porque faltam as condições mínimas para a reprodução de um elemento essencial do sistema, que é a força de trabalho. E faltam também as condições mínimas para a classe operária se

afirmar enquanto classe porque ela não pode ultrapassar essa etapa da sua história e passar para outras formas de luta antes que seja resolvida essa questão, a do seu reconhecimento pelo Estado enquanto classe. Nesse sentido todo esforço de mobilização da classe operária esbarra nesse obstáculo.

Esses argumentos, a nosso ver esclarecem muitos aspectos do movimento sindical na P.R.

O reformismo dos marítimos e ferroviários ficava restrito a essas áreas, devido às características inerentes a esse setor e não podia se expandir para outros setores porque isso implicaria numa política reformista da burguesia para o conjunto dos trabalhadores, política essa inexistente. As tentativas fracas do governo Hermes da Fonseca não podem ser levantadas nem mesmo como uma exceção devido à ausência absoluta de ações práticas que confirmassem a intenção da burguesia de integrar a classe operária numa estratégia sua, de transformação do Estado da Primeira República.

O anarco-sindicalismo, por sua vez, se explica no contexto dos operários industriais, pela ausência absoluta de qualquer tentativa de integrar a classe operária na vida política por parte da burguesia. Os elementos da ideologia anarco-sindicalista, como a negação da instância de luta política, e a defesa das condições de vida e de trabalho do operariado na tática da ação direta, isto é, restrita à luta dentro das fábricas, se encaixa como uma luva numa situação política de negação do problema operário e pode-se entender que constituíssem um forte apelo para o proletariado (e nesse contexto tem pouca

relevância o fato dela ter vindo para o Brasil junto com os imigrantes).

No nível da ação prática nenhuma das duas correntes do movimento sindical colocava em questão o sistema capitalista e a coincidência existente entre elas a nível das reivindicações era uma decorrência da necessidade de resolver os problemas dessa etapa da luta do movimento operário, problemas esses nos quais esbarraria qualquer tipo de ação sindical independente da ideologia que adotasse.

CONCLUSÃO

O estudo das características principais do sindicalismo na Primeira República e as conclusões parciais que esse trabalho sugere trazem novos problemas para o estudo do movimento operário.

Vamos tentar resumir as idéias que constituíram a preocupação principal desse trabalho e chamar a atenção para as questões mais relevantes implicadas nas explicações que apresentamos para o movimento sindical.

Ao definirmos como objeto de estudo o movimento sindical operário numa determinada fase do processo de desenvolvimento do capitalismo, o período do nascimento da indústria, tomamos como ponto de partida os trabalhos sociológicos que haviam procurado estabelecer as características do sindicalismo nessa fase.

A idéia preponderante nos estudos dedicados ao sindicalismo brasileiro é a de que a primeira fase do movimento sindical caracteriza-se por ser uma fase revolucionária. Essa caracterização tem suas raízes numa corrente da Sociologia Industrial francesa, da qual Alain Touraine é um dos principais representantes.

Procuramos apontar nesse trabalho os equívocos nos quais se assentam tal caracterização.

Em primeiro lugar, para evitar incompreensão a respeito da questão central sobre a qual incide a nossa crítica, é preciso insistir no significado do termo revolucionário quando utilizado para caracterizar a primeira fase do movimento operário. Nesse contexto, o projeto revolucionário atribuí

do à classe operária é entendido como o projeto de subverter a ordem burguesa estabelecida e lançar as bases para um novo tipo de sociedade sem as mesmas características da sociedade capitalista. O que significa uma sociedade cujos membros não estejam divididos em detentores de meios de produção e em vendedores de força de trabalho. Esse processo revolucionário implicaria na destruição do Estado capitalista, tendo em vista a sua principal função, a de manter os trabalhadores numa situação subordinada frente aos proprietários do Capital.

Compreendida dessa forma, a caracterização do movimento sindical operário como revolucionário na sua primeira fase pareceu-nos incorreto por várias razões.

A primeira delas, que expusemos desde o início desse trabalho é a de que tal caracterização vem baseada numa concepção de sociedade que não leva em consideração a contra-dição capital x trabalho como contra-dição fundamental sobre a qual se desenvolve o sistema capitalista.

Em consequência desse fato, torna-se impossível compreender a forma contraditória pela qual se manifestam os movimentos sociais e as formas contraditórias que assumem as transformações da sociedade.

A "fase revolucionária" do movimento sindical brasileiro é, como vimos, a fase da preponderância do anarco-sindicalismo. O anarco-sindicalismo se apresenta como uma ideologia proletária revolucionária. Entretanto, ao ultrapassarmos o nível do puro discurso ideológico, deparemos-nos com uma realidade que relativiza essa definição. Ao analisarmos as

reivindicações concretas do movimento sindical anarco-sindicalista, torna-se difícil distingui-lo do movimento sindical reformista dos marítimos e ferroviários do Rio de Janeiro. As razões das similitudes encontradas estão nas condições concretas que envolviam a classe trabalhadora sem exceção. Os anarco-sindicalistas, efetivamente ligados à classe operária, não podiam ignorar essas condições, nem deixar de apoiar as reivindicações que surgiam em decorrência dessa situação. O objetivo final do movimento anarco-sindicalista, porém, era a abolição do Estado capitalista. É difícil, entretanto, encontrar as marcas desse objetivo na prática concreta dos anarco-sindicalistas dado que: primeiro, suas convicções político-ideológicas impediam que liderassem a massa trabalhadora congregada em torno deles em lutas políticas visando a transformação do Estado da Primeira República; e segundo, se os objetivos imediatos (as reivindicações) pelos quais lutavam os anarco-sindicalistas eram objetivos visando unicamente a melhoria das condições de vida da classe operária.

Na medida em que o movimento anarco-sindicalista pretendia atingir seu objetivo político (a abolição do Estado, através de uma luta "puramente" econômica), como distingui-lo, no nível da prática concreta, do movimento sindical reformista? Isto é, do movimento sindical que se coloca apenas como objetivo a luta "puramente" econômica?

Não é possível responder satisfatoriamente a esta questão sem um estudo detalhado do modo como são encaminhadas as greves e as ações por cada um dos movimentos em questão. É possível, entretanto, a partir da análise que fizemos,

apontar um indício no sentido da resposta almejada. Para isso voltemos às características próprias a cada uma das linhas de ação existentes no movimento sindical da Primeira República.

Se tomarmos o caso dos marítimos do Rio de Janeiro como exemplo de movimento sindical reformista podemos observar a existência nesse setor de uma camada intermediária de dirigentes sindicais intercalada entre a massa dos trabalhadores sindicalizados e a direção do Lloyd, do porto do Rio e dos organismos estatais aos quais estava subordinado o setor.

Uma camada intermediária entre o patrão (o Estado, no caso) e os trabalhadores. Esses dirigentes além de servirem de anteparo, amortecendo o radicalismo da base sindical, serviam também, como vimos, de representantes "fantoques" da classe operária quando a situação assim o exigia (exemplo, a greve da Leopoldina).

A função que exerciam trazia-lhes benefícios pessoais evidentes: vantagens materiais, poder dentro do sindicato, perspectiva de se integrar ao aparelho estatal numa posição de mando (de pequeno alcance, é claro), etc. Mas não apenas isso. Tornava-os elementos integrados às classes dominantes, transformava-os, portanto, numa camada diferenciada do resto da classe.

Pode-se dizer que ao mesmo tempo que prestavam serviços à classe dominante, beneficiavam-se com a luta dos trabalhadores procurando mantê-la no limite do que o Estado considerasse aceitável.

É possível afirmar com segurança que o movimento sindical anarco-sindicalista não constituiu um campo fértil para a proliferação desses elementos parasitários. Não havia uma camada intermediária entre o patronato e a massa trabalhadora com as características dos dirigentes sindicais marítimos. É até mesmo difícil encontrar exemplos de militantes que usassem o movimento sindical como escada para atingir objetivos pessoais.

O que caracterizava a direção do movimento anarco-sindicalista era o rodízio permanente dos seus membros. Os militantes anarco-sindicalistas nucleavam-se em torno dos jornais operários que eram sustentados pelas bases. Há inúmeros exemplos de dirigentes que voltavam para a Europa ou então iam para a Argentina continuar sua militância nesses lugares.

Pode-se dizer que constituía uma questão de princípio para os anarco-sindicalistas o rodízio dos elementos mais ativos nos postos sindicais e seus jornais eram abertos a todos que quizessem participar deles, mesmo que houvesse discordância. Eles eram contra direções sindicais estáveis (que permanecessem muito tempo no posto) porque temiam a burocratização do movimento.

Mas não se tratava de uma questão apenas de princípio nem de honestidade pessoal. Partimos do princípio que no movimento reformista havia muitos elementos que defendiam suas posições por convicção e não para obter cargos ou vantagens. O que vale a pena ressaltar é que a própria conduta do movimento anarco-sindicalista afastava a possibilidade

de que o movimento fosse utilizado para outros fins. O seu radicalismo, a sua fusão com as bases, a ênfase no movimento sindical, a luta pela preservação da "pureza" do movimento sindical eram elementos da ideologia anarco-sindicalista, presentes na prática concreta do movimento e que tinham como resultado afastar a possibilidade desse tipo de oportunismo infiltrar-se no movimento.

É nesse sentido que vai a recusa em estabelecer uma direção estável e a recusa da "política", dois elementos perigosos e corruptores. A ação prática do movimento sindical anarco-sindicalista procurava afastar esses perigos através da recusa da negociação e portas fechadas, recusa dos intermediários (mesmo operários), recusa da intervenção dos políticos, etc.

Nesse sentido é possível dizer que o objetivo final de destruição do Estado capitalista traduzia-se numa conduta prática que os diferenciava dos reformistas, pois não contribuía para a formação de uma camada diferenciada da classe operária que tendia fatalmente a sufocar o radicalismo das bases. O "apolitismo" anarco-sindicalista era a recusa da política burguesa, e o "apolitismo" dos reformistas era a aceitação da política burguesa. Infelizmente (para os anarco-sindicalistas) o efeito dessas duas recusas em estabelecer uma política operária, teve o mesmo efeito: abandonar o campo da política à burguesia.

Por sua vez o Estado (e através dele a burguesia) tinha uma atitude diferenciada em relação aos setores aos

quais estavam ligadas as correntes sindicais. De um lado, esboçava uma tentativa de integração em relação aos seus trabalhadores (marítimos e EFCEB) e de outro lado, mantinha uma atitude simplesmente repressiva em relação aos operários industriais.

A atitude diferenciada do Estado tinha suas raízes na situação específica dos setores em questão na sociedade da Primeira República e na ligação desses setores com as frações da burguesia representadas no Estado. O setor do Porto do Rio (e o Lloyd Brasileiro) e da EFCEB, eram estatais, e a atividade que exerciam vinculava-se ao café e às atividades de importação e exportação de uma importante fração da burguesia que controlava o Estado. O setor dos operários industriais vinculava-se à burguesia industrial, fração subordinada da burguesia no seio das classes dominantes da Primeira República.

Outro equívoco no qual se apoia a caracterização da primeira fase do Movimento Operário como Revolucionário é a identificação entre anarco-sindicalismo e anarquismo.

Apontar a forte presença do artesanato na estrutura da indústria nascente como responsável pela predominância da ideologia anarco-sindicalista, entre outras coisas, é fruto dessa identificação.

No caso brasileiro, a produção artesanal não tinha um peso importante na produção industrial. A estrutura da indústria nascente caracterizava-se pela importância das empresas de tipo capitalista reagrupando um número elevado de

trabalhadores num mesmo local de trabalho e pela presença de um setor produzindo em condições fabris, o textil.

As características específicas da indústria brasileira nascente refletiam-se, como não podia deixar de acontecer, nas reivindicações do movimento sindical. Reivindicações que diziam respeito à melhoria das condições de trabalho fabris: a redução da jornada, a regulamentação do trabalho feminino e infantil, etc. Problemas esses que, como vimos, são o resultado das características que assume a produção capitalista com a introdução das máquinas.

Com base no caso da Inglaterra, e nas análises existentes do período inicial do sindicalismo inglês, vimos que, nessa fase do movimento sindical operário, a burguesia industrial desempenhou um papel fundamental na transformação do Estado para que este atendesse aos seus objetivos sociais de classe. A legislação do trabalho aparece nesse contexto como resultado de duas lutas: em primeiro lugar, a luta da classe operária pela melhoria das suas condições de trabalho. Em segundo lugar, a luta da burguesia industrial pelo controle do Estado; luta essa que se desenrola no seio das classes dominantes e durante a qual, ora é uma fração da burguesia, ora outra que procura o apoio da classe operária para os seus objetivos.

No caso brasileiro, o que se destaca é a ausência de uma iniciativa semelhante por parte da burguesia industrial nascente. Em parte devido às suas relações complexas e contraditórias com a burguesia cafeeira e em parte devido às

transformações ocorridas no contexto internacional, em particular a presença do capital financeiro e o receio da classe operária por parte das classes dominantes de todos os países.

Historicamente o que se constata é a não articulação entre a burguesia e o movimento sindical operário. Em particular, constata-se a relutância da burguesia industrial brasileira em levar adiante as transformações necessárias no Estado brasileiro no sentido de adaptá-lo melhor às novas exigências que o desenvolvimento do capitalismo (em particular o nascimento da indústria) colocava.

O anarco-sindicalismo explica-se nesse contexto: o de total isolamento da classe operária na sua luta pela Regulamentação do trabalho, uma das exigências que o desenvolvimento do capitalismo industrial impunha ao Estado brasileiro da Primeira República como condição indispensável para assegurar a reprodução de um dos elementos fundamentais do sistema: a classe operária.

E esse processo, como vimos, faz parte do processo de formação da classe operária.

As alterações que deve sofrer o Estado brasileiro enquadram-se perfeitamente nas chamadas transformações burguesas e só podemos entender revolucionário nesse contexto como compreendido dentro do conceito de revolução burguesa.

Voltando, portanto, à questão da caracterização do período inicial do movimento sindical brasileiro, isto é, o período da Primeira República, pensamos que o mais correto é dizer que trata-se do período de luta pela Regulamentação

do Trabalho.

Ao caracterizarmos o período como de luta pela Regulamentação do Trabalho estamos definindo o objetivo principal das lutas operárias num determinado período, objetivo esse que está estreitamente ligado à atuação do operariado en quanto classe. Não podemos deixar de lembrar que as questões relativas à legislação do trabalho não estão de forma alguma resolvidas ou superadas de uma vez por todas, podendo, naturalmente, reaparecer nas etapas posteriores do movimento operário.

A luta pela Regulamentação do Trabalho desemboca em dois resultados contraditórios mas integrados: de um la do afirma o capitalismo industrial nascente (com a transformação do Estado em 30 criam-se as condições para o pleno desenvolvimento deste); de outro lado, marca o surgimento da classe operária no cenário político e social da nação. Deixa de existir a "questão operária", acaba de emergir a classe operária.

Não pretendemos ignorar as questões que tal tipo de caracterização suscita. Sabemos que o estudo dos problemas sociais sempre abrem novas questões que em si constituem novas direções de pesquisa. No presente caso, a importância das questões implicadas, justificam a nosso ver que nos reportemos a elas apenas para frisar que estamos conscientes da necessidade de continuar o seu estudo.

A questão que ressalta primeiro, são os limites impostos (ou não) ao comportamento político da classe operária

pelo fato da sua luta, numa primeira fase, ser marcada pela luta pela Regulamentação do Trabalho.

As revoluções sociais que marcaram o século XX de certa maneira trouxeram algumas respostas a essa questão e muitas dúvidas também. Essas revoluções redefiniram as transformações democrático-burguesas incluindo-as como uma etapa democrática da luta pelo socialismo, a ser realizada sob a direção do proletariado.

Ainda ligada a esta questão surge uma outra. As próprias características que o desenvolvimento do capitalismo assumiu em determinadas sociedades permitiu que ao lado desse desenvolvimento persistissem relações de produção não capitalistas. Esse fato impede-nos de adotar uma visão simplista da situação da classe operária após a fase da luta pela Regulamentação do Trabalho. Em países como o Brasil, em particular, é possível que ainda permaneçam como problemas atuais as transformações democrático-burguesas que foram superadas na Inglaterra, por exemplo, no período da luta pela Regulamentação do Trabalho.

BIBLIOGRAFIA.

- BARDEHM, Leonis, Clóvis Melo e A. T. Andrade, 9 ano vermelho - A revolução russa e seus reflexos no Brasil, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1937.
- BARRINGTON MOORE Junior, As origens sociais da ditadura e da democracia, Lisboa, Editora Cosmos, 1937.
- BRILLOS, Alberto da Rocha, Origens e evolução da legislação trabalhista, Rio de Janeiro, Editora Laemmert, 1939.
- BRUNHINI, Manoel Costa, Marginalidade social e relações de classes em São Paulo, Petrópolis, Editora Vozes, 1975.
- CARONE, Edgar, A república velha (Instituições e classes sociais), São Paulo, Difel, 1972 (2ª ed).
- CAHO, Wilson, Raízes da concentração industrial em São Paulo, Campinas, Unicamp, 1975 (Tese de doutoramento).
- CELYBIA, Filho, Gisélto, A influência das idéias socialistas no pensamento político brasileiro (1891 - 1922), Rio de Janeiro, FUNEAS, 1975 (Tese de mestrado).
- COBBE, G. D. M., Historia del pensamiento socialista. III. La Segunda Internacional (1889-1914), Mexico, Editora Fondo de Cultura Económica, 1959 (reimpresso em 1975).
- COBBE, G. D. M., Historia del pensamiento socialista. VI. Comunismo y socialdemocracia (1914-1931, Segunda parte), Mexico, Editora Fondo de Cultura Económica, 1962 (reimpresso em 1975).
- COSTA, Wilma Beres, Ferrovias e trabalho assalariado em São Paulo, Campinas, Unicamp, 1973 (Tese de mestrado).

BEHN, Warren, A industrialização de São Paulo (1880-1945), São Paulo, Difel, 1971.

DIAS, Everardo, História das lutas sociais no Brasil, São Paulo, Editora Magit, 1962.

COLE, Maurice, Études sur le développement du capitalisme, Paris, Editora Maspero, 1971.

DOLLEANS, Edward, Historia del movimiento obrero, vol. I, 1880-1871, e vol. II, 1871-1880, Bilbao, Editora Lero, 1973.

DOMATO, Mesias Pereira, O movimento sindical operário no regime capitalista, Edição da Revista Brasileira de Estudos Políticos da Universidade Federal de Minas Gerais, Rio de Janeiro, 1959.

DULLES, John W. F., Anarchists and communists in Brazil (1900-1925), Austin, University of Texas, 1973.

ENGELS, Friederich, La situation de la classe laborieuse en Angleterre, Paris, Editions Sociales, 1973.

ENGELS, Friederich, Selected writings (History, Economics, Social criticism, Philosophy, Letters), Great Britain, Penguin Books, 1967.

FALUSCO, Boris, Trabalho urbano e conflito social, São Paulo, Difel, 1973.

FIGUEIRA, Manuel Fernandes, Memória histórica da Estrada de Ferro Central do Brasil, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1908.

FRIEDLÄNDER, Georges, e Pierre Naville, Tratado de sociologia do trabalho, vol. II, São Paulo, Cultrix, 1973.

GALBRAITH, Walter (Editor), Comparative labor movements, New York, Russel & Russel, 1968.

GRILSBI, Antonio, Escritos políticos I, 1914-1920, Paris, Gallimard, 1974.

HALL, Michael H., Imigração e classe operária em São Paulo, Campinas, Unicamp, 1975 (mimeo).

HOLBROOK, Eric, Industry and empire (From 1750 to the present day), Great Britain, Penguin Books, 1968.

LEITE, Octavio, "Condições constitucionais do comportamento político operário" in Revista Brasiliense, nº 36, São Paulo, 1962.

LEITE, Heitor Ferreira, História político-econômica e industrial do Brasil, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1970.

LEITE, José, "O operariado brasileiro no século XIX" in Revista Brasiliense, nº 49, set-out 1968 (São Paulo).

MALLET, Sergio, La nouvelle classe ouvrière, Paris, Seuil, 1969.

MARSH, Sheldon, Anarchists, immigrants and the Brazilian labor movement, 1890-1920, Berkeley, 1974 (xerox).

MARQUES, José de Souza, Conde Naterazzo, o empresário e a empresa, São Paulo, Lucitec, 1974.

MARX, Karl, De capital, tomes I a III, Paris, Editions Sociales, 1948.

MARX, Karl, Um capítulo inédito do Capital, Paris, Union Générale d'Éditions, 1971.

- MEY, Karl, e F. Engels, Letras sur "Le Capital", Paris, Editions Sociales, 1964.
- MEY, Karl, e F. Engels, Le syndicalisme, 2 vols, Paris, Maspero, 1972.
- OTTOMI, Christiano Eneideto, O futuro das estradas de ferro no Brasil, Rio de Janeiro, 1938, 2ª ed.
- PERDO Junior, Caio, Evolução política do Brasil e outros estudos, São Paulo, Editora Brasiliense, 1977 (10ª ed).
- PERDIGÃO MALEIRO, A observação no Brasil (Ensaio histórico, jurídico, social), vol. II, Rio de Janeiro, Convênio MEC - - Vozes, 1978.
- RIPPEY, J. Fred, British investments in Latin America (1822-1949), Minnesota, The University of Minnesota Press, 1966 (reimpressão).
- REY, Pierre-Philippe, Sur l'articulation des modes de production, Paris, Cahiers de Planification Socialiste, nº 13, 1969.
- RODRIGUES, Edgar, Socialismo e sindicalismo no Brasil (1875-1918), Rio de Janeiro, Editora Lacertert, 1969.
- RODRIGUES, José Albertino, Sindicato e desenvolvimento no Brasil, São Paulo, Difel, 1968.
- RODRIGUES, Leoncio Martins, Conflito industrial e sindicalismo no Brasil, São Paulo, Difel, 1966.
- RODRIGUES, Leoncio Martins (org.), Sindicalismo e sociedade, São Paulo, Difel, 1968.

- RODRIGUES, Leoncio Martins, Trabalhadores, sindicatos e industrialização, São Paulo, Brasiliense, 1974.
- SABES, Flávio Azevedo Marques de, As Ferrovias de São Paulo : Paulista, Mogiana e Sorocabana (1870 - 1940), São Paulo, Universidade de São Paulo, 1974 (Tese de mestrado).
- SILVA, Sergio, Expansão cafoeira e origens da indústria no Brasil, São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1976.
- SILVEIO, Adis, Sindicalismo e estado, São Paulo, Dominus, 1966.
- SINIGRA, Paulo, Desenvolvimento econômico e evolução urbana, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1974.
- STEIN, Stanley, The Brazilian cotton manufacture, Cambridge (Massachus ets, Harvard University Press, 1957.
- TOURAINE, Alain, La conscience ouvrière, Paris, Seuil, 1966.
- TOURAINE, Alain, Sociologie de l'action, Paris, Seuil, 1965.
- VILLELA, Anibal, e Wilson Suzigan, Política do governo e crescimento da economia brasileira (1889-1945), Rio de Janeiro, Ipea/Inpes, 1973.
- WOLCOFF, George, Anarchism : a history of libertarian ideas and movements, New York, New American Library, 1962.

DOCUMENTOS

Centro Industrial do Brasil. O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias. Vol. III; Indústria de transportes e indústria têxtil. Rio de Janeiro, Gráficas Crosco, 1909.

Congresso Nacional. Documentos parlamentares. Legislação Social, 3 vols, Rio de Janeiro, 1919 a 1921.

Congresso Nacional. Documentos parlamentares. Mensagens presidenciais ao Congresso Nacional. vols. Rio de Janeiro, 1919 a 1926.

Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Anuário Estatístico de Brasil. Ano I, 1908-1912. Vol II, Eco o nia e finanças. Rio de Janeiro, Typographia da Estatística, 1917.

Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento realizado em 1º de setembro de 1920. Rio de Janeiro, Typographia da Estatística, 1924.

Ministério da Viação e Obras Públicas. Relatório de 1921. Ministro : J. Aires de Rio ; Presidente : Epitácio Pessoa. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1922.

JORNAIS OPERÁRIOS

(Arquivo Edgard Leuenroth, IFCH)

Rio de Janeiro

Boletim da Aliança Anarquista - 1918
A Classe Operária - 1925, 1928, 1929, 1930
Crônica Subversiva - 1918
Emancipação - 1905
Folha Nova - 1919
Gazeta Operária - 1906
O Germinal - 1919
O Gráfico - 1917 a 1920
A Greve - 1903
A Guerre Social - 1911, 1912, 1915, 1917
Intransigente - 1921
Liberdade - 1909, 1917
O Nosso Jornal - 1923
Nova Sociedade - 1921, 1923
Novo Rumo - 1906, 1907, 1910
Renovação - 1920, 1921
Rio de Janeiro - 1910
Spartacus - 1919, 1920
O Trabalho - 1922, 1925
A Vanguarda - 1911
A Vida - 1924, 1926 a 1928
Voz Cosmopolita - 1922, 1923, 1924, 1926
A Voz do Povo - 1920
A Voz do Trabalhador - 1908, 1909, 1913, 1914, 1915

São Paulo

A Plebe - 1917 a 1920
A Terra Livre - 1905 a 1910
A Lanterna - 1901 a 1916

JORNAIS DA GRANDE IMPRENSA

(Biblioteca Nacional)

Correio da Manhã - 1917 a 1921

A Razão - 1917 a 1921

O Paiz - 1910 a 1914